

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

FRANCISCO MOACIR ASSUNÇÃO FILHO

**1924 – DELENDA SÃO PAULO: a cidade e a população
vítimas das armas de guerra e das disputas políticas**

Mestrado em História

São Paulo

2014

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

FRANCISCO MOACIR ASSUNÇÃO FILHO

**1924 – DELENDA SÃO PAULO: a cidade e a população
vítimas das armas de guerra e das disputas políticas**

Mestrado em História

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História, sob a orientação da Professora Doutora Estefânia Knotz Canguçu Fraga.

São Paulo

2014

FRANCISCO MOACIR ASSUNÇÃO FILHO

1924 – DELENDAS SÃO PAULO: a cidade e a população vítimas das armas de guerra e das disputas políticas

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em História, sob a orientação da Professora Doutora Estefânia Knotz Canguçu Fraga.

Aprovado em: ____ de _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar registrados os meus agradecimentos a um grupo de pessoas e entidades que foi fundamental para que essa dissertação chegasse a bom termo. Em primeiro lugar à minha orientadora na PUC-SP, a professora-doutora Estefânia Knotz Canguçu Fraga, que teve uma participação central no desenvolvimento da pesquisa nesta instituição, que tive o prazer de frequentar durante o período do mestrado. Os agradecimentos são extensivos aos professores Antonio Rago Filho, Maria Izilda Santos Matos, Olga Brites, Maria do Rosário Cunha Peixoto, Yvone Dias Avelino e Vera Lúcia Vieira. Também agradeço aos queridos amigos e colegas professores Paulo Ribeiro da Cunha, da Unesp de Marília, Marcos Horácio Gomes Dias, da Universidade São Judas Tadeu, e Edgar da Silva Gomes, do Cogea- PUC, que participaram da banca de defesa da dissertação.

Da mesma forma, segue o meu agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela bolsa concedida, que ajudou a possibilitar que o trabalho pudesse seguir adiante. As professoras Ana Duarte, da Universidade Federal de Uberlândia, e Olga Brites, da PUC-SP, tiveram uma participação fundamental na análise das fotografias que apresento nesse trabalho.

Agradeço, ainda, a colaboração dos colegas pesquisadores Domingos Meirelles, Yuri Abyaza Costa, Ilka Stern Cohen e Décio Luiz Martins. Deixo registrado um obrigado pela colaboração inestimável dos responsáveis pelos arquivos consultados, em especial Jair Mongelli Júnior, do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Magno Sergio Dias Pereira, do Museu de Polícia Militar, Marcia Pazin e Isabel Chiavini Torres, do Patrimônio Histórico da Fundação Instituto de Energia e Saneamento, Norma Haru, da Sala São Paulo da Biblioteca Mário de Andrade, e Valkiria Iacocca, do Museu Memória do Bixiga . Igualmente, agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp, do Arquivo Washington Luiz da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, do Arquivo Público Mineiro, do Arquivo Histórico do Exército, da Biblioteca Mário de Andrade, da Fundação Instituto de Energia e Saneamento, da

Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da USP, do acervo histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Todos foram muito prestimosos em atender meus insistentes pedidos.

Por fim, deixo registrados os agradecimentos aos colegas do mestrado: Mônica, Airton, Rafael, Edmilson, Daiane, Jorge, Priscila, Mariana, Vinícius, Elton, Marlene, Karla, Diane e Maria Nicolau. Por favor, perdoem-me eventual omissão de nomes. Agradecimentos especiais ao meu pai, Moacir Assunção, aos meus irmãos, e à minha pequena família, Alda e Júlia que, como sempre, entendeu minhas ausências constantes. Alda, minha querida companheira, foi uma verdadeira cúmplice durante esta jornada e tem minha eterna gratidão.

RESUMO

A pesquisa versa sobre a revolta paulista de 5 de julho de 1924, conhecida como a segunda revolta tenentista, que ocorreu em São Paulo, entre os dias 5 e 28 de julho daquele ano, deixando um saldo de 503 mortos e 4.846 feridos, segundo dados oficiais. O estudo, que se baseia nas lições dos historiadores Edward P. Thompson e Carlo Ginzburg, teve por objetivo resgatar as histórias de pessoas comuns que viveram o conflito e figuraram entre suas principais vítimas, embora não integrassem nenhum dos dois lados em conflito - os rebeldes, que tomaram a cidade, e as forças legais, que a bombardearam para retomá-la.

Esses sujeitos, moradores dos bairros mais atingidos no conflito, como Mooca, Brás e Ipiranga, são praticamente esquecidos na pequena bibliografia e nas dissertações e teses que tratam do assunto. Assim, resgatar sua trajetória a partir dos vestígios como cartas, notícias de jornais, relatos e fotografias pode colaborar no sentido de trazer novos olhares sobre o tema Revolta Tenentista de 1924, pouco estudado na historiografia brasileira e até mesmo na paulista.

Na pesquisa, trabalhou-se com livros de memorialistas e cronistas, notícias da grande imprensa e da imprensa operária, fotografias do conflito, cartas, memoriais e materiais de arquivos espalhados pelo Brasil. Também foram utilizadas obras clássicas sobre o tema. O principal eixo temático foi a participação da população civil no conflito, seus sofrimentos, o horror do bombardeio e suas estratégias de sobrevivência diante de uma guerra civil travada na, à época, segunda mais importante cidade do Brasil, depois da capital federal, o Rio de Janeiro.

Trabalhou-se, da mesma forma, com as críticas de opositores e as justificativas de situacionistas para o bombardeio à capital paulista e com a identificação das armas de guerra utilizadas no confronto, tanto dos legais, quanto dos rebeldes. Ao mesmo tempo, a pesquisa procurou colocar em perspectiva os fatos, ao destacar o surgimento, ainda antes do Estado Novo, de fortes tendências autoritárias no Estado brasileiro, durante o governo de Arthur Bernardes e de seu sucessor, Washington Luiz, principalmente voltado à repressão de operários anarquistas, rebeldes e transgressores da ordem em geral. O êxodo da população durante o conflito – deixaram a cidade em fuga cerca de 250 mil pessoas, de acordo com a Prefeitura – e os saques, provocados pela fome e o desabastecimento, foram outros assuntos tratados na pesquisa.

Palavras-chave: São Paulo- Revolta – 1924 – Revolução de 1924- tenentismo

ABSTRACT

The research deals with the Paulista Revolt July 5, 1924 , known as the second lieutenants revolt that took place in São Paulo , between the 5th and 28th of July of that year , leaving a balance of 503 dead and 4,846 wounded , according to officers. The study, which draws on the lessons of historians Edward P. Thompson and Carlo Ginzburg, aimed to rescue the stories of ordinary people who lived through the conflict and were among its main victims, despite not belonging to either of the two warring sides - the rebels, who took the city, and legal forces that bombed to retake it.

These fellows, residents of the neighborhoods most affected in the conflict, as Mooca, Bras and Ipiranga, are almost forgotten in short bibliography and in theses and dissertations dealing with the matter. Thus, rescuing his career from traces such as letters, newspaper reports, accounts and photographs can collaborate to bring new perspectives on the topic Uprising Lieutenants, 1924 understudied in Brazilian historiography and even in the state.

In the research, worked with books of memoirs and chroniclers, the big news of the working press and press photos of the conflict, letters, memorials and archives materials throughout Brazil. Classic works on the subject were also used. The main topic was the participation of civilians in the conflict , their suffering , the horror of the bombing and their strategies for survival in the face of a civil war on at the time , second most important city in Brazil , after the federal capital , Rio January .

We worked in the same way, with criticism of opponents and the justifications for the bombing of situationists the state capital and the identification of weapons of war used in the comparison, both legal, as the rebel. At the same time, the research sought to put into perspective the facts, highlighting the rise even before the New State, strong authoritarian tendencies in the Brazilian State, during the government of Arthur Bernardes and his successor, Washington Luiz , mainly geared to repression anarchists , rebels and transgressors of the order in general workers . The exodus of the population during the conflict - have left the city on the run about 250 thousand people, according to the City - and the looting caused by famine and shortages were other themes addressed in research.

Keywords: São Paulo – Revolt – 1924 – Revolution of 1924 - lieutenantism

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Êxodo da população.....	141
Figura 02 – Êxodo da população 1.....	143
Figura 03 – Aspectos de incêndio em São Paulo.....	144
Figura 04 – Prédio atingido na rua 21 de Abril.....	145
Figura 05 – Escombros da fábrica de biscoitos Duchen.....	147
Figura 06 – Externato Mattoso.....	148
Figura 07 - Externato Mattoso.....	149
Figura 08 – Igreja Nossa Senhora da Glória.....	151
Figura 09 – Cotonifício Crespi.....	153
Figura 10 – Cotonifício Crespi.....	153
Figura 11 – Saque armazéns Companhia Puglisi.....	155
Figura 12 – Saque Padaria São Domingos.....	157
Figura 13 – Planta de São Paulo em 1924.....	179
Figura 14 – Planta de São Paulo em 1898.....	180

LISTA DE SIGLAS

ACSP-	Associação Comercial de São Paulo
AEL-	Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas
AHEX –	Arquivo Histórico do Exército
ANL –	Aliança Nacional Libertadora
APM –	Arquivo Público Mineiro
APESP –	Arquivo Público do Estado de São Paulo
ACMSP –	Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo
AHWL/ SMC –	Arquivo Histórico Washington Luiz – Sec. Municipal de Cultura
CIESP –	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CP –	Correio Paulistano
CPDOC/FGV –	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - Fundação Getúlio Vargas
CVB –	Cruz Vermelha Brasileira
DOPS –	Departamento de Ordem Política e Social
EB –	Exército Brasileiro
EFCB –	Estrada de Ferro Central do Brasil
FIESP –	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FPSP –	Força Pública de São Paulo
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGSP –	Instituto Histórico e Geográfico do Estado de São Paulo
LN –	Liga Nacionalista
MMDC –	Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo
MPM –	Museu de Polícia Militar
OESP –	O Estado de S.Paulo
PD –	Partido Democrático
PRM -	Partido Republicano Mineiro
PRP –	Partido Republicano Paulista
PCB –	Partido Comunista do Brasil/Partido Comunista Brasileiro
PUC-SP –	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SEADE –	Sistema Estadual de Análise de Dados

SPAD –	Société pour l'Aviation et ses Derivés
SPR –	São Paulo Railway
STF –	Supremo Tribunal Federal
TJ-SP –	Tribunal de Justiça de São Paulo
UDN –	União Democrática Nacional

“ (...) Durante toda a noite e o dia de hoje, têm-se dado bombardeios horríveis! As balas passam sobre nossas cabeças, assobiando terrivelmente. Espera-se a todo momento ser-se vítima de uma dessas monstruosas granadas. O bairro atingido agora pelas forças do governo é esse. Já morreram diversas pessoas aqui na rua e aqui ficam, sem o auxílio de ninguém. As granadas caem impiedosas por estas redondezas. Temos nos escondido no porão. Fugir não posso. Além das ruas estarem intransitáveis, eu não tenho para onde ir.... Imagina que 10 mil homens do governo cercaram a cidade e despejam sobre ela tiros e mais tiros de canhão.”

Carta de Francisca Spinelli, moradora do Brás, à sua amiga, Leopoldina Ferreira, de Piracicaba in Côrrea, Anna Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*, Hucitec, São Paulo, 1976.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – OS BAIRROS E OS MORADORES DE SÃO PAULO ENTRE BOMBAS E DISPUTAS POLÍTICAS.....	28
1. A cidade da época e o bombardeio rebelde e legal.....	28
2. As controvérsias em torno da legalidade e a da legitimidade do bombardeio à cidade.....	44
3. A população e os bairros alvos do conflito.....	56
CAPÍTULO II - A MÃO DURA DA REPRESSÃO Á ‘MASORCA’.....	78
1. A lei dos vitoriosos contra os rebeldes e anarquistas.....	78
2. A repressão, arma política contra a oposição.....	93
3. Quem queria a revolução?.....	97
CAPÍTULO III - ‘AOS AMIGOS, TUDO, AOS INIMIGOS, A LEI’.....	106
1. A reconstrução da cidade.....	106
2. A loba alimenta, primeiro, os seus.....	108
3. Traços da memória do movimento de 1924.....	110
4. Documentos do movimento: imagens, cartas e jornais.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167

INTRODUÇÃO

O Brasil vivia um momento de transição política no início do século XX. No Rio de Janeiro, a capital da República, e em São Paulo, os anos de 1917 e 1918 foram marcados pelo recrudescimento do movimento operário, por influência da Revolução Russa, sob os protestos dos trabalhadores e o fortalecimento de suas entidades representativas. Além disso, São Paulo havia vivido, em 1917, uma grande greve. O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro, em 1918. Ambas as manifestações foram lideradas por operários anarquistas.

A oligarquia política, que reagiu a esse movimento com repressão e com a expulsão de líderes dos trabalhadores, rapidamente criou a figura do “agitador estrangeiro”, ou seja, o anarquista ou socialista, muitas vezes de origem italiana ou espanhola, que vinha “contaminar” o pacífico trabalhador nacional com suas ideias.

O tempo era de insatisfação e de contestação. Dois anos antes do movimento militar de 1924, havia sido fundado por ex-anarquistas, entre os quais Astrogildo Pereira e Octavio Brandão, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nas artes, a Semana de Arte Moderna de 1922 também representava a rebeldia da sociedade ante o *status quo* vigente e o desejo de mudança. Ao mesmo tempo, a política de valorização do café, com a queda das exportações do produto, agravou uma crise econômica latente. Segundo Fausto (1977, p.81), a crise econômica era diretamente responsável pela insatisfação popular, devido ao aumento do custo de vida.

Embora o regime fosse civil, os militares detinham importância e força e se consideravam guardiões das instituições. Entre 1889, quando foi proclamada a República, e 1922, o país teve três generais presidentes. Os tenentes do Exército, no entanto, consideravam-se aliados do processo político e compartilhavam com a classe média urbana um desejo latente de contestação ao regime.

Uma crise na representação dos Estados no poder – monopolizada por São Paulo e Minas Gerais, no pacto do “café com leite” – se fez sentir naquele período, contribuindo para que fosse possível se vislumbrarem possibilidades de mudanças na ordem institucional. Grupos dominantes de Estados como Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia começaram a se movimentar, para ocuparem seu espaço no

poder da República, do qual participavam somente os dois grandes Estados e o Distrito Federal.

Com o fim do mandato de Epitácio Pessoa, em 1922, as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo escolheram, para sucedê-lo, o mineiro Arthur Bernardes, na época presidente (governador) de seu Estado. Grupos contrários dos Estados dissidentes organizaram o movimento conhecido como Reação Republicana e lançaram a candidatura do fluminense Nilo Peçanha à sucessão de Pessoa.

A divulgação, em 9 de outubro de 1921, pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, de uma carta manuscrita, atribuída a Bernardes, com críticas ao marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República e presidente do Clube Militar, na qual o militar era chamado de “sargentão sem compostura”, elevou ainda mais o grau de desconfiança entre os grupos. No dia 12, outra carta foi publicada. O candidato da situação negou a autoria dos documentos, mas o Clube Militar, em assembleia geral extraordinária, considerou, por 439 a 112 votos, as cartas autênticas. Liderados pelo general Augusto Ximeno de Villeroy, parte dos que passaram a apoiar a candidatura de Nilo Peçanha exigia a renúncia de Bernardes. Posteriormente, ficou constatado que as cartas haviam sido falsificadas, mas o clima já era belicoso entre os grupos rivais.¹

O governo determinou a prisão do marechal Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. Ainda no governo de Epitácio Pessoa, ocorreu, em 5 de julho de 1922, uma insurreição, que se iniciou na Vila Militar, mas que se expandiu para a Escola do Realengo e para o Forte de Copacabana. Comandado por tenentes, o movimento foi debelado e seus líderes foram presos ou mortos, sendo instaurado um inquérito militar para apurar responsabilidades. No seu último ato, dezoito rebeldes saíram à praia de Copacabana, em frente à unidade militar, para enfrentar três mil legalistas. Somente dois deles, Eduardo Gomes e Siqueira Campos, escaparam, corroborando, assim, a mística dos “18 do Forte”. O episódio ficou conhecido como a primeira rebelião tenentista.²

¹ Processados e investigados em inquérito policial, Oldemar de Lacerda e Jacinto Guimarães confessaram ser os autores da falsificação das cartas. Eles obtiveram a assinatura de Bernardes em documentos oficiais do governo de Minas Gerais e a reproduziram nas missivas (in Magalhães, 1973, p.143).

² Os “tenentes” sobreviventes ficaram com fama de valentes e “heróis da pátria” ao partirem para o enfrentamento de tantos inimigos, sabendo que iam morrer. O episódio fez com que os tenentes obtivessem mais apoio na caserna e na sociedade para suas reivindicações.

Arthur Bernardes, eleito em 1.º de março de 1922 e empossado em 15 de novembro daquele ano, pediu a decretação de “estado de sítio”, que durou praticamente todo seu mandato, sob alegação de combate à subversão. Insatisfeito, um grupo de militares – quase todos oficiais de baixa patente, como tenentes – resolveu articular uma nova conspiração que, dessa vez, envolveu unidades do Exército espalhadas por todo o país.

Como no Rio de Janeiro, os rebeldes eram muito vigiados, escolheram São Paulo, para iniciar a segunda rebelião tenentista, em julho de 1924. Entre os dias 5 e 28 daquele mês, os enfrentamentos entre os militares rebeldes e os legalistas causaram, conforme dados oficiais divulgados no balanço da Prefeitura paulistana, a morte de 503 pessoas e deixaram 4.846 vítimas de ferimentos, de acordo com Pinto (1924, p. 26).³No conflito, a cidade sofreu o maior bombardeio de sua história. Bairros como a Mooca, o Brás, a Aclimação, o Cambuci, a Luz e o Belenzinho foram atacados por canhões federais, instalados nos altos da Penha e da Vila Matilde, por aviões e por tanques de guerra, uma arma até então desconhecida no Brasil. Ainda de acordo com o levantamento da administração municipal, cerca de 212 mil pessoas – a população de São Paulo era de 700 mil habitantes na época – fugiram da região central da cidade, deslocando-se para bairros mais distantes e para municípios vizinhos, como Campinas e Guarulhos. O prefeito de São Paulo, Firmiano de Moraes Pinto, calculou em cerca de 1.800 os imóveis destruídos pela ação dos bombardeios.

Os rebeldes do Exército, que tinham como aliado, na capital paulista, o major fiscal da Força Pública (atual Polícia Militar), Miguel Costa, pretendiam, de acordo com Costa e Góes (1924, p. 232), a partir do movimento iniciado em São Paulo, depor o presidente da República, Arthur Bernardes, e “republicanizar a República”, ou seja, fazer o regime retroagir aos princípios políticos de 1889, com reivindicações como a instituição do voto secreto, a abolição dos impostos interestaduais, o combate à corrupção eleitoral, a liberdade de imprensa, a reforma do ensino e as reformas tributária e aduaneira.

³ O autor era o prefeito da capital, Firmiano de Moraes Pinto, que publicou a obra *A Prefeitura Municipal de S.Paulo em face dos acontecimentos de julho* (1924, Oficinas Graphics de O Estado de S.Paulo), na qual faz um balanço oficial dos prejuízos gerados pela revolta na capital.

Na madrugada de 5 de julho, militares do Exército e da Força Pública Paulista tomaram vários quartéis das duas corporações, principalmente os da região da Luz. Ao mesmo tempo, prenderam autoridades, como o comandante da Segunda Região do Exército, general Abílio de Noronha, e o da Força Pública, coronel Quirino Ferreira. Na sequência desse movimento, foram sitiados e bombardeados o Palácio dos Campos Elíseos, residência oficial do presidente (governador) do Estado, Carlos de Campos, e a Secretaria de Justiça.

Alguns contratempos na programação do levante e a resistência de parte da Força Pública e do Exército, no entanto, trouxeram dificuldades aos planos dos rebeldes. Por isso, em vez de cercarem o Rio de Janeiro, como era o plano, com tropas marchando por Barra do Piraí (RJ), em direção à capital, para depor o presidente Arthur Bernardes, não conseguiram sair de São Paulo, já que tropas federais e das polícias militares de vários Estados deslocaram-se para a cidade. No dia 9 de julho, o presidente do Estado, Carlos de Campos, abandonou a região central e refugiou-se em Guaiaúna, na época, um arrebalde do bairro da Penha de França, onde começaram a se concentrar soldados legais vindos da capital federal e de outros Estados pela linha de trem da Empresa de Ferro Central do Brasil (EFCB), que ia do Rio de Janeiro até Mogi das Cruzes (SP). Os militares legalistas eram comandados pelo general Eduardo Sócrates.

Para conter os inimigos, os rebeldes concentraram-se na região da Luz e organizaram postos de defesa na região próxima ao centro. Os legalistas, por sua vez, começaram a promover incursões que visavam a quebrar a resistência dos inimigos em bairros como Belenzinho, Mooca e Brás. Paralelamente, outras tropas das polícias militares do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, neste caso a parte legal, forçavam as posições rebeldes na região do Ipiranga.

Logo, a partir do dia 11, o governo federal começou o bombardeio sobre a cidade. Bairros industriais como Brás, Mooca e Belenzinho, entre outros, começaram a sofrer os efeitos dos tiros de canhões franceses, de 100 e 105 milímetros, instalados no outeiro da Igreja da Penha e nos altos de Guaiaúna, Vila Matilde e do Ipiranga. Muitos civis foram mortos – em alguns casos famílias inteiras – mas os rebeldes tiveram pouco prejuízo com a nova estratégia governista, conforme aponta Noronha (1924, p.97):

[...] dos 802 feridos internados [na Santa Casa] no período da Revolução de 1924, 641 eram homens, dos quais 200 militares e 441 civis. Dos 110 que morreram no local, 87 eram homens e, destes, somente 26 militares.

Na região do Ipiranga, a Igreja da Glória foi outro ponto de combate entre as tropas legais e os revolucionários. A população civil sobrevivia escondida em porões, buscando comida e água somente quando cessavam, mesmo que por pouco tempo, o bombardeio e os tiroteios constantes.

O arcebispo católico, d. Duarte Leopoldo, o presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo Soares, o prefeito Firmiano Pinto e até o general Abílio de Noronha – militar legalista preso pelos revolucionários – além de embaixadores estrangeiros, encaminharam apelos ao presidente Arthur Bernardes e ao presidente do Estado, Carlos de Campos, para que cessasse o bombardeio. Foram feitos seis pedidos de trégua, todos rejeitados. Logo, um exército de 18 mil homens, com artilharia, tanques e aviões, cercava os rebelados. A população era atendida, da forma que era possível, pelos médicos da Santa Casa de Misericórdia, do Hospital Samaritano, do Hospital Umberto Primo e por entidades da sociedade civil, como a Liga Nacionalista e a Cruz Vermelha Brasileira. Em vários momentos, houve registros de saques aos mercados e galpões, por populares, em busca de gêneros alimentícios.

No dia 28 de julho, dois dias depois que os aviões governistas jogaram, na cidade, panfletos que avisavam a população sobre um bombardeio total à capital paulista, os rebeldes resolveram abandonar São Paulo, deslocando-se em trens em direção ao interior. Saíram, em relativa ordem, 3,5 mil soldados, artilharia, cavalos e víveres.

Apesar de ter sido o maior conflito bélico travado na cidade de São Paulo, inclusive com um “bombardeio terrificante”, na expressão de Meirelles (1995)⁴, por

⁴ Bombardeio terrificante, ou bombardeio à alemã, é uma expressão usada por especialistas em direito internacional na época para qualificar o tipo de bombardeio dos exércitos alemães na I Guerra Mundial, no qual as bombas e granadas eram atiradas a esmo, sem um objetivo direto, para aterrorizar os inimigos, ao contrário do bombardeio de destruição e do bombardeio de ocupação, com os quais se busca, respectivamente, ocupar uma cidade e destruir os recursos militares do inimigo. O jurista francês René Foignet (in Macedo Soares, 1925, p. 217) o classifica de “indigno de um povo civilizado” e o seu colega alemão Johan Kaspar Bluntschi de “inteiramente imoral”. O jurista brasileiro Clóvis Bevilacqua definiu este tipo de ataque como o usado para “influir sobre a guarnição para que não persista na resistência”. No caso paulista, ao que parece, a intenção era fazer a população, assustada, forçar a retirada dos rebeldes.

parte dos aviões e canhões governistas, a Rebelião de 1924 é um tema pouco explorado da historiografia brasileira. Mesmo quando aparece nos poucos livros e dissertações disponíveis, o foco é nos líderes militares e civis. A população quase não está presente nessa história e o foco desta pesquisa é justamente levantar a história das pessoas comuns, que sofreram e morreram no episódio, mas que foram praticamente esquecidas.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo contribuir com essa temática, a partir do levantamento de vestígios deixados pela população civil, que viveu o conflito, e ampliar a compreensão das estratégias utilizadas por essas pessoas, para sobreviverem em meio ao conflito deflagrado nesse período.

Para atingir esse objetivo, foi necessário realizar o mapeamento das regiões atingidas e a identificação do armamento utilizado pelas forças legais e rebeldes. Discutiram-se, também, os motivos que justificaram a ação bélica determinada pelo governo federal e as alegadas razões de as tropas governistas bombardearem principalmente os bairros operários e as fábricas, que não eram alvos militares.

A pesquisa teve como eixo o reconhecimento de quem foram historicamente esses moradores da cidade de São Paulo, à época, principalmente os dos bairros mais atingidos pelo bombardeio, tais como Brás, Mooca, Belenzinho, Ipiranga e Cambuci, e o reconhecimento dos sentimentos de medo da população diante da iminente destruição da cidade em consequência do conflito. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), São Paulo tinha 700 mil moradores em 1924. Os bairros industriais, como Mooca, Brás e Belenzinho eram habitados por uma população de operários, em sua maioria, com predominância de italianos, mas também por muitos brasileiros pobres. Não há, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), estatísticas sobre a população de cada um dos bairros, mas os cinco citados foram o lar de muitos imigrantes.⁵

A metodologia adotada neste estudo trabalhou as especificidades de cada fonte, sempre com o objetivo de encontrar os vestígios, os rastros dessa população, utilizando métodos como o indiciário, proposto pelo historiador Carlo Ginzburg, de

⁵ Entre os anos da Grande Imigração (1870 a 1920), mais de 1,2 milhão de italianos haviam imigrado ao Brasil com a intenção de “fazer a América”. Parte destes se fixou no campo, mas muitos optaram por permanecer na cidade. Os italianos chegaram a corresponder, segundo Trento (in Trento, 1989, p.300) a 42% do total de imigrantes chegados ao Brasil no período.

forma a contribuir para o estudo da “história dos de baixo”, ou seja da população comum, que sofreu os rigores da guerra, em uma cidade que dispunha de um parque industrial expressivo para a época.⁶

É necessário enfatizar que encontrar fontes que seguissem essa linha de investigação mostrou-se bastante difícil, já que nenhum dos materiais com os quais se lidou – fotografias, cartas, livros de memorialistas e cronistas, imprensa e arquivos – trata especificamente dessa questão. A leitura dos vários materiais consultados é, essencialmente, política. Dessa forma, o pesquisador precisa ajustar o seu foco para encontrar os vestígios daquela população civil da cidade, que mais sofreu com o conflito.⁷

Os vários livros de memorialistas e cronistas, escritos na época do movimento militar, foram a primeira fonte nas quais buscaram-se registros da população civil. Ao longo da pesquisa, foram encontradas pelo menos 20 obras da época que tratavam dessa temática. Entre as principais estão *Justiça* (Editora do Autor, 1925), de José Carlos de Macedo Soares, *Sob a metralha*, de Cyro Costa e Eurico de Góes (1924), *Agora Nós* (1927, versão facsimilar da Imprensa Oficial), de Paulo Duarte, *1924: episódios da revolução de S.Paulo*, do jornalista Antonio dos Santos Figueiredo (Oficinas Gráficas do Porto, 1925) *Férias de Julho* (1924, Oficinas Graphics do Lyceu Coração de Jesus), de Luiz Marcigaglia, *Aventuras de uma família durante a Revolução de 1924* (Seção de Obras d'O Estado de S.Paulo, 1924), de Henrique Geneen, *Dias de pavor*, de Aureliano Leite, *Narrando a verdade e O resto da verdade* (respectivamente de 1924 e 1925, Editora Rochea), de autoria do general Abílio de Noronha.

Em alguns dos livros dos memorialistas e cronistas, foi possível encontrar, com maior riqueza de detalhes, os sujeitos que se buscavam. Na obra de Marcigaglia, por exemplo, a população civil estava presente, ora fugindo dos bombardeios, ora saqueando mercados e armazéns, ora se abrigando sob a proteção dos padres do Liceu Coração de Jesus, colégio dirigido pelo autor da obra, durante o período da conflagração. Padre e diretor da escola, homem de classe

⁶ Por volta de 1920, segundo Dean (1971, p.20), o Estado havia superado o Rio de Janeiro como o centro industrial mais importante do país. Em São Paulo, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), havia, em 1920, 4.458 indústrias registradas.⁶

⁷ Desse modo, a pesquisa dialogou com historiadores como Carlo Ginzburg e Edward. P. Thompson, no sentido de buscar suportes teóricos para identificar o cotidiano desses sujeitos.

média alta, Marcigaglia enxergava a população a partir desse filtro de classe. As autoridades, de uma maneira geral, eram exaltadas em seu texto e os saques feitos pela população duramente criticados.

Da mesma forma, o sofrimento da população civil aparece, em toda sua dramaticidade, nas obras *Agora nós*, do jornalista Paulo Duarte; *Justiça*, do presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares; *1924- Episódios da Revolução de S.Paulo*, do jornalista Antonio dos Santos Figueiredo; *As noites das grandes fogueiras*, de Domingos Meirelles; *Narrando a Verdade* e *O resto da Verdade*, do general Abílio de Noronha e *Aventuras de uma família durante a Revolução de 1924*, de autoria de Henrique Geneen.

O tom da redação de praticamente todos esses livros, com exceção de *Sob a Metralha*, de Cyro Costa e Eurico de Góes, e *Dias de Pavor*, de Aureliano Leite (Editora do Autor, 1925), é crítico à determinação do presidente Arthur Bernardes de ordenar o bombardeio da cidade, e à concordância do presidente do Estado Carlos de Campos com a medida. Duarte se mostrava contrário ao presidente, assim como José Carlos de Macedo Soares. Ambos seriam acusados, após a revolta, de simpatia pelos rebeldes. Aureliano Leite e Cyro Costa e Eurico de Góes, por sua vez, demonstraram ser fortemente legalistas, em seus textos, nos quais procuraram defender o governo, tanto federal quanto estadual, da acusação de crime de guerra contra São Paulo, ao autorizar o bombardeio.

Em *Justiça*, por sua vez, escrito em Paris, em 1925, o seu autor, José Carlos de Macedo Soares, publicou pareceres de juristas franceses contrários ao bombardeio de uma cidade aberta como São Paulo, ao mesmo tempo em que fez sua defesa, diante das acusações, por parte do governo, de que teria demonstrado simpatia pelos rebeldes. Macedo Soares, que havia ficado preso no Rio de Janeiro, estava exilado em Paris na ocasião em que a obra veio a lume.

Em sua obra, *1924 – Episódios da Revolução de S.Paulo*, Antonio dos Santos Figueiredo descreve o seu cotidiano como jornalista de *O Estado de S.Paulo*, cobrindo os eventos da Revolta e relata as dificuldades da população para sobreviver em uma cidade em guerra. Abílio de Noronha, comandante da Segunda Região Militar do Exército, usando seu conhecimento técnico sobre bombardeios e armamento, lastima o ataque militar sobre toda a cidade, considerando-o “inútil e ineficaz” por não atingir os rebeldes, mas a população civil.

Domingos Meirelles, por sua vez, descreve, em *As noites das grandes fogueiras*, o bombardeamento da cidade pelas tropas do governo e, assim como Duarte e Noronha, deplora o ataque a civis, que contraria as convenções de Haia, de 1905 e 1909, que contestavam o uso excessivo de força militar contra populações não combatentes.

Nas fotografias do movimento militar, encontram-se imagens de alguns sujeitos, mas que são registradas apenas como parte do cenário principal que o fotógrafo pretendia gravar. Há um conjunto considerável de imagens fotográficas do movimento militar de 1924, boa parte de autoria desconhecida, embora seja possível conjecturar-se sobre o perfil dos seus autores e as razões pelas quais as imagens foram feitas. Basicamente, o que é possível perceber é que as fotografias foram elaboradas para denunciar a destruição da cidade e o massacre contra seus moradores por soldados do próprio país.

Na busca pelos sujeitos ocultos do episódio, recorreu-se às *Cartas da Revolução de 1924*. Trata-se de um material apenas recentemente disponível para consulta, de propriedade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, no Arquivo Público do Estado de São Paulo.⁸ Constatou-se que há, como nas fotos, um problema: embora tenham sido arquivadas sob o título geral de “*Cartas da Revolução de 1924*”, pelo menos 80% das 432 missivas, trocadas entre os líderes do levante e datadas entre janeiro de 1923 e julho de 1928, referem-se à Coluna Miguel Costa-Prestes, episódio posterior à revolta paulista.

Analisou-se, também, a imprensa do período, que, para fins de estudo, foi dividida em: grande imprensa – os jornais *O Estado de S.Paulo*, *Correio Paulistano* e *Jornal do Commercio*, em São Paulo, e *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* no Rio de Janeiro – e imprensa operária, caso de *A Plebe*, periódico anarquista de São Paulo; além de jornais de oposição, como *O Combate*, *A Marreta* e *A Capital*.

Nos veículos de comunicação, a tônica da narrativa, até pela natureza da fonte, tem características marcadamente políticas. Nesse caso, tornou-se necessária uma leitura a contrapelo, seguindo as lições de Walter Benjamin, de modo que, ao menos indiretamente, fossem encontrados vestígios dos sujeitos a serem

⁸ Disponíveis no site <www.arquivoestado.sp.gov.br/revolta.php>, as missivas são de propriedade do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGESP), mas estão guardadas no Arquivo do Estado de São Paulo, uma vez que esta instituição dispõe de condições melhores de armazenamento e tratamento do material.

reconhecidos. Somente em dois jornais, *A Plebe* e *O Estado de S.Paulo*, é possível perceberem-se traços dessa população buscada pela pesquisa.

Nos vários arquivos visitados, obtiveram-se materiais importantes, acrescentados a esta pesquisa. No Arquivo Público do Estado de São Paulo estão as cartas sobre a revolta, escritas por militares e autoridades, exemplares de época dos jornais *O Estado de S.Paulo* e *Correio Paulistano*, fotografias do conflito e processos movidos pela Justiça Federal contra os rebeldes.

No Arquivo da Cúria Metropolitana, na unidade da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Ipiranga, foi possível a pesquisa de um material fundamental: as cartas da população, atingida pelos bombardeios e pela guerra, ao arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva, relatando suas histórias. A razão das manifestações era a medida tomada pelo governo estadual, que, através da lei 1.972/24, previa o pagamento de indenizações às pessoas pobres que houvessem sofrido perdas humanas e materiais durante o movimento. D. Duarte era o presidente da comissão formada para este fim e, por isso, as cartas foram endereçadas a ele. Trata-se de relatos muito ricos, nos quais as vítimas, em primeira pessoa, contam seu sofrimento e as perdas sofridas no período, com o objetivo de obter indenização do governo.

Em busca de fontes para trabalhar a temática deste estudo, pesquisaram-se também os arquivos do Museu de Polícia Militar, Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas, o acervo da Fundação Instituto de Energia, o Arquivo Washington Luiz, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, o Arquivo Público Mineiro (APM), de Belo Horizonte (MG), o Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro (RJ), e o Museu da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Para se observar a possível trajetória das balas de canhão, foram visitados os locais mencionados em textos de cronistas da época e, sobretudo, analisadas as fotos feitas na ocasião. Embora a paisagem urbana de bairros como Mooca, Brás, Belenzinho, Campos Elíseos e Ipiranga tenha mudado muito, desde aquele tempo, ainda é possível encontrarem-se algumas edificações da época.

Observando-se a região a partir do outeiro da Igreja da Penha e dos morros da Vila Matilde e do Ipiranga – a partir de onde as tropas governistas atiravam com seus canhões sobre a cidade – é possível traçarem-se linhas imaginárias para “se desenhar” a trajetória das balas e das bombas. E constatar-se que, em vez de as

instalações militares, os bairros operários foram os atingidos pelos projéteis. Naqueles bairros se concentrava, na época, boa parte da população operária da cidade.⁹

Também como parte deste estudo, analisaram-se as obras acadêmicas que tiveram como objeto o conflito de 1924, consideradas obras atuais, de referência da bibliografia clássica sobre o tema, em especial *Bombas sobre São Paulo – a Revolução de 1924*, de Ilka Stern Cohen (Ed. Unesp/Imprensa Oficial, 2007), *A rebelião de 1924*, de Anna Maria Martinez Côrrea (Ed. Hucitec, 1976) e *Os “tenentes” estrangeiros*, de Laura Mello de Aquino (Ed. UFPB, 1998). A ideia era reconhecer as respectivas temáticas de pesquisa dos trabalhos, assim como a trajetória acadêmica desenvolvida pelos autores, para perceber de que forma este trabalho poderia significar uma contribuição ao estudo deste episódio histórico.

O mais antigo dos três livros, o de Côrrea (1976), utiliza como fonte principal os processos movidos pela Justiça Federal contra os implicados no levante. Hoje, sob guarda do Arquivo do Estado de São Paulo, os documentos pertencem ao acervo do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). A autora também faz uso de anais da Câmara Municipal, da Prefeitura de São Paulo e do extinto Senado Estadual Paulista. Sua pesquisa se ancora, primordialmente, nos documentos jurídicos das autoridades encarregadas de investigar e de reprimir os rebeldes e seus simpatizantes e, nesse sentido, a obra ofereceu importante contribuição para a pesquisa.

O livro de Ilka Stern Cohen, por sua vez, tem como seu principal mérito o uso de fotografias que registraram o conflito, oriundas das coleções de Tácito de Almeida e Lygia Néry, que mostram, primordialmente, a destruição da cidade e o sofrimento dos moradores, durante o conflito, em consequência do bombardeamento da cidade. São cerca de 140 fotografias – boa parte sem autoria conhecida – que mostram prédios públicos e particulares destruídos, saques, êxodo, aspectos de trincheiras, personagens da rebelião, como o tenente João Cabanas e o general Isidoro Dias Lopes, militares rebeldes e legais. A autora prefere tratar o movimento

⁹ Os canhões, em geral de calibre 155 milímetros das marcas *Saint Chamond* e *Shneider Cannet*, de fabricação francesa– tinham condições de atingir os alvos que efetivamente receberam disparos da artilharia governista, situada a até 11 quilômetros de distância. A informação sobre o alcance dos canhões é de Costa e Góes (1924, p. 193).

como “revolução”, ao contrário de Martinez, que faz uso da expressão “revolta”, um termo ou conceito que será discutido nesta pesquisa.

A obra de Laura Christina Mello de Aquino também usa como fonte principal os processos movidos pela Justiça Federal contra os envolvidos no movimento militar de 1924. No entanto, ela faz um recorte político para contar a história, como o título do livro indica, dos estrangeiros que, organizados em três batalhões – o húngaro, o alemão e o italiano -, integraram as legiões dos rebeldes. Em sua obra, escrita a partir de sua dissertação de mestrado, defendida na PUC-SP em 1995, Aquino resgata a história de um grupo de civis, os “tenentes” estrangeiros. Em outra dissertação, também da PUC-SP, defendida em 1991, Lorayne Garcia Ueócka conta a trajetória dos operários da época e sua ligação com a sedição.

Esta pesquisa busca contribuir, em alguns aspectos, com o estudo realizado pelas mencionadas pesquisadoras: em primeiro lugar, investiga indícios e vestígios da população civil, moradora dos bairros atingidos pelo bombardeio. São operários, mas não organizados, como os sujeitos estudados por Ueócka. São, em parte, estrangeiros, mas não integraram os batalhões, como os retratados por Aquino. Em segundo lugar, houve a possibilidade de dispor de uma fonte totalmente inédita e recentemente colocada à disposição do público pelo Arquivo do Estado de São Paulo: as Cartas da Revolução de 1924.

Por fim, como a problemática principal do estudo tem relação com o padecimento da população durante o episódio, na pesquisa buscou-se identificar outra fonte importante encontrada: as cartas da população ao arcebispo metropolitano D. Duarte Leopoldo e Silva, guardadas no Arquivo da Cúria Metropolitana.

Não há dúvida de que essas cartas, tanto quanto as Cartas da Revolução de 1924 necessitam de um tratamento metodológico específico devido à natureza dessa fonte. Contudo, embora se tenham encontrado referências e caminhos metodológicos para o trabalho em fontes epistolares, sobretudo no livro de Teresa Malatian, o objetivo da pesquisa não era o de centrar a questão nesse material, mas colocá-lo em diálogo com outras fontes. Tomando o cuidado, no entanto, de que a natureza da fonte, cartas de autoridades e cartas da população a D. Duarte, fosse percebida como escritas pessoais, com elementos de autobiografia e carregadas,

portanto, de subjetividade do cotidiano recente vivido pelos missivistas e o modo que indica a sua maneira de ver, sentir e justificar seu lugar nesse conflito.

O estudo buscou ainda um novo diferencial para o trabalho, em relação às pesquisas anteriores: as críticas às razões do bombardeio, por parte de vários personagens, entre eles militares importantes como o general legalista Abílio de Noronha, os jornalistas Paulo Duarte e Antonio dos Santos Figueiredo e o líder empresarial José Carlos de Macedo Soares; e as justificativas do ato pelo governo federal por parte de autoridades e de autores favoráveis à legalidade.

Em geral, as obras sobre o movimento militar de 1924 abordam o tema, sob o prisma ora da disputa política, ora dos danos infligidos à cidade pelos bombardeios, ora pelo viés da disputa de supremacia entre os tenentes e o governo federal. Esta pesquisa busca encontrar os vestígios da população civil, suas estratégias de sobrevivência e as histórias de sujeitos pouco conhecidos do episódio.

Nesse sentido, abre-se uma nova perspectiva do levante de 1924, ao possibilitar que a história seja contada não pelo ponto de vista das autoridades, mas a partir dos vestígios do cidadão comum, o que poderá contribuir para uma melhor compreensão do episódio histórico. Arthur Bernardes, Carlos de Campos, Isidoro Dias Lopes, João Cabanas, Miguel Costa, Tertuliano Potiguara e outros personagens do episódio já são sobejamente conhecidos. Esta pesquisa propõe-se a contar a história dos civis que vivenciaram o conflito e morreram praticamente esquecidos, sem registro de suas presenças, a não ser nos números das estatísticas oficiais.

No capítulo I, cujo título é *Os bairros e os moradores de São Paulo entre bombas e disputas políticas*, estudaram-se os locais atingidos pelo bombardeio do governo à cidade, mostrando a capital e sua população sob ataque, produzindo um mapa que permitiu localizar os pontos atacados. Obtiveram-se também informações sobre o armamento utilizado por legalistas e rebeldes, capaz de produzir danos como os registrados nas fotografias, tais como canhões, granadas, tanques e aviões de guerra. As estratégias de sobrevivência dos moradores de São Paulo, os saques, o êxodo, o desabastecimento, a fome, o desemprego dos paulistanos com a destruição das fábricas, além de casos emblemáticos de ataques, como os do Theatro Olympia, Igreja da Glória, Cotonifício Crespi e Biscoitos Duchon estiveram

também sob o foco deste estudo. Ainda neste capítulo, também, destacam-se relatos da população sobre sua história, durante o bombardeio à capital paulista. Por fim, discutiram-se as controvérsias em torno da legalidade e da legitimidade do ataque à cidade.

No capítulo II, sob o título *A “mão dura” da repressão à “masorca”*, a discussão centra-se na repressão à população civil, aos rebeldes, aos militares dissidentes e aos anarquistas, durante o movimento e logo após a retirada dos rebeldes da cidade. Procurou-se demonstrar que o governo federal se valeu também do movimento como pretexto, para promover uma grande caçada a inimigos que não tinham nenhuma ou praticamente nenhuma relação com o evento, com o objetivo de calar a oposição. Também discutiu-se sobre quais segmentos da sociedade efetivamente queriam uma mudança no status quo.

A reconstrução da cidade e a tentativa de indenizar os moradores que tiveram perdas durante o episódio estão no centro da discussão do Capítulo III, cujo título é *“Aos amigos tudo, aos inimigos a lei”*. Procurou-se entender por que a Força Pública (atual Polícia Militar) foi a principal beneficiária do governo no período pós-movimento militar de 1924. Também analisaram-se as tentativas da sociedade civil de reconstruir os imóveis danificados durante o episódio e discutiu-se a disputa pela construção da memória de 1924 entre governistas e rebeldes. Por fim, este capítulo trata da anistia concedida aos rebeldes de 1922 e 1924 pelo governo Getúlio Vargas, como parte das negociações para que os “tenentes” o apoiassem, mais um aspecto significativo da pesquisa e que indica a preocupação predominantemente política do governo, em detrimento dos interesses da população civil.

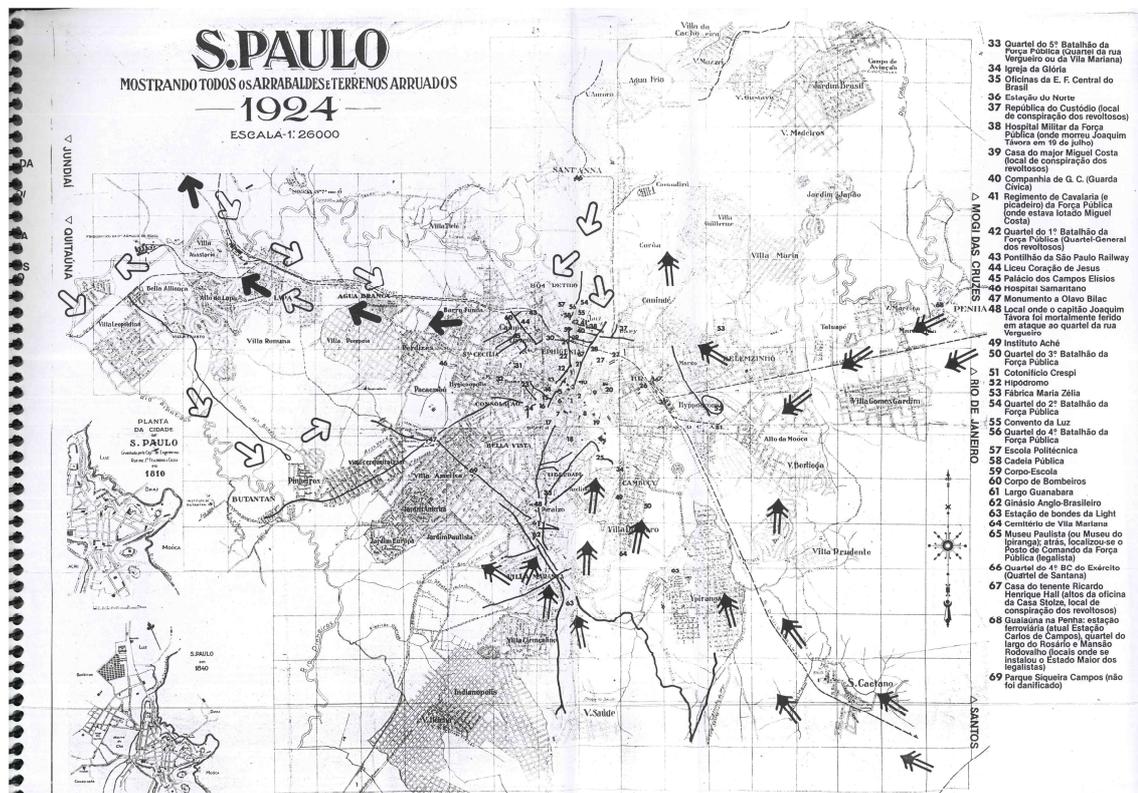
[...] Mal colocou sua artilharia em posição sobre as colinas que dominam a cidade, o general Sócrates, comandante das tropas federais de cerco, desencadeou sobre a cidade aberta, da qual nenhum dos seus 800 mil habitantes havia sido evacuado, um bombardeio à 'alemã'. Soube aproveitar as lições da Grande Guerra europeia. Não tendo nenhuma catedral de Reims para demolir, Sócrates dava como alvo a seus canhões, ora um hotel reluzente de novo, ora bela fábrica moderna, ora um dos novos arranha-céus da cidade, destruindo um bonde, mandando aos ares uma confeitaria, espirrando uma escola, explodindo uma praça ou um bar. [...] Percebia-se que os oficiais 'legalistas' faziam isso de coração alegre. As ordens eram formais: era preciso esmagar a sedição, pior para a cidade, ela seria reconstruída."

Blaise Cendrars (pseudônimo de Frédéric Louis Sauser) 1887-1961, poeta franco-suíço que passava uma temporada no Brasil na época, in Pinheiro, Paulo Sergio. *Estratégias da ilusão – A revolução mundial e o Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, São Paulo, 1992, p.79

CAPÍTULO I - OS BAIRROS E OS MORADORES DE SÃO PAULO ENTRE BOMBAS E DISPUTAS POLÍTICAS

1- A cidade da época e o bombardeio rebelde e legal

São Paulo era, na época do movimento de 1924, uma capital com cerca de 700 mil habitantes, distribuídos em um número relativamente pequeno de bairros, os mais centrais ocupados pela classe alta e média alta, e os mais distantes, pelos mais pobres. A capital paulista era dona do maior parque industrial do país e a segunda cidade mais importante do Brasil, após o Rio de Janeiro, então capital federal. O mapa de São Paulo, em 1924, que traz como subtítulo a frase “mostrando todos os arrebaldes e terrenos arruados”, mostra uma cidade praticamente concentrada na região central, com os bairros vizinhos de Consolação, Higienópolis, Bela Vista, Liberdade, Bela Vista e Luz.



No sentido Norte, Água Fria, Carandiru, Vila Maria e Vila Guilherme. Para o Leste, aparecem a Penha, como o arrebalde mais distante, o Alto da Mooca, o Hipódromo, o Belenzinho e o Tatuapé. Para o Sul, o Ipiranga, a Vila Mariana, Vila Clementino, Vila Saúde, Jardim Paulista, Indianópolis e Jardim América. No sentido Oeste, Perdizes, Lapa, Vila Romana, Vila Pompéia, Bela Aliança e Vila Leopoldina. É notável a diferença deste mapa, de 1924, com a planta de 1898, que mostra uma cidade ainda em formação, mais densamente concentrada na parte vizinha ao Rio Tamanduateí (mapas em anexo).

Tratava-se, como é possível se observar, de uma capital cuja vida se passava em limites muito mais estreitos que os dos dias de hoje, em que a cidade se espalhou em todas as direções. O atual bairro de Santo Amaro, por exemplo, era um município vizinho, que só passou a integrar a capital em 1935.

Naquele dia 5 de julho, um sábado, em pleno inverno paulistano, a cidade amanheceu em meio a informações desencontradas sobre um levante militar. De início, não se sabia nada, nem mesmo o nome do principal líder do movimento, que se revelaria depois, o general da reserva do Exército, Isidoro Dias Lopes. Somente se ouvia falar dos combates na rua.

Militares do Exército haviam tomado quartéis da Força Pública, em aliança com oficiais desta corporação estadual, e sitiavam o Palácio Campos Elíseos, residência oficial do presidente do Estado, Carlos de Campos. A partir de pontos diferentes da cidade, os rebeldes bombardeavam o palácio, na Avenida Rio Branco. Um desses tiros de canhão Krupp, de propriedade do sublevado Quartel do Exército em Quitaúna, atingiu uma residência vizinha ao local, matando a moradora Maria Clara Gomes. Na mesma rua, uma criança, Ulisses Garcia, também foi morta ao ser atingida pelos petardos da artilharia.

Logo depois, um outro tiro de artilharia, a partir da torre da Estação da Luz, já tomada pelos rebeldes, atingiu o Liceu Coração de Jesus, vizinho ao Palácio dos Campos Elíseos, residência oficial do governador, ferindo um aluno, Arnaldo Petersen Barreto. O presidente Carlos de Campos, cercado no palácio com sua guarda pessoal, comandada pelo major Marcílio Franco, e alguns civis que o apoiavam, deslocou-se para a Secretaria de Justiça, no Largo do Palácio (atual Pátio do Colégio), onde permaneceu mais um dia. Posteriormente, outro tiro de canhão disparado a partir do Largo de São Bento, pelo artilheiro Mario Barbosa de

Oliveira, abriu um buraco na parede da secretaria e forçou a retirada do presidente, ao lado do secretário de Justiça e Segurança Pública, Bento Bueno, no dia 9 de julho, para a vilazinha de Guaiaúna, na Penha de França, ponto final da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), que vinha do Rio de Janeiro.

Lá começou a se formar um exército legal, para combater os rebeldes, com tropas federais vindas do Rio de Janeiro e tropas legalistas da Força Pública paulista, entre outras. O general Eduardo Sócrates, então chefe da 1.^a região militar no Rio de Janeiro, foi nomeado comandante das forças legais pelo presidente Arthur Bernardes. Duas colunas, comandadas pelos generais Tertuliano Potiguara, que agia na região leste da cidade, e Carlos Arlindo, que seguia pela zona sul, a partir de Santos, foram formadas para retomar a cidade daqueles que a imprensa governamental chamava de “masorqueiros”, o equivalente a arruaceiros.

Dois dias depois da retirada do presidente da região central da cidade, no dia 11 de julho, começou o bombardeio legalista contra São Paulo, que atingiu, inicialmente, os bairros operários do Brás, Mooca e Belenzinho, na zona leste. A seguir, foram atacados a Luz, Aclimação, Cambuci, Ipiranga e Vila Mariana, nas zonas norte e sul e Campos Elíseos, no centro.

No Brás, Mooca e Belenzinho vivia uma população formada por imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e húngaros – muitos recém-chegados ao Brasil -, além de trabalhadores brasileiros. Eram operários das várias indústrias instaladas na região e moravam, em geral, em vilas operárias próximas às fábricas. Na Mooca, predominavam os italianos de origem napolitana, enquanto no Brás, os bareses (naturais da Puglia) eram a maioria.¹⁰ Em outro bairro italiano, o Bixiga, então chamado pelo seu nome oficial de Bela Vista, o cenário era dominado pelos calabreses. O Belenzinho era território das indústrias de vidrarias, como a Germânia, a Santa Marina, a Itália, a Paraíba e a Nadir Figueiredo, quase todas de propriedade de estrangeiros imigrados. O bairro, antes conhecido como Marco da Meia Légua, havia sido uma estância climática até por volta do fim do século XIX, procurado por quem tentava se curar da tuberculose, por causa do ar puro, mas em 1924 já estava bastante industrializado.

¹⁰ Naturais, em parte, da cidade italiana de Polignano a Mare, na Puglia, os bareses promovem, desde 1919, a festa típica em homenagem ao santo padroeiro, São Vito Mártir. Os napolitanos, por sua vez, veneram San Gennaro e os calabreses, Nossa Senhora da Achirópita, também homenageados em celebrações típicas, com massas e pizzas.

No Brás e Mooca, regiões pioneiras na industrialização de São Paulo, o forte eram as indústrias da área têxtil, como o Cotonifício Crespi, do conde Rodolpho Crespi, na Mooca, e a fábrica Mariângela, do conde Francisco Matarazzo, no Brás. Ambos eram de origem italiana, como a maior parte dos seus trabalhadores. Também havia as empresas de alimentação e bebidas, como os Moinhos Gamba, Paulista, a Companhia Antártica e outras grandes empresas, como a São Paulo Alpargatas, a distribuidora de combustíveis Mercansul¹¹ e os armazéns da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) e da São Paulo Railway (SPR).

Somente no Cotonifício Crespi, trabalhavam seis mil operários. O céu da Mooca e do Brás era pontilhado de chaminés. A razão de as primeiras indústrias se instalarem ali, a partir do final do século XIX, foi a presença da ferrovia, principalmente as estações da Estrada de Ferro Central do Brasil, o que permitia o rápido escoamento da produção, já que as linhas eram interligadas às fábricas. A estação do Brás, anteriormente Estação do Norte, havia sido inaugurada em 1867 e a estação Mooca, em 1898. Tanto o sistema ferroviário quanto a industrialização haviam surgido, de acordo com Dean (p.167) dos capitais gerados pelo café, principal produto agrícola paulista.

O Brás e a Mooca se tornaram o lar dos trabalhadores imigrantes, em parte, pelo fato de disporem de terrenos baratos, em áreas inundáveis pelo rio Tamandateí, o que possibilitava que fossem ocupados por operários com poucos recursos. A inauguração, em 1887, ao lado da linha do trem, da Hospedaria dos Imigrantes, onde ficavam os imigrantes quando chegavam a São Paulo, antes de seguirem para a lavoura de café no interior, fez com que parte dos italianos, espanhóis e portugueses imigrados optasse por permanecer na capital em vez de seguir para o interior ou voltasse das fazendas, onde nem sempre se adaptavam ao perceber as difíceis condições de trabalho.

¹¹ O automóvel, produto da II Revolução Industrial, já tinha certa expressão na cidade. Em 1900, Henrique Santos Dumont, irmão do aviador Alberto Santos Dumont, tinha trazido o primeiro veículo motorizado para São Paulo. No mesmo ano, a Light and Power instalou as linhas de bonde elétrico, fundamentais para a implantação das indústrias nos bairros da zona leste. Em 1924, relata Savio (2000, p. 49), 7.119 veículos de passeio, 267 motocicletas e 1.664 caminhões pagavam imposto de viação em São Paulo.

Era tempo de certa rivalidade entre brasileiros e italianos, o que gerou chistes como o seguinte, registrado in Machado (1996, p. 16): *Carcamano pé de chumbo, Calcanhar de frigideira, quem te deu a ousadia de casar com brasileira?*¹²

Poucos anos antes da revolta militar, em 1917, a Mooca e o Brás haviam¹³ sido palco da maior greve da história do Brasil até então. Os trabalhadores promoveram, segundo Lopreato (1997, p.22) uma paralisação no Cotonifício Crespi, na Mooca, em protesto contra os baixos salários, pedindo de 10% a 15% de aumento e a extinção do desconto de um imposto de guerra de 2%, cobrado de todos os trabalhadores em benefício da Itália, pelos industriais italianos, independentemente da nacionalidade do trabalhador. Havia também, relata Khoury (1981, p. 82), grande insatisfação dos operários por causa da utilização da mão-de-obra de menores de idade nas fábricas, que ganhavam em média 10% do salário dos adultos.¹⁴

Durante a sedição de 1924, com seus canhões *Saint Chamond* e *Schneider Cannet* postados no outeiro da Igreja da Penha, nas colinas da Vila Matilde e, posteriormente no Cambuci, o Exército legal atirou contra a região, atingindo fábricas e casas particulares. Os rebeldes estavam na região central, protegidos atrás das muralhas do prédio do 1.º Batalhão da Força Pública (atual Batalhão Tobias de Aguiar, a Rota) que se tornou o quartel-general das Forças Revolucionárias, mas os tiros foram disparados contra a população civil. O ataque se estendeu durante 19 dias, deixando 503 mortos, 4.846 feridos, a fome e a miséria, a destruição de 1.800 imóveis e a criação de um verdadeiro exército de

¹² "Carcamano" era o apelido depreciativo pelo qual eram conhecidos os italianos. Os brasileiros e portugueses diziam que eles, como comerciantes nos mercados, orientavam os filhos a "carcar a mão" (meter a mão, ou seja, enganar os clientes no peso dos produtos, colocando sua mão, disfarçadamente, sobre a balança para aumentar o peso).

¹³ A Mooca havia se tornado a sede do primeiro Jockey Club de São Paulo, instalado em terras do milionário Rafael Aguiar Paes de Barros e inaugurado em 1875. A região, com muitas várzeas, também começava a se consolidar como uma espécie de celeiro de jogadores de futebol, esporte que desbancava o remo como o mais apreciado pela população, segundo Florido (2006, p.33). Tida como a primeira partida de futebol do Brasil, reunindo os times da São Paulo Railway (SPR), no qual jogava Charles Miller, morador do Brás e funcionário da ferrovia, e da Companhia de Gás, ambas empresas de capital inglês, havia sido disputada em 14 de abril de 1895 na Várzea do Carmo, no Brás, onde hoje fica o Parque d. Pedro II, e vencida pelo primeiro por 4 a 2.

¹⁴ Cerca de 100 mil trabalhadores, segundo Khoury, entraram em greve, após o assassinato, no dia 8 de julho de 1917, pela Força Pública, do sapateiro anarquista José Iniguez Martinez, em um piquete na frente da Fábrica Mariângela, de propriedade do conde Francisco Matarazzo, no Brás. A greve se estendeu até o dia 16 de julho.

exilados, que se dispersou por várias cidades próximas à capital e bairros mais distantes. Somente Campinas recebeu 50 mil paulistanos em fuga.

O general legalista Eduardo Sócrates¹⁵ explicou, em relatório, a concepção do seu plano de combate aos rebeldes. Côrrea (1976, p.119), reproduz o trecho:

Nossa tropa sentiu os efeitos dessa resistência, que não podíamos vencer ao simples emprego da artilharia e conseqüente avanço da infantaria. Era um reduto de ruas com edifícios de ampla amplitude que mesmo destruídos ofereceriam margem à defesa, organizada nos escombros (...) Possuindo a artilharia de três tipos: montanha, campanha e obuseiros 105, era indispensável pudesse minha divisão opor-lhes recursos de maior eficiência e, assim, além desses tipos de calibre, solicitei o concurso do 155, destinado pelo seu grande alcance a destruir organizações e depósitos do inimigo

Não foi o que se observou. As tropas do general Sócrates não destruíram “organizações ou depósitos do inimigo”, conforme declara no documento. A estratégia do governo, que transparece na definição dos alvos atingidos, permitiu incluir toda a capital no conceito de “praça de guerra”. Assim, em vez de atacar locais estritamente de uso militar - afinal ali se concentravam os inimigos - a população civil e as indústrias nas quais trabalhava é que sofreram os maiores impactos da luta. Somente o Quartel do 1.º Batalhão, este realmente um alvo militar, foi atingido por canhões da Marinha, cujas tropas chegaram à cidade, procedente de Santos, no dia 12 de julho. Segundo Duarte (1927, p. 75):

O bombardeio de S.Paulo foi uma verdade e uma verdade cruel. E não é cabível a asserção de se acharem os revoltosos na cidade tal provocou, porque os pontos militarizados foram os menos atingidos. Quais eram os pontos militarizados?

Em primeiro lugar, o Quartel da Luz; uma só vez recebeu granadas; depois o quartel de Sant’Ana: não foi alvejado; a Estação da Luz: idem; o Corpo-Escola, a mesma coisa; e assim por diante os outros quartéis do 5.º Batalhão, do 4.º Batalhão, etc, poucos danos as granadas lhes motivaram.

E, no entanto, lugares afastadíssimos de qualquer desses, como as ruas São Luiz, Augusta, Caio Prado, Boa Vista, Santa *Ephigenia*, Avenida São João, Largo do Paissandu, Largo São Bento, da Sé, bairro da *Bella Vista*, em todos eles prédios ruíram e inúmeros civis perderam a vida, atingidos por estilhaços.

¹⁵O general Eduardo Artur Sócrates comandou a Escola Militar das Agulhas Negras (Aman), entre 1914 e 1917. Esteve na campanha do Contestado, sob as ordens do general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra por ocasião do movimento militar de 1924. Também foi deputado federal por Goiás e comandante da 1.ª Região Militar, com sede no Rio de Janeiro.

Um rápido olhar sobre as estatísticas necrológicas da revolução demonstra a contento essa afirmativa na porcentagem quase nula de militares mortos durante o bombardeio. Os civis inocentes é que tributaram com a vida a crueza mórbida do governo e de seus generais.

No fim do primeiro dia de bombardeio, 11 de julho, o jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de 12 de julho de 1924, noticiou que o Brás “já apresentava um aspecto de verdadeira desolação, com a debandada de seus moradores”, o que também ocorria nas ruas próximas ao Quartel da Luz, “completamente despovoadas de elementos civis.”

A população procurava parentes desaparecidos por meio de anúncios nos jornais. *O Estado de S. Paulo*, na mesma edição, registrava a busca por pessoas próximas, das quais não se tinha notícias desde o início dos bombardeios:

“D. Maria Isabel de Almeida, residente à rua Bela Cintra, 142, deseja saber notícias e o paradeiro dos seus filhos Mário e Luiz Paiva, alunos do Asilo Colônia. Resposta para aquele endereço ou para a seção de informações do Estado.

A família de Marcos de Mattos Filho deseja saber notícias suas e do seu estado de saúde e pede respostas para a rua Marquês de Itu, 17.

Carlos Engber, residente à rua Luis Coelho, 8, pede a seu sogro Accio Winter, que reside na Penha, informar em que parte se encontra

Os ataques dos canhões legais destruíram, na continuação do confronto, o Cotonifício Crespi, os Moinhos Gamba, a fábrica Antártica, a Biscoitos Duchon e até o Theatro Olympia, no Largo da Concórdia, ocupado por refugiados do bombardeio ao Brás, que consideraram o local seguro. Somente ali, morreram 30 pessoas e 80 ficaram feridas, de acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 18 de julho. O que poderia ter motivado os legais a atacarem alvos civis e principalmente fábricas? Não se pode oferecer uma resposta cabal à questão, mas é possível inferir que o ataque a estes bairros, aos civis e às indústrias tenha como razões, em primeiro lugar, “punir” essas localidades, nas quais viviam operários, que formaram três batalhões estrangeiros – o alemão, o húngaro e o italiano – combatentes do lado dos rebeldes. Embora tenha sido, segundo Aquino (1995, p.28), o contingente menos expressivo numericamente dos batalhões compostos por estrangeiros, os italianos eram a maior comunidade de imigrantes em São Paulo. De acordo com a

autora, foram cerca de 750 os estrangeiros que lutaram ao lado dos rebeldes. Desses, somente cerca de 50 eram italianos.

A população também tinha a percepção de que o bombardeio à Mooca e ao Brás, locais de concentração de peninsulares, tinha a ver com a origem destes. Nesse sentido, o testemunho do sr. Ariosto, como é identificado in Bosi (1983, p.114) é revelador:

Os aviadores tiveram ordem de jogar bombas no Brás; diziam que a italianada estava a favor da revolução. Ficamos na Rua da Mooca, 82. Durante a noite, ouvia o tiroteio, os soldados correndo, as ordens do Tenente Cabanas, o barulho era infernal.

Ele não foi o único a pensar assim, o que leva a crer que essa era uma impressão disseminada naquele momento histórico. Também morador antigo da Mooca, Alfredo Lasagna declarou (in Barbulho, 2002, p. 34) que

Os moradores da Mooca escondiam-se nos abrigos existentes embaixo das arquibancadas do Jockey Club, na rua Bresser. Presenciei as barbaridades cometidas pelas tropas “de fora”. Mataram muita gente. Nem um vendedor de bilhetes – o perigoso – escapou. Morto, foi enterrado com a cabeça de fora e um cachimbo na boca. Vi amigos, famílias e colegas serem mortos pelos soldados, que pensavam que todo italiano era espião. Fugimos para São Caetano e meu pai ficou tomando conta da casa, apesar das ameaças de morte.

Essa história é contada com mais detalhes pela italiana Carmela Caprava, então com 57 anos e moradora da Rua Marcial, 23, na Mooca e cujo marido, João Caprava, era guarda noturno do Hipódromo. Depois do ataque das forças legalistas à região, ele refugiou-se, com mais duas famílias, sob as arquibancadas do Jockey, para escapar do bombardeio. Encontrados por soldados da Polícia Militar de Minas que ocuparam a área, foram confundidos com espiões. Caprava, o filho Péricles, e um homem identificado como “Affonso de Tal, o Perigoso”, foram fuzilados pelos militares legalistas e enterrados no terreno do próprio hipódromo. Relatada à Comissão de Socorro às Vítimas pobres da Revolta de Julho, instituída após a revolta pelo governo estadual para indenizar os moradores, a história foi confirmada pela Sétima Delegacia de Polícia da Mooca. Segundo Carmela em memorial dirigido ao arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva:

“No dia 26 de julho, às 15h30, as forças legalistas invadiram o *Hipodromo* e ao darem com as ditas famílias refugiadas embaixo das *archibancadas*, tomaram-nos por espíões (segundo disseram) e de nada valeram as lágrimas, as súplicas e o desespero da infeliz mulher e de sua nora que além do mais neste mesmo dia dera a luz ao relento e sobre o solo cimentado. Que os soldados tentaram então fuzilar o pobre guarda (João Caprava), que se mantinha no seu posto, cumprindo o seu dever e que correndo seu filho Péricles em socorro do pobre *pae*, foram ambos barbaramente fuzilados na presença da infeliz família¹⁶

Em ofício encaminhado em resposta a um pedido de informações do delegado-geral de Polícia, o delegado da Sétima Delegacia da Mooca dizia que os fatos relatados do assassinato de João Caprava e seu filho Péricles eram “verdadeiros”. Acrescentava ainda que junto com pai e filho, foi morto Affonso de Tal, o *Perigoso*, empregado do Posto Zootécnico que havia no Hipódromo. Os corpos, de acordo com o relato do policial, foram enterrados em um “*vallo* que existe junto à raia mais próximo do poste do vencedor.” O policial, que se identificou somente com a assinatura no documento, assegurava que o Hipódromo fora tomado por soldados da Polícia de Minas Gerais. Carmela Caprava dizia que ficara viúva, com três filhos pequenos, e, por não ter como se manter, pedia auxílio ao governo.

O batalhão italiano, que esteve ao lado dos rebeldes contra o governo, foi organizado por Lamberti Sorrentino, um dos principais líderes da comunidade e que era jornalista do *Il Piccolo*, jornal publicado em italiano.¹⁷ Certamente, essa não era a única razão para aqueles bairros terem sido escolhidos para sofrer o castigo. O governo também tinha, ao que parece, a intenção de atemorizar os anarquistas, tidos, em princípio, como suspeitos de sublevação pelas autoridades da República Velha, entre eles o presidente Arthur Bernardes, que haviam observado o poder de organização de tais grupos, nas greves de 1917 e 1918 em São Paulo. É impossível

¹⁶ Informações da pasta CBA-06-01-12 da Revolução de 1924, no Arquivo da Cúria – processo Carmela Caprava.

¹⁷ O então governador paulista, Carlos de Campos, havia sido secretário de Justiça e Segurança Pública na gestão de Campos Salles (1896-1897) e, nessa condição, enfrentou um levante de italianos contra brasileiros na capital, ocorrido em 1896, que passou à história com o nome de *Protocolos Italianos*. Isso pode ter colaborado para que ele tivesse certa prevenção contra esses imigrantes, que representavam cerca de metade da população paulistana na ocasião. O levante deixou quatro mortos e 48 feridos e foi motivado por pedidos de indenização solicitados por cidadãos italianos ao governo brasileiro por danos causados pela Revolução Federalista e Revolta da Armada, negados pelo Congresso brasileiro. O então cônsul italiano, Edoardo Campans Brichenteau, instigou a comunidade contra o Brasil. Em consequência dessa atitude, brasileiros e italianos se enfrentaram nas ruas de 22 a 29 de agosto daquele ano. O episódio fez com que os europeus passassem a ser muito discriminados na cidade, surgindo o apelido de carcamano.

confirmar essa assertiva, por falta de documentação; no entanto, crê-se que há uma certa lógica em afirmar que o governo federal temia que os líderes anarquistas se aproveitassem da revolta para promover uma verdadeira “revolução social.”

O bombardeio àquela região, onde houve a grande greve de 1917 e na qual se localizavam as principais organizações anarquistas da cidade, como as ligas operárias do Brás, Mooca e Belenzinho, leva esta pesquisa a deduzir que havia o temor governamental de que os anarquistas se aproveitassem da revolta para promover uma revolução social. Não por acaso, a região atacada pelos canhões tinha sido a mais ativa durante a Greve de 1917. A confirmar a estratégia de agir preventivamente contra os inimigos, no mesmo dia da eclosão da revolta em São Paulo, foram presos no Rio de Janeiro os líderes anarquistas José Oiticica e Benjamim Mota. Não há notícia de que eles tenham participado da sedição paulista.

Em carta datada de 22 de agosto de 1925, ao seu amigo Jackson Figueiredo, (reproduzida in Ueócka, p.294), Oiticica, preso no Colégio d. Pedro II, onde atuava como professor de português, contou um pouco dos seus padecimentos no cárcere:

Fui preso há quase catorze meses... não me deram a menor satisfação da violência sofrida, pois não havia mais estado de sítio e eu ignorava completamente os sucessos de *S.Paulo*... meteram-me entre réus de crimes comuns. O governo não me interrogou, não me ouviu, não apurou sequer se minha opinião era pró ou contra a sedição e, somente por eu ser anarquista, me equiparou a assassinos e ladrões...atiraram-me à Ilha Rasa, onde fui quase fuzilado.... passei por humilhações amargas... Na Ilha das Flores, novas humilhações. Fui metido num porão...e tudo isso por que? Houve um ato meu, indício *siquer* confirmativo da mais leve suspeita? O governo é o primeiro a confessar que não... logo, nada justifica minha detenção nem tantas humilhações....

O operariado paulista vivia em condições bem difíceis, segundo Dean (1971, p.163):

As condições de trabalho em São Paulo dificilmente se justificariam.Em 1920, o industrial paulista médio percebia cerca de quatro mil réis (sessenta centavos de dólar) por dia e, para ganhá-los, trabalhava dez horas ou mais, durante seis dias por semana. As mulheres representavam cerca de um terço da força de trabalho e havia muitas crianças; é possível que a metade de todos os operários fosse menor de dezoito anos e quase 8% eram menores

de catorze. Como quatro mil réis mal dava para comprar meio quilo de arroz, de macarrão, de banha, de açúcar e de café, não admira que famílias inteiras fossem trabalhar, muito embora às mulheres e às crianças se pagasse menos por tarefas equivalentes.

Ao mesmo tempo, o bombardeio àqueles bairros aterrorizava a população em geral, podendo fazer com que esta pressionasse os rebeldes a abandonar a cidade. Era o chamado “bombardeio terrificante”, ou “bombardeio à alemã” em que bombas e granadas eram disparadas sem alvo definido, ao contrário do que afirmou o general da legalidade, e atingiam fábricas e residências, matando a população civil. A prática era considerada crime de guerra pela Convenção de Haia de 1917, da qual o Brasil é signatário. É provável, também, que os legais pretendessem, com a destruição das indústrias, eliminar a possibilidade de os rebeldes, virtuais donos da cidade, com a retirada das autoridades estaduais, utilizarem, em seu benefício, os equipamentos fabris, permitindo prolongar sua resistência ao cerco legal. Os rebeldes, por sua vez, haviam atacado prédios públicos, como o Palácio dos Campos Elíseos e a Secretaria de Justiça, onde efetivamente estavam as autoridades.

Duarte (1927, p.126) registra a reação de um empresário, que identificou como um “importante industrial da cidade”, ao ataque governista às fábricas: - *chega-se a pensar que eles fazem questão de queimar todas as fábricas de S.Paulo!*

Certamente, com a estratégia de atacar de longe, em vez de ir ao combate direto com seus inimigos, o governo pretendia poupar vidas de soldados legais, por considerar que expulsar da cidade ocupada, os rebeldes - militares treinados, que possuíam armamento moderno, inclusive artilharia - poderia ser, guardadas as proporções, mais difícil que a luta no arraial de Canudos e no Contestado, conflitos civis recentes, em que o Exército esteve envolvido. Ambos eram estudados, segundo Mccan (2004, p.212) nas academias militares desde o início do século. Nesses eventos, ocorridos - respectivamente entre 1896 e 1898, na Bahia, e entre 1912 e 1916 na fronteira entre Paraná e Santa Catarina - o Exército nacional havia combatido sertanejos munidos de armas rudimentares – reforçadas depois pelas que tomaram dos soldados – e enfrentou enorme dificuldade para vencê-los, o que, no caso de Canudos, só se deu na quarta expedição, quando outras três haviam sido derrotadas. Possivelmente, os estrategistas do governo analisaram a possibilidade

de um cerco prolongado e sangrento contra os rebeldes para escolher outra via de luta, que lhes possibilitasse uma vitória mais rápida. A memória de Canudos e Contestado ainda estava muito viva nas mentes dos oficiais. Veja-se como Leite, escritor e jornalista adepto da legalidade e autor do livro de memórias *Dias de Pavor*, examina tal estratégia (in Leite,1924, p.109):

Convençamo-nos de que só pelo arrasamento inicial de grande parte da cidade, com a ação conjunta de aviões e artilharia, seguido do ataque às trincheiras pelos carros de assalto, completada pela baioneta, na luta corpo a corpo, tomando-se-lhes casa por casa, cômodo por cômodo, palmo por palmo, poderíamos, afinal, dominar os rebeldes na hipótese, felizmente falha, de que atrás do seu preparo guerreiro subsistisse a coragem tão comum nos da nossa raça. Canudos, a cidade jagunça de palhoças, com 1000 combatentes válidos, se tanto, ofereceu sob o fanatismo de que não temos precedente senão em Palmares, resistência tal que, transportada para S.Paulo, na hora amarga, que vimos de atravessar, e igualadas às condições guerreiras da rebeldia, exigiria da legalidade 30.000 homens para a dominar. Fossem os revoltosos embora animados de algumas cintilhas do fervor patriótico que fanatiza, e na proporção do seu número e do seu poder bélico, teríamos, dentro dos nossos muros, protegidos pelas nossas edificações e pela esplêndida topografia da cidade, resistência para meses a fio, consumindo dezenas de milhares de vidas....

O general Abílio de Noronha, legalista preso pelos rebeldes no início do conflito, havia atuado como capitão no estado-maior do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, comandante da Quarta Expedição, que arrasou Canudos definitivamente. Ele foi, inclusive, conforme relata in *O Resto da Verdade* (p.85), colega de barraca do escritor e jornalista Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, obra seminal que narra a história do arraial destruído pelo Exército. Era, entre os líderes militares de então, presentes na rebelião de 1924, o único que havia vivenciado aquele conflito, travado no sertão da Bahia entre os sertanejos de Antonio Conselheiro e tropas federais e estaduais. Outros militares do Exército haviam participado de ambas as guerras civis.¹⁸ O próprio presidente Arthur Bernardes havia tido, no tempo em que era estudante de Direito em Ouro Preto, então capital do estado de Minas Gerais, alguma participação na história, conforme relata seu biógrafo, Bruno de Almeida Magalhães (in Magalhães, 1973, p. 9):

¹⁸ O tenente-coronel Duarte de Aleluia Pires e o general Carlos Frederico de Mesquita estiveram em Canudos e no Contestado. Mesquita também era veterano da Guerra do Paraguai (1864-1870).

[...] Os acontecimentos baianos (*referência a Canudos*) produziram grande emoção em Ouro Preto. As figuras mais categorizadas da antiga capital reuniram-se no edifício da Câmara dos Deputados, para se solidarizarem com as autoridades federais e estaduais, em face do perigo que bailava. O governo do Estado enviou para a Bahia dois batalhões da Polícia, para cooperarem com as forças federais. Organizou-se o Batalhão Patriótico Bias Fortes, ao qual se incorporaram as figuras mais prestigiosas da sociedade ouropretana, e Arthur Bernardes, junto com outros estudantes, também nele ingressou.

No entanto, com relação ao Contestado, conflagração denominada, pela imprensa, “Canudos do Sul”, havia três oficiais com cargos de responsabilidade, que participaram da repressão ao movimento de 1924, que atuaram naquela guerra civil: o marechal Setembrino de Carvalho e os generais Eduardo Sócrates e Tertuliano Potiguara. Carvalho, que também comandou tropas federais na Sedição de Juazeiro em 1914 – movimento em que Padre Cícero se rebelou contra o governador Franco Rabelo, conseguindo derrubá-lo, com o apoio de Carvalho- havia sido, como general, o comandante-geral da campanha no Contestado, tendo sob sua liderança os então capitães Sócrates e Potiguara. Este último foi citado, de forma elogiosa, em relatório de campanha, assinado por Setembrino de Carvalho (in Mccan, 2005, p.208). No final do texto, o futuro ministro da Guerra parece prenunciar que precisará dos serviços do então capitão Potiguara em outras ocasiões:

Potiguara foi alma dos raids que varreram o inimigo de Santo Antonio, Timbozinho, Thomazino, Vaca Branca, etc...tendo feito marchas tão rápidas, tão extraordinárias e tão penosas que ficarão na história dessa campanha como expressivo exemplo de esforço, de coragem, de arrojo e de audácia.

O reduto de Santa Maria era então, nos últimos tempos, a derradeira posição dos jagunços posta em xeque-mate. Ao intrépido capitão Potiguara coube a glória de ganhar a partida, com o seu pequeno, mas valoroso destacamento. A campanha, pelos sacrifícios que estava custando aos cofres públicos, pelo cansaço da tropa que não resistiria ao inverno, senão com inúmeras baixas, deveria terminar o quanto antes.

Essa terminação, este extraordinário serviço à Pátria e ao Exército deve-se à bravura, à ousadia, à calma, à atividade, à inteligência, à máscula energia e à capacidade de comando do capitão Tertulino de Albuquerque Potiguara, a quem me desvaneço em louvor; louvor que eu espero seja o fogo sagrado alentador de suas energias para novos e maiores feitos gloriosos.

O oficial do Exército Demerval Peixoto, veterano da luta no Contestado e autor dos livros *A Campanha do Contestado* e *Campanha do Contestado III – a grande ofensiva*, também ofereceu um testemunho sobre a forma de agir em combate do capitão Tertuliano Potiguara (in Peixoto, 1920, p. 556):¹⁹ *Ele (Potiguara) não poupava o adversário. Poucos prisioneiros foram feitos por seu destacamento.*

Certamente, não havia interesse militar no ataque com bombas a casas simples e a lugares como o Theatro Olympia, convertido em refúgio para moradores do Brás, desalojados pelo bombardeio. O general Abílio de Noronha (in Noronha, 1924, p. 134) tece críticas a essa medida, levada a efeito pelos governistas, já que o teatro não representava, de forma alguma, uma ameaça às forças legais.

[...] Este edifício não tinha nas suas proximidades nenhuma das denominadas trincheiras; a mais próxima era *aquella* que existia na Estação do Norte, distante mais ou menos 500 metros da citada casa de diversões. No entanto, foi *atingido* por granadas da artilharia legalista, as *quaes ocasionaram innumeras* mortes e ferimentos nas pessoas ahi abrigadas. Não atinamos, por maior esforço que façamos, qual era o ponto visado com esses disparos que *cahiram* no Theatro Olympia. Acaso eram dirigidos para o Quartel da Luz que ficava a mais de 1 *kilometro alem*, visavam a Estação do Norte que ficava a 500 metros aquém, ou finalmente tinham como objetivo abater o moral dos rebeldes?

É possível supor que o ataque ao Teatro Olímpia tenha sido um erro de cálculo, fruto de uma observação imprecisa e de uma informação errada. Não teria sido a primeira e única vez em que as tropas federais cometeram equívocos desta natureza. Noronha (1924, p.133) contou que, no dia 12 de julho, o comandante de uma bateria (canhão) de tiro longo 75, Saint Chamond, postada na encosta de Guaiaúna, recebeu ordens de atirar sobre a Praça da República, situada a 9,5 quilômetros do local, a partir de informações de um civil que havia avistado canhões rebeldes na praça, ao lado da Escola Normal (hoje a sede da Secretaria Estadual de Educação, antigo colégio Caetano de Campos). A praça acabou sendo alvejada, sob protestos de civis que estavam em Guaiaúna, mas as quatro granadas se desviaram

¹⁹ Por uma ironia da história, Potiguara havia lutado no Contestado, ao lado do coronel Francisco Estillac Leal e em São Paulo, na Mooca e Brás onde comandou tropas, enfrentou o capitão rebelde, Newton Estillac Leal, filho de Francisco. Outro filho do oficial do Contestado, o também capitão Zeno, permaneceu fiel à legalidade.

e atingiram o viaduto Santa Efigênia, o Largo São Bento e o Hotel D'Oeste, no Largo do Paissandu. Segundo Noronha,:

Qual poderia ser o objetivo militar que obrigasse uma bateria em posição com alça de 9.500 metros a abrir fogo sobre uma das mais bellas praças de S.Paulo, fogo este que absolutamente não poderia ser controlado por um posto de observação e, por conseguinte, não poderia ser corrigido? o capitão da bateria dizia que, por informações de civil, tinham sido vistos canhões de rebeldes parados perto da Escola Normal. Apesar das ponderações de alguns paulistas ahi presentes, e que descreveram a Praça da República, procurando provar a impossibilidade de servir como collocação de bateria, o fogo foi criminosamente aberto, e a bella praça alvejada. Alvejada sim, mas...atingida felizmente não.

Távora (1925, p.267), também questionou o bombardeio legalista sobre a cidade que, segundo ele, não afetou em praticamente nada os rebeldes, somente a população civil. Juarez Távora foi um dos principais líderes dos sediciosos.

“O bombardeio prosseguiu brutal, intenso –mortífero para a população civil, mas inócuo para as tropas revolucionárias, que pouquíssimas vezes sentiram os seus efeitos, no abrigo precário de suas barricadas. Era um bombardeio despejado a esmo, sobre o centro da cidade, sem a diretriz precisa de um objetivo militar prefixado, sem observações criteriosas que lhe corrigissem os erros, sem escassez de munição que o limitasse – tão dispersivo e inútil, quanto feroz e inumano.”

E foram, de fato, os civis que morreram em sua maioria. Dados de Costa e Góes (1924, p. 298), a partir dos registros dos feridos e mortos encaminhados à Santa Casa de Misericórdia, permite observar a desproporção entre o número de civis e o de militares vitimados no episódio da rebelião tenentista.

De acordo com os autores, passaram pela portaria da Santa Casa de Misericórdia durante os dias do evento histórico, um total de 1.222 feridos e 153 cadáveres, que foram encaminhados ao necrotério. Dos 1.222 feridos, 802 ficaram internados no hospital. Destes, como a confirmar o grande número de estrangeiros que viviam em São Paulo naquela época, quando se vivenciava ainda o período de grande imigração, 548 eram brasileiros, 90 italianos, 75 portugueses, 42 espanhóis, 12 alemães, 8 sírios, 6 franceses, 6 húngaros, 3 suíços, 2 russos e os demais de outras nacionalidades.

Dos 802 feridos, 641 eram homens e 161 mulheres. Dos homens, 441 eram civis e 200 militares, em uma proporção de dois por um, em desfavor dos não-fardados. Os ferimentos haviam sido determinados por balas em 345 casos; por granadas, em 267 e por arma branca, em cinco.

Ambos os lados em confronto dispunham de um armamento de poder considerável, embora o dos rebeldes fosse mais modesto. Para combater os sediciosos, de posse de parte do armamento da Força Pública e do Exército, em São Paulo, as tropas do governo fizeram uso de um equipamento bélico de alta tecnologia para a época. Até mesmo tanques de guerra e aviões foram empregados pelos exércitos. Os tanques eram fabricados pela francesa Renault. Aviões *Spad*, de origem francesa, com motores hispano-suíços,²⁰ por sua vez, bombardearam a cidade. Canhões de calibres 100, 105 e 155 milímetros, também fabricados na França, das marcas *Saint Chamond* e *Schneider Cannet* dispararam contra os rebeldes – chamados de revoltosos na propaganda governamental – e contra a população civil.

A Força Pública paulista, parte da qual estava ao lado dos rebeldes, dispunha de equipamentos como artilharia e uma pequena força aérea, sediada no Campo de Marte. O equipamento da milícia paulista incluía metralhadoras *Hotchkiss*, fabricadas na Bélgica, e fuzis da mesma marca, além de armas automáticas leves. No relatório do tenente-coronel Joviniano Brandão, comandante do 1.º Batalhão da Força Pública, ao comandante-geral, coronel Pedro Dias de Campos, ele destacou o armamento de que dispunha a Força estadual: 10 metralhadoras pesadas *Hotchkiss*, duas metralhadoras portáteis *Hotchkiss*, quatro metralhadoras *Nortentlefedt* e cartuchos *mauser* (fuzis mauser).²¹ Os rebeldes ainda dispunham de canhões Krupp, de origem alemã.

Se as forças governistas demonstraram pouco caso em relação à presença de civis, ao bombardear bairros operários e fábricas, o que provocou a morte indiscriminada de muitos; os rebeldes, vale lembrar, também não ficaram atrás. Em apenas um exemplo, no dia 24 de julho, quando o presidente Carlos de Campos estava instalado em um vagão especial da Estrada de Ferro Central do Brasil

²⁰ Produzidos na França pela empresa Société pour l'Aviation et ses Derivés (Spad). A maior parte do material bélico da legalidade era francês por causa da Missão Francesa, que instruiu o Exército Brasileiro entre 1920 e 1940. Era comandada pelo general Maurice Gamelin.

²¹ Relatório disponível no Museu de Polícia Militar, pasta da Revolução de 1924

(EFCB) em Guaiaúna, líderes sediciosos enviaram um outro trem carregado de dinamite, que estava preparado para explodir no local, o que certamente provocaria a morte de muitos moradores da Penha.

O plano foi executado e o trem saiu da Estação da Luz, carregado e pronto para explodir em Guaiaúna, mas não chegou a seu termo, segundo relata Carneiro (1989, p.264) porque um funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil, o mestre de linha Aquilino Vidal, se ofereceu, ao ficar sabendo do risco que corria a população, para resolver o problema. Ao lado de alguns companheiros e sob os tiros dos confrontos entre rebeldes e legalistas, ele percorreu um trecho da linha, em um trole de serviço e, na altura da Quarta Parada, desembarcou. A menos de dois quilômetros das linhas do coronel rebelde João Francisco, em meio à noite, rastejando para não serem atingidos, os homens removeram os parafusos que prendiam os trilhos aos dormentes, impedindo que o trem prosseguisse viagem.

O trem acabou tombando, ao lado da linha, onde explodiu, sem deixar vítimas. Mais uma locomotiva enviada pelos rebeldes teve o mesmo destino. O local, alcunhado de “terra de ninguém” pelas forças combatentes, por estar no meio das forças em confronto, era praticamente deserto, o que evitou a morte de civis e militares. Em 1955, a via, ao lado da estação Penha de Metrô, foi batizada como “rua Mestre Vidal” em sua lembrança, por meio da lei 4.749.

2– As controvérsias em torno da legalidade e a da legitimidade do bombardeio à cidade

Após o bombardeio a São Paulo, com a retirada, no dia 28 de julho, dos rebeldes, iniciou-se um debate sobre a legalidade ou a ilegalidade da decisão do governo federal, secundado pela do estadual de tomar essa medida extrema contra a cidade, mesmo tendo ciência de que as vítimas seriam, em sua maior parte, civis, como de fato foram. Como uma cidade aberta, ou seja, sem grandes instalações militares ou muralhas que a defendessem, São Paulo estava, ao menos em tese, sob proteção desse tipo de ataque. No entanto, mesmo sob o amparo de várias convenções internacionais erigidas pela Liga das Nações, que previam a proteção da população civil em caso de confrontos, a cidade foi bombardeada.

Na obra de Macedo Soares (1925, p. 287), o jurista Jules Badesvant, professor da Universidade de Paris, se coloca frontalmente contrário ao bombardeio de cidades indefesas, como era o caso da capital paulista. Badesvant lembra que a Convenção IV, de Haia, de 1909, relativa às leis e aos costumes da guerra terrena, ratificada pelo Brasil, Alemanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha e outros 18 países, estabelece que:

[...] A cidade de que se trata, era defendida pelos rebeldes; mas o bombardeio não foi praticado, ao que parece, no intuito de apoiar um ataque destinado à tomada da cidade; foi, antes, dirigido contra o conjunto da cidade do que contra as forças rebeldes; teve mais o *character* de uma intimidação aos habitantes do que uma operação militar contra um adversário armado. Na sua execução, foi, *apparentemente*, esquecido o dever geral de não dirigir as hostilidades contra toda a população civil, tendo assim operadas destruições que não eram imperiosamente exigidas pelas necessidades da lucta, contrariamente ao que prescreve o artigo 23 do mesmo regulamento.

Por outro lado, as consequências desse bombardeio parecem revelar que não foram *adoptadas*, por parte daqueles que o *effetuavam*, todas as medidas susceptíveis de salvar, tanto quanto possível, os edifícios consagrados ao culto, às artes, às *sciencias*, à *beneficiencia*, aos monumentos históricos, os hospitais e os *locaes* em que se acumulavam enfermos e feridos. Assim, a regra de humanidade formulada no artigo 27 do Regulamento supracitado não foi observada.

O jurista analisa, em seu parecer também, a intenção manifestada pelo governo federal – embora não assumida – com o bombardeio, que era a de aterrorizar a população, para que ela não tomasse o partido dos rebeldes, fazendo críticas a essa estratégia (in Macedo Soares, 1925, p.288)

[...] Bombardear uma cidade inteira, de vasta extensão e de uma população importante, sob o pretexto de que alguns milhares de rebeldes *ahi* se estabeleceram, pode ter unicamente um fim: aterrar a população, no intuito de obter que ela obrigue os rebeldes a atenuarem a resistência. É um bombardeio de terrorismo. Ora, quando uma comissão de juristas, acompanhados de peritos *navaes* e militares designados pelos Estados Unidos, Império Britânico, França, Itália, Japão e *Países-Baixos*, executando uma resolução da Conferência de Washington, formulou, em 1923, um *projecto* de Regras da Guerra Aérea, *nelle* inscreveu esse princípio: “o bombardeio aéreo, no intuito de aterrar a população civil, de destruir ou arruinar a propriedade particular, sem *character* militar, ou de ferir os *não-combatentes*, é *interdicto*. (art. 22). E *ella* acrescenta: O

bombardeio aéreo só é legítimo quando dirigido exclusivamente contra um *objectivo* militar, isto é, um *objectivo* cuja destruição total ou parcial constitui para o beligerante uma nítida vantagem militar...

É preciso se levar em consideração que o parecer do jurista foi publicado no livro de Macedo Soares, crítico da determinação de bombardeio do governo que, ao final da revolta, foi acusado de cumplicidade com os rebeldes e ficou três meses preso no Rio de Janeiro. Trata-se, naturalmente, de um inimigo do governo, homem rico e bem posicionado que, exilado em Paris, dedicou-se a atacar seus inimigos, que o forçaram a sair do país. A argumentação do jurista, no entanto, segue uma lógica: o chamado bombardeio terrificante, também conhecido como “bombardeio à alemã,” no qual os mais atingidos são geralmente civis não-combatentes, não se coaduna, em momento algum, com os princípios de uma guerra entre dois contendores, ambos militares e armados, portanto belicamente preparados, que têm a consciência da vida ou da morte em combate franco.

Desde meados do início do século XX, as nações tentavam minimamente “regulamentar” a guerra moderna, na tentativa de evitar que seus danos ultrapassassem certos limites considerados aceitáveis. Assim, os Acordos de Haia de 1899 e 1907, além da Convenção de Genebra de 1864, proibiam ataques militares a bens de caráter social e a zonas especialmente protegidas, como reservatórios, represas e áreas vizinhas a igrejas e monumentos históricos. A norma se aplicava também a localidades sem valor estratégico nem dotadas de instalações militares, como era o caso de São Paulo. Nada disso, no entanto, foi observado pelos homens que determinaram o bombardeio à cidade. Como se pôde observar, em pouquíssimos momentos, o ataque com bombas e granadas atingiu, de fato, objetivos militares, como quartéis, que deveriam ser seu principal objetivo, de modo a restringir a resistência por parte dos rebeldes. Pelo contrário, foram destruídas casas particulares e fábricas.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro, Manoel da Costa Manso (1876-1957), se mostrou, assim como Badesvant, um crítico da atuação do governo federal no caso, ao classificar o ataque militar como “um bombardeio desumano e criminoso, despejando os canhões sobre a cidade aberta, sem respeito à população civil.” Em outro trecho de sua argumentação sobre o episódio - registrada na publicação *Responsabilidade civil do poder público pelos actos*

damnosos dos seus agentes (A sedição de 1924), p. 48 – o jurista, ex-presidente do Tribunal de Justiça paulista, critica o ‘bombardeio terrificante’, estratégia do governo para combater a revolução. “Esse bárbaro processo de combater rebeliões militares”, questionou. Nesse sentido, o jurista brasileiro concordava com o seu colega francês. O texto foi publicado em um memorial descritivo, no qual a Companhia Antarctica Paulista pedia ressarcimento ao governo, por danos causados à sua fábrica, na Mooca, durante a sedição.

Tendo a consciência de que seria acuado por seus inimigos, por causa da determinação do bombardeio à cidade, o governo e seus aliados decidiram trabalhar com as mesmas armas para tentar neutralizar as críticas. O livro de Macedo Soares saiu em 1925. No entanto, ainda em 1924, outra obra, esta de autoria de legalistas, o “*Sob a Metralha*”, se esforçou para tentar comprovar uma tese contrária à do crime de guerra cometido por Bernardes e Campos, ao mandar atacar a capital com armas de destruição em massa. Assim como Macedo Soares, os autores da obra, Cyro Costa e Eurico de Góes, se ancoraram em pareceres de juristas para defender uma tese temerária: se o governo tivesse optado pelo cerco, a população sofreria mais do que com um ataque direto às forças rebeldes. Nesta concepção, o bombardeio teria sido um “mal menor”.

Os autores de “*Sob a metralha*”, Costa e Góes (1924, p.159), usam como base o artigo “*A rebelião de S.Paulo e o Direito Internacional*”, de autoria do jurista Lemos Britto, publicada no jornal *A Notícia*, do Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1924, para defender sua tese, segundo a qual o governo agiu de forma legal, ao bombardear São Paulo. No estudo, Lemos Britto faz questão de distinguir uma guerra civil, como foi a travada em São Paulo, de uma guerra convencional, de país contra país. Em sua interpretação, as normas de um conflito convencional não se aplicam à conflagração travada dentro do próprio país, que teria regras próprias.

[...] Mas a expressão – poupar cidades abertas – sempre deu *logar* a discussões inúteis e contraproducentes. Que se deve entender por cidade aberta? A que não é cercada por fortificações? Era essa a concepção antiga, mas toda gente compreende que é uma concepção falsa. Por isso, Gefeken, com a sua imensa autoridade, *discreteando* a propósito da guerra civil do Chile em face do Direito Internacional escreveu isto: - “o sitio das praças fortes e defendidas é uma medida de guerra, legítima e necessária. A legitimidade da agressão não depende de *facto* da fortificação, senão da defesa da

praça a mão armada. É *illegítimo* bombardear uma fortaleza que abre as suas portas, é necessário atacar uma cidade aberta que é defendida militarmente.

Para Costa e Goés, (p. 161/162) o fato de os rebeldes estarem armados, inclusive com artilharia e armamento pesado, poderia justificar o ataque com bombas e granadas à cidade. Segundo os autores, o governo atendeu aos flagelados, na medida de suas possibilidades e avisou, dias antes, que iria promover um ataque decisivo à capital paulista. Este é um argumento falacioso. Na verdade, o governo alertou à população, dia 26 de julho, por meio de boletins jogados de avião, que faria um ataque decisivo. A população civil já era atacada há 15 dias, numa média de 300 tiros por minuto em alguns casos e, além disso, lembra Macedo Soares, não tinha a menor condição de se retirar, já que não havia trens ou estradas capazes de evacuar cerca de 400 mil pessoas que ainda se encontravam na capital, fora as que já haviam deixado a cidade. O ataque final só não ocorreu porque os rebeldes resolveram retirar-se de São Paulo na madrugada daquele mesmo dia. Para os autores

[...] Imperdoável seria *elle* se o governo, tendo de *empregal-o* (o bombardeio) para desalojar os sediciosos, esquecesse as *prescripções* humanas e elevadas que o direito estabelece para o bombardeio na guerra internacional. A sua falta, digamos melhor, o seu crime, seria sem perdão. Que *prescripções* são essas? A da notificação prévia, a da permissão aos civis de se retirarem da cidade, a de não alvejar senão os redutos de concentração dos inimigos. Violou o governo estas regras *imprescriptiveis*?... não violou. *Elle* não só permitiu a *sahida* da população civil como a convidou, dois dias antes, a precatar-se contra os possíveis desvios dos tiros de seus canhões. *Elle* o ajudou a retirar-se e lhe forneceu abrigo e sustento, na medida do possível. *Elle* determinou que a artilharia poupasse a cidade, e raros foram os tiros desviados dos seus *objectivos*. Com tantas horas de tiros ininterruptos sobre as posições dos rebeldes, São Paulo estaria fora do *mappa* das cidades do Brasil se essa ordem não fosse cumprida, ou o fosse com descaso. O mais que aconteceu, levamos á conta da fatalidade desse momento impatriótico.

Costa e Góes citavam “raros tiros”, que desviaram-se dos seus objetivos, ao tentarem justificar a ação governamental e alegavam que a cidade estaria “fora do mapa” se as ordens para evitar tiros contra a população não tivessem sido cumpridas. Atribuem ainda à “fatalidade desse momento impatriótico”, o que aconteceu a mais. A julgar pelo que afirmavam os escritores, a história do

bombardeio a São Paulo, neste episódio está repleta de “fatalidades impatrióticas”, já que nada menos que 1.800 prédios, segundo o insuspeito relatório do prefeito Firmiano de Moraes Pinto, foram destruídos pela ação da artilharia governista. Pouco à frente, ainda in Costa e Góes (p.163) ambos explicitam o que o bombardeio evitou, ao menos em sua visão, fazendo coro com as preocupações de outro escritor legalista, Aureliano Leite: o extermínio do exército legal.

[...] Havia outro meio mais humano e mais *prompto*, quando os revoltosos dispunham de artilharia e a empregavam contra as forças atacantes?... os meios de *acção*, ali, a não ser este, só poderia ser o da tentativa de rendição pela fome e a tomada de assalto da cidade. Tomar de assalto uma cidade defendida por trincheiras, por aeroplanos, por *cavallaria*, por metralhadora e sobretudo por artilharia, tudo isso combatendo de dentro da massa do casario urbano, seria levar ao extermínio o exército legal e expor ainda mais a população inocente ao sacrifício de um combate leonino, pelejado dentro de suas ruas e de suas casas.

Aos dois autores de “*Sob a Metralha*”, assim como a Leite, autor de “*Dias de Pavor*”, ambos os livros francamente governistas, respondeu o jornalista de *O Estado de S.Paulo*, Antonio dos Santos Figueiredo, que também viveu o período e conta no livro *1924 – (episódios da revolução em S.Paulo)* as suas memórias do conflito (in Figueiredo, 1924, p.8) :

Já saíram vários livros sobre esses *successos* sangrentos. Ainda estava em S.Paulo e ouvi apregoar “*Dias de pavor*”, de Aureliano Leite, e “*Sob a metralha*”, de Cyro costa. Não os quis ler: imaginei tratar-se de apologias às “*autoridades constituídas*” e nada peor que ler trabalhos dessa natureza: *engorgitam-nos, suffocam-nos com adejctivos* e misérias. E não me enganei; alguns trechos de tais obras, *transcriptas* pelos *jornaes*, revelam a subalternidade dos *escriptores* mencionados. Essas obras não eram depoimentos para a Historia, mas arranjos para o presente...

Difícil ser mais cristalino que Figueiredo, jornalista de esquerda com algumas ligações com o movimento anarquista, na avaliação dos colegas escritores. Em seu artigo, “*O Direito Internacional e a Revolução de 1924 em São Paulo*”, publicado em 2008, o advogado Rui Décio Martins, vice-diretor da Faculdade de Direito de São Bernardo e especialista em direito internacional, demonstra o que prescrevia o Direito Internacional da época, no que dizia respeito a ataques com

bombas a cidades abertas – não protegidas por fortificações e muros – como era São Paulo na ocasião. O autor do livro “*Le Droit International Codifié et sa Sanction Juridique*” (Paris, 1890), Pasquale Fiore, citado pelo articulista, diz que

O bombardeio só poderá ser empregado em tempo de guerra, como meio direto de obter a rendição de uma fortaleza ou uma praça fortificada qualquer, ou como meio auxiliar de bloqueio e operações de sítio.

De forma semelhante, se coloca o jurista brasileiro Clóvis Bevilacqua, na obra “*Direito Internacional Público*” (Rio de Janeiro, 1911, Livraria Francisco Alves), também citado por Martins:

Artigo 260 - É proibido atacar ou bombardear cidades, aldeias, habitações ou construções não defendidas.

Ambos, como se pode observar, concordam, em linhas gerais, com as premissas adotada por Jules Balesvant e Costa Manso. Há, no entanto, conforme revela o próprio artigo de Martins, uma segunda leitura para a questão. A lei, como se sabe, sempre permite algum grau de interpretação. Em resposta a uma consulta da legação italiana, de 11 de maio de 1895, publicada in Bevilacqua, tomo I, p. 207, citado por Rui Décio Martins, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos de Carvalho, lembra que operações de guerra eram “atos de necessidade pública, que legitimavam o Estado a bombardear uma cidade.” Assim, como atos de guerra, excluía a hipótese de responsabilidade, por serem de força maior, não cabendo aos indivíduos, salvo raras exceções, o pedido de indenização pelos danos sofridos. A legação da Itália pedia a indenização a nacionais, moradores em São Paulo, por força de danos materiais sofridos em conflitos internos.

Assim como o ministro, outros especialistas na legislação que tratava do ataque a cidades abertas deixaram claro que havia algumas hipóteses que poderiam legitimar, pelo próprio Direito Internacional, esse ato dos governos. Lafayette Rodrigues Pereira, na obra de sua autoria “*Princípios de Direito Internacional*”, tomo II, afirmava, ainda na página 251 do artigo de Martins:

Não há razão para bombardear as cidades abertas, isto é, quando não são protegidas por fortificações e obras de defesa. Mas se a

cidade aberta abriga em seu seio o inimigo, se resiste levantando barricadas e convertendo em trincheiras e redutos as casas e edifícios, os muros e os acidentes do solo, desaparece a imunidade e ela entra na condição das fortificadas e pode ser legalmente bombardeada.

Mais uma vez citado, Bevilacqua in Martins (p.253) esclarece que

O bombardeio deve ser dirigido contra as fortificações da cidade e suas dependências e não, intencionalmente, contra a parte habitada pela população civil, a fim de movê-la a influir sobre a guarnição, para que não persista na resistência.

O bombardeio em São Paulo, como se viu, não se destinou às fortificações – salvo em raríssimos casos – ou às suas dependências, mas sim, em sua maior intensidade, à “parte habitada pela população civil”, como destacava o texto do jurista Clovis Bevilacqua. Esta foi que, efetivamente, sentiu os efeitos do bombardeio, como se pode destacar. É lícito, então, chegar à conclusão de que o governo de Arthur Bernardes, secundado por Carlos de Campos, cometeu um crime de guerra ao bombardear indiscriminadamente São Paulo, destruindo civis em vez de soldados, prontos para o combate e para matar ou morrer em um confronto aberto. É o que se depreende da opinião dos juristas que debateram o tema: eventualmente, em uma situação especial, a cidade poderia ser bombardeada, mas somente nos pontos de concentração dos militares e em seus depósitos. Não foi isso que ocorreu. O ataque militar se deu em áreas densamente ocupadas por civis, alheios ao conflito e desarmados. E tinha a intenção, ao que parece, de fazer o que o jurista destacou: “influir sobre a guarnição, para que não persista na resistência”. Este é o efeito do chamado “bombardeio terrificante”.

Na documentação de que se dispõe, em nenhum momento, o presidente Arthur Bernardes oferecia sua versão para as razões do bombardeio a São Paulo. Em seus pronunciamentos posteriores, ele pouco se referia a esse tema especificamente. Prefeito de São Paulo, entre 1956 e 1967, e deputado federal pelo PTB, Piza (p.151) conta que, em 1946, em sua casa, na Rua Valparaíso, na Tijuca, Rio de Janeiro, Bernardes lhe confidenciou qual a razão de ter determinado o bombardeio contra a capital paulista. De acordo com ele, isso ocorreu porque o presidente havia recebido informações confidenciais do Itamaraty, segundo as quais

os Estados Unidos estariam aprestando uma frota para invadir e tomar o Amazonas, em face da “fraqueza do governo central brasileiro”, demonstrada nas revoltas de 1922 e 1924.

Para evitar tal risco, Bernardes determinou às tropas federais que bombardeassem a cidade noite e dia. O general Tertuliano Potiguara teria, de acordo com o relato, se negado: “A ordem é ilegal. As leis da guerra proíbem o bombardeio de cidades abertas. Aqui, a luta é entre irmãos, mais uma razão para não ser executado o bombardeio”, disse. Chamado ao Palácio do Catete, o oficial teria tido acesso ao relatório do Itamaraty e se convencido da necessidade de “consolidar o prestígio do governo”, optando pela ação bélica, o que demonstraria ao mundo que o Brasil poderia defender seu território de agressões externas. A história parece pouco verossímil: o presidente dos Estados Unidos na ocasião, era Calvin Coolidge, um republicano visto como tímido e pouco dado a ações militares no exterior, que, na primeira mensagem ao Congresso, em 1923, defendeu o isolacionismo americano, bem diferente de Theodore Roosevelt (1901-1909), pai da teoria do big stick (o grande porrete), que levou a intervenções americanas em Cuba, no Panamá e na República Dominicana durante o seu mandato.

Aliás, naquele ano de 1924, os americanos haviam intervindo na Nicarágua, em Honduras e na República Dominicana, com tropas de marines, eventualmente combatendo militares nacionais. Era o evento conhecido como “Guerra das Bananas”, em que tropas daquele país protegeram interesses econômicos de seus empresários na América Central. No entanto, é importante lembrar que Bernardes se esforçou para deixar à posteridade uma imagem de nacionalista inflexível e protetor das riquezas naturais brasileiras, o que se coaduna com a versão que apresentou ao escritor para o seu gesto.

Na biografia autorizada do presidente intitulada *Arthur Bernardes, estadista da República*, de autoria do advogado Bruno de Almeida Magalhães, o tema movimento militar de 1924 é praticamente esquecido. Na verdade, entra apenas com uma breve citação no capítulo 22 intitulado *Ciclo Revolucionário*, no qual se descrevem, também, outros levantes que Bernardes enfrentou à frente da Presidência da República. O episódio é citado, rapidamente, mas apenas de passagem. Não se comentam os bombardeios, a repressão posterior ao levante ou

outros assuntos que tivessem potencial de prejudicar a imagem pública do então já ex-presidente.

Magalhães reproduz o documento intitulado *Manifesto à Nação*, publicado em novembro de 1924, no qual Bernardes fez a defesa de suas atitudes na repressão aos movimentos de 1922 e 1924. No texto, que foi distribuído em folhetos nas escolas de Minas Gerais, em especial na sua Viçosa natal, e publicado em alguns jornais, o presidente ofereceu as suas razões para a repressão – acusando os inimigos militares e civis de ladrões do Tesouro Público – e procurando explicar porque não pretendia anistiar os rivais, como era o desejo de parte da opinião pública nacional no período. Também aproveita para criticar o uso dos estrangeiros, que chama de “mercenários”, pelos rebeldes de 1924. A seguir, um trecho do documento (in Magalhães,1973, p.163):

[...] O momento exige que eu fale com franqueza sobre as causas aparentes e alegadas dos movimentos subversivos, já que as causas reais, não confessadas, são a ambição desregrada do poder e a posse do Tesouro Público, como resulta dos processos de saque e roubo que, de par com o emprego de mercenários estrangeiros, adestrados pela Grande Guerra, foram pela primeira vez usados para vergonha nossa na história de nossas revoluções! As paixões mal extintas da campanha presidencial, cujos indignos processos não podiam deixar de gerar frutos indignos, foram o fermento cultivado pela desvairada ambição do momento em que, eleito pela vontade do povo, me dedicava, com serenidade de ânimo, ao desempenho das funções de Presidente da República”.

Em outro trecho, na página 164 da obra de Magalhães, o presidente ataca a proposta de anistia, defendida por vários parlamentares de oposição, em benefício dos rebeldes, cujo propósito, de acordo com estes últimos, era pacificar o país, dividido por força dos dois movimentos armados:

[...] Rebelam-se com intuítos inconfessáveis e procuram mascarar esses intuítos com a reclamação da anistia, tentando comover a alma generosa e boa de nossos patrícios. A anistia é medida política que a Nação outorga espontânea e livremente em seu próprio benefício, mas não é nem pode ser um favor que se exija de armas nas mãos contra ela mesma e contra os seus representantes. São estas as verdades que precisavam ser ditas, para que a bondade do povo não se deixe iludir. Revoltam-se para obter anistia... E antes, por que se revoltaram? Rebelam-se para obter o perdão do crime e, no entanto, o repetem, o agravam e o proclamam”. Não! Defenderei até o último

alento da minha vida o prestígio da autoridade que me foi entregue e isso justificará a confiança em mim depositada.

Como será visto no capítulo seguinte, o presidente Arthur Bernardes se negou a transigir e, de alguma forma, a negociar com seus inimigos militares e civis. Ao que parece, a palavra “negociação” não existia em seu vocabulário. Passada a ressaca da revolta, a repressão à “masorca”, como eram chamadas as sedições no período, começou com força. Na verdade, a repressão aos opositores parlamentares, jornais de oposição, anarquistas, militares e outros se iniciou no mesmo dia em que a revolta militar eclodiu em São Paulo, se estendendo para outros períodos e sendo executada, com mais intensidade, logo após a retirada dos rebeldes em direção ao interior do Estado de São Paulo.

Até mesmo o presidente da República, em uma autocrítica que lhe foi atribuída, quando atuou como deputado federal, e publicada no jornal *Última Hora*, de 17 de novembro de 1967, reconheceu que o papel que protagonizou durante o seu mandato – transcorrido praticamente inteiro em estado de sítio – não foi exatamente o de um estadista. No texto, de autoria do repórter Manuel Bispo, Bernardes, que havia morrido em 1954, teria dito, em desabafo durante sessão da Câmara:

*[...] como presidente da República, eu fui apenas um chefe de polícia. E chefe de polícia ante as pressões revolucionárias, só sabia fazer uma coisa: prender, perseguir, conter pelo terror”,*²²

Em favor de Bernardes, entretanto, pode-se dizer que possivelmente nenhum outro presidente da chamada República Velha enfrentou tantas adversidades durante seu mandato. Ainda no calor da campanha à presidência da República, que disputou com Nilo Peçanha, da Reação Republicana, em 1922, o presidente foi tema de uma música, que acabou virando marchinha de carnaval daquele ano, na qual era chamado de “seu Mé”. A referência devia-se à sua característica física de perfil afilado, que lembrava o de um carneiro. Bernardes também recebeu outros apelidos da oposição, tais como “rolinha”, “o calamitoso” e “o

²² Jornal *Última Hora*, 17 de novembro de 1967, caderno II p.3. Disponível em <www.arquivosp.gov.br>. Acessado em 20/02/2013.

réprobo de Viçosa”, usados à exaustão nas campanhas eleitorais. A seguir, a letra da música, tocada durante a campanha à presidência de 1922:

Ai, seu Mé!
Ai, seu Mé!
Lá no Palácio das Águias, olé!
Não hás de pôr o pé...
O Zé-povo quer a goiabada campista;
Rolinha, desista.
Abaixa essa crista...
Embora se faça uma bernarda a cacete,
Não vais ao Catete!
Não vais ao Catete!

A referência à “goiabada campista” ocorreu porque Nilo Peçanha era fluminense de Campos, no interior do Estado do Rio. O Catete era o palácio da Presidência da República, quando a capital federal ficava no Rio de Janeiro. Seu antigo nome era Palácio das Águias, por causa das aves de metal em sua fachada. Bernardes acabou eleito por 466.877 votos, o que correspondia a 56% do eleitorado, mas representava apenas 3% da população total do país. Nilo Peçanha (1864-1924) recebeu 317.714 votos. As eleições eram viciadas e havia ainda o fenômeno do “curral eleitoral”, em que até os mortos “votavam” nos candidatos da situação.

Além das mortes no bombardeio e nos tiroteios, os paulistanos ainda teriam muito a lamentar. Como será visto no próximo capítulo, os governos federal e estadual foram “pródigos” na aplicação de penas a rebeldes, mas também a simpatizantes e até a quem não tinha relação alguma com o movimento porém, por alguma razão, havia demonstrado alguma forma de apoio à rebeldia.

Quanto à população, ao menos em parte, apoiava os rebeldes, como se pode inferir das marchinhas populares reproduzidas por Gattai (p.233), naqueles dias tormentosos:

Fala a metralha, responde o canhão
 O Isidoro Lopes vai ganhar a revolução

O Isidoro não tem medo

Nem tampouco tem preguiça
Vai fazer de Arthur Bernardes
Um pedaço de linguíça

3. A população e os bairros alvos do conflito

Os registros de depoimentos da população civil a que se teve acesso, guardados em alguns arquivos, nos livros e jornais, permitem perceber que as principais vítimas do bombardeio legalista (e mesmo rebelde) é de trabalhadores pobres, atacados nos bairros operários das zonas Leste e Sul. Embora haja poucos registros, é possível perceber que a tônica predominante são o desespero e a estupefação diante dos bombardeios e dos tiroteios em plena rua. Uma boa parte dos depoimentos foi obtida no Arquivo da Cúria, que mantinha memoriais, nos quais as próprias vítimas dos ataques (ou seus prepostos) contavam sua história, em documentos que foram enviados ao arcebispo metropolitano, D. Duarte Leopoldo e Silva.

A razão desse procedimento é porque o religioso era o presidente de uma comissão organizada pelo governo do Estado, sob determinação da lei 1.972, de setembro de 1924, que previa o pagamento de indenizações a vítimas pobres da sedição militar e a reconstrução dos templos religiosos destruídos. Era a Comissão de Assistência às Vítimas Pobres da Rebeldia de Julho. A maior parte dos atingidos pelas bombas e tiros, pelo que foi possível perceber a partir dos depoimentos, era de imigrantes pobres, italianos, alemães e portugueses, além de brasileiros, com profissões como carroceiro, chacareiro, bordadeiras, operários, empregadas domésticas, pedreiro e chofer, todas na base da pirâmide social. Em geral, eram moradores de bairros como Mooca, Brás, Belenzinho, Luz, Cambuci, Ipiranga, Vila Mariana, Paraíso e região central, nos quais se travaram combates durante o movimento militar. Os sobreviventes receberam indenizações entre 100 mil réis e um conto de réis.

A família Giani, moradora da Rua Aymorés, 60, no Bom Retiro foi, certamente, uma das que mais sofreram no conflito. No dia 17 de julho, de acordo

com o relato do padre Luiz Marcigaglia, também autor de “*Férias de Julho*”, uma granada explodiu em frente à casa da família, de origem italiana, matando dois filhos de Antonio de Giani, Lúcia e Pedro. Em seguida, morreram mais dois. A família ficou alojada no Liceu Coração de Jesus, escola dirigida por Marcigaglia, transformada em abrigo durante o movimento militar, entre os dias 16 e 30 de julho, e este mesmo contou, em memorial à comissão dirigida pelo arcebispo D. Duarte Leopoldo Silva, o drama dos Giani:

No dia 17 de julho, pela tarde, caíu uma granada na frente da casa do sr. de Giani, justamente quando estavam lá brincando seus filhos. Foi um espetáculo desolador! Uma menina de 12 anos, Lucia, ficou completamente despedaçada. Três outros filhos, gravemente feridos, foram transportados para a Santa Casa. Um deles, Pedro, faleceu dias depois. O outro, uma criança chamada Victor, teve um pé amputado. O maior foi levado para o Lyceu, onde continuou o tratamento até ficar bom.

Marcigaglia conta ainda que a mulher do italiano, que tinha duas gêmeas pequenas, ficou tão abalada com o ocorrido que não conseguiu mais amamentar as meninas, que acabaram morrendo. “Essa pobre família foi a mais provada de todas que estiveram no Lyceu. Com efeito, teve dois filhos mortos, um estropiado (sem um pé) e outro muito ferido. Pode-se acrescentar que as duas gêmeas também foram vítimas da revolta”.²³

Há casos como os de José Libonia e sua irmã Maria Libonia, ambos operários e moradores da Rua Espírita, 31, no Cambuci, que relataram a morte da mãe, Grazia Paula Libonia, assassinada a tiros por forças legalistas, no dia 15 de julho de 1924, quando, acompanhada por seus filhos, passava pela Rua Pires da Mota, no mesmo bairro. Como relatou o viúvo, o italiano Gaetano Libonia:

“Ela era muito pobre, vivia de lavar roupa e tinha uma vida honestíssima. Seu corpo foi inumado no Hospital Central do Cambucy”²⁴

A alemã Anna Schimidt Werner, de 49 anos, viúva, moradora da Rua Senador Queiroz, no bairro da Luz, relatou também a morte, no dia 12 de julho, da

²³ Pasta CBA- 06-01-11 – Arquivo da Cúria Metropolitana. A família recebeu 500 mil réis de indenização

²⁴ Documentos da Revolução de 1924 do Arquivo da Cúria Metropolitana, pasta CBA-06-01-05

filha Dinorah e os ferimentos em suas irmãs Zulmira e Marta – ambas internadas na Santa Casa de Misericórdia – e nela própria por estilhaços de granada lançada contra a casa em que vivia naquele bairro.

Moradora da Mooca, Sophia Alonso, teve sua história contada por um vizinho, Osvaldo. Segundo ele, a mulher, que era viúva e vivia na Rua Visconde de Parnaíba, 394, foi morta por um bombardeio de tropas legais ao Alto da Mooca.

Foi por volta das 14 horas do dia 18 de julho. Uma granada explodiu o prédio onde ela morava. Não ficou nada de pé.

Germano Paulino, residente no Brás, relatou a morte da mulher, Paulina, mãe de cinco filhos, durante o bombardeio ao bairro por tropas legalistas. Queixa semelhante fez a italiana Vicenta Carbone, que perdeu o marido, Gaetano Carbone e seu filho de 5 anos, por explosão de granada na Rua Dutra Ruiz, bairro do Belenzinho:

Um relato surpreendente e bastante completo foi o da portuguesa Boaventura Fernandes, empregada doméstica e analfabeta, que teve sua história contada por um vizinho que sabia ler e escrever. De acordo com ela, soldados legalistas, acampados no Ipiranga, mataram a tiros, sem motivo algum, seu marido, o pedreiro Domingos. Segundo Boaventura, os fatos se deram no dia 9 de julho:

As forças *legaes* acamparam no lugar denominado *Villa Secker* e às 19 horas, apareceu um soldado do 3.º Batalhão da Força Pública pedindo café, no que foi servido. Apenas 10 minutos depois, ele apareceu novamente, pedindo café e eu disse que não tinha, mas ia fazer. Ele, então, pediu água e, depois de se servir, disse que estava com vontade de matar alguém daquela casa e, ato contínuo, fez fogo contra o meu marido, Domingos Fernandes, que veio a falecer e foi enterrado no cemitério de S. Caetano. O soldado bandido se encontrava alcoolizado²⁵

Antonio José de Carvalho contou a história do assassinato, também por tropas legais, da prima, Rosa, de 16 anos, no dia 26 de julho. Ela era bordadeira da Fábrica de Tecidos Paulista e a família, depois de muitos tiroteios entre as forças legais e rebeldes, decidiu abandonar a casa em que viviam, na Rua do Paraíso, 125,

²⁵ Pasta CBA – 01-06-05 do Arquivo da Cúria Metropolitana

em busca de lugar mais seguro. Ao fugirem, Rosa e sua mãe, Paula Maria de Oliveira Carvalho, foram surpreendidas por um novo tiroteio.

De acordo com o relato, a mãe conseguiu se jogar, com as filhas menores, em uma vala de dez metros que havia perto, mas Rosa, que era arrimo da família, apesar da pouca idade, não conseguiu se salvar:

Dahi, essa infeliz mãe, apertando contra o peito uma de suas filhas, assistia, estarecida e apavorada, a agonia da também filha Rosa, atingida pelos tiros, não podendo salvá-la. Até para conseguir resgatar o corpo da menina foi difícil por causa da intensidade do tiroteio

Ainda na Mooca, Nathalia Milcke pede indenização pela morte do irmão, Antenor Milcke, de origem húngara, que havia sido morto, deixando três filhos menores, por granadas governistas jogadas contra a Companhia Antarctica, na Avenida Presidente Wilson, ocupada por rebeldes. Ele vivia em uma chácara nos fundos da fábrica. A italiana Amélia Roschini, moradora da Rua da Mooca, 126, naquele bairro, teve sua história contada pela filha Duzalina. Segundo ela, a mãe morreu com um tiro na cabeça, disparado em um confronto entre tropas legalistas e rebeldes.

Moradora da Rua Rubino de Oliveira, 32, no Brás, a brasileira Clotilde de Almeida Queiroz relatou a morte do seu filho, Euclides de Almeida Queiroz, de 19 anos, quando seguia para casa, na Rua Fontes Júnior, atingido por um tiro disparado por soldados legalistas, em confronto com rebeldes. Seu vizinho, o português Antonio Pinto de Assis, natural do Vizeu e morador da Rua Conselheiro Belizário, 72, no Brás, contou que, em 8 de julho, uma bomba vinda da Penha caiu sobre sua casa, matando três filhos, Dora, de 14 anos, Hermínia de 7, e Linda, de três meses, além de deixar sua mulher e ele próprio feridos. Enéas de Abreu, de 21 anos, brasileiro natural de Pernambuco, relatou à comissão que teve as pernas amputadas quando, ao seguir para almoçar em um restaurante, foi atingido, ao lado de um amigo, em frente ao Hotel Terminus, no centro, por estilhaços de granada disparada por tropas legais.

O italiano Santo Muratori, de 60 anos, morador da Rua Ana Nery, 320, no Cambuci, perdeu o filho Antonio Muratori, de 19 anos, mecânico e arrimo de família;

Quando lia *jornaes*, ele foi traiçoeiramente *atingido* por uma bala de fuzil que lhe ocasionou imediata morte. Tendo *fallecido* no dia 20, somente foi enterrado no dia 23 do mesmo mês, pela falta de transporte, no Cemitério do Araçá.

Isabel Nessa, mulher de Pedro Pastore, sapateiro, italiano de Bari e morador da Avenida Martin Burchard, 12, na Mooca, relatou que quando chegava em casa, no dia 12 de julho, ele foi colhido por uma granada que também matou o médico Angelo de Vita. Ela sobreviveu, mas perdeu uma perna.

No vizinho bairro do Brás, mais especificamente na Rua Caetano Pinto, as vítimas foram, preferencialmente, espanhóis que viviam na região. Jesus Munhares, morador no número 80 da rua, foi atingido por estilhaços de granada. Sua vizinha, a italiana Anunciata de Felice, moradora do número 70, ficou ferida por tiro de fuzil. Também espanhola, Sophia Martins, que vivia no número 62 da Caetano Pinto, ficou ferida por restos de granada.

A operária italiana Ida Acioli, de 18 anos, moradora da Villa Maria, 14, no Cambuci, disse que foi atingida por uma bala, quando seguia para casa, nas imediações do Palácio das Indústrias, na Várzea do Carmo (atual Parque d. Pedro II), ficando sem uma perna. Assim, um advogado descreveu a situação da mulher, que pedia ajuda:

Pobríssima, com irmãos e mãe ora em extrema indignação, quando fora sempre o arrimo seguro de sua família, implora de Vossa Reverendíssima o encaminhamento de vossos bons ofícios a fim de recolher qualquer óbulo caridoso

Em um dos poucos casos de vítimas de melhor condição financeira, o francês Mario Fagier, de 42 anos, que estava somente de passagem por São Paulo, em viagem a Montevideu, foi forçado a se refugiar no Theatro Olympia, no Brás, atacado por granadas legalistas, em um episódio já referido por esta pesquisa, que custou a vida de 30 pessoas e ferimentos em 80. O jovem Raymond, de 16 anos, filho de Fagier, foi uma das vítimas, de acordo com os relatos. “O jovem foi enterrado no Cemitério do Araçá e o pai, depois de voltar do enterro, descobriu que não tinha mais nada, que seus bens desapareceram do *Theatro*, enquanto ele levava o corpo do filho ao cemitério”. Ao lado da ficha de Fagier, Amália Ferreira Matarazzo, uma das pessoas encarregadas de investigar as histórias dos suplicantes, anotou:

*Família de classe média. Perdeu quase tudo o que tinha. Merece um auxílio de cem mil réis*²⁶

Os rebeldes também mataram, sem motivo aparente, assim como os legalistas, a população civil, sem relação com nenhum dos lados em disputa. Pelo menos foi o que contou Josephina Moschi, de 42 anos, viúva de Augusto Moschi.²⁷

No dia 9 de julho, necessitando seu marido fazer compras de mantimentos foi, em companhia de Giácomo Ghiraldi, a um armazém próximo de sua casa a fim de comprar o necessário, que ao sair da Rua Hipódromo, 382, na qual residia e onde havia trincheiras de revoltosos, um soldado de cor, o qual parecia embriagado, o alvejou mais ao seu companheiro, que sendo ambos gravemente feridos, foram transportados para a Santa Casa e após longo sofrimento veio o seu esposo a falecer, no dia 3 de agosto p.p., ficando, pois a suplicante e as duas famílias sem o amparo do seu chefe²⁸

Da mesma forma, Maria Carlota Barroso Borges, mãe de três filhos menores, afiançou que seu marido, Francisco Pereira Borges, foi assassinado em Santo Amaro, na noite de 17 de julho, por um soldado revoltoso “que, nessa ocasião, cumpria ordens do general chefe dos revolucionários”. Era uma referência ao líder dos rebeldes, general Isidoro Dias Lopes.

Também houve casos relatados de perdas materiais. A viúva Olympia Gonçalves Pereira, por exemplo, foi despojada de seus únicos bens durante o movimento militar: duas casas, na Rua Urano, na Aclimação, destruídas por bombardeio governista. Os danos foram avaliados pelo perito da polícia, João Queiroz Assumpção Filho, como “irreversíveis”.

Em geral, os moradores acusavam os soldados legalistas por saques a suas propriedades. Jonas Rolim de Arruda, residente na Rua Redenção, 113, no Belenzinho, disse que soldados da polícia mineira o teriam despojado de vários bens que estavam em sua casa, entre os quais um relógio de ouro e um revólver. O mesmo assegurou Thomaz Ferreira, morador da Rua Serra de Araraquara, no

²⁶ Foi exatamente o que Fagier recebeu de indenização (pasta CBA -06-01-18)

²⁷ Os rebeldes não contavam com aviões tão poderosos quanto os dos legais, mas também tinham uma pequena frota, requisitada de donos de aviões no Campo de Marte. Um desses aviões, relata Pereira (2010, p.129), chegou a ser carregado, em 23 de julho, com uma bomba de dinamite para explodir o Palácio do Catete, mas acabou pousando, com problemas mecânicos, em Cunha (SP), sem atingir o objetivo. Era um Nieuport Oriale, de Tereza de Marzo. Também chegaram a construir carros de combate que, muito pesados, não funcionaram.

²⁸ Conf. relato à Comissão, pasta CBA – 01-06-16, do Arquivo da Cúria

Belenzinho, que alegou ter perdido 14 contos de réis para saqueadores das tropas legais e Francisco Falchi, cuja residência, no Largo do Cambuci, foi ocupada por soldados legalistas que combatiam os rebeldes na Igreja da Glória, e posteriormente saqueada. O carroceiro Miguel Francisco, que tinha uma pequena chácara na Rua Machado de Assis, 184, na Vila Mariana, alegou que soldados governistas que entraram em São Paulo após a retirada dos rebeldes roubaram todos os seus poucos pertences.

Os jornais também contavam parte dessas histórias de vítimas dos combates durante o movimento militar. No *Jornal do Commercio*, edição de 24 de julho, é possível acompanhar a tragédia da família Vazzotto, de origem italiana da Calábria, atingida por granada na Mooca:

O bombardeio de anteontem, bastante visível, aliás, no relampaguear sinistro de todo um amplo semicírculo do alto da Mooca, não se limitou só à destruição de muitas riquezas, como vitimou ainda um número bastante grande de habitantes daquele vasto bairro de nossa metrópole. Assim, a família de Angelo Vazzoto, *calabrez*, refugiou-se no terreno que fica na esquina da rua Visconde de Parnaíba com a rua Piratininga. Minutos depois, duas granadas alcançam os pobres refugiados, dizimando a desgraçada família – nove pessoas.

Já no dia 6 de julho, o jornal *O Estado de S.Paulo*, em edição quase inteiramente dedicada à guerra na cidade, começava a divulgar a lista de mortos, no dia anterior, quando eclodiu o conflito. Eram indicativos de uma cidade em conflagração. Registrou-se, na publicação que, até as 23 horas, apenas se sabia da morte das seguintes pessoas:

Catharino de Menezes, soldado do 2.º Batalhão,
 Maria Clara Gomes, de 44 anos, residente à Alameda Nothman, 10
 Euclides Domingues – soldado revoltoso do 1.º Batalhão,
 Júlio Teixeira Lôbo – empregado no escritório do dr. Ramos de Azevedo – atingido por bomba no prédio, que ficava na rua da Boa Vista. Uma granada disparada pelos revoltosos atingiu o edifício e matou o rapaz, contínuo da empresa, arremessando seu corpo contra a parede.
 Mariangela Maiolino, residente à rua Vergueiro, 7
 Francisco Vitelio, de 26 anos, morador à rua da Mooca, 454. Esta última viajava em um automóvel pela Rua 25 de Março. quando o seu carro foi atingido por um disparo de fuzil.

Da mesma forma, os livros de memorialistas também relatavam parte dos padecimentos da população no período. Nascido em 1900, na Rua Antonio Carlos, perto da Avenida Paulista, e morador da Rua dos Carmelitas, na Mooca, o sr. Ariosto, como é identificado in Bosi (p.114), era filho de italianos de Módena e Capri. Na rua em que vivia, em frente a um quartel da Força Pública, foi um observador privilegiado, se é que há privilégio em assistir a cenas de violência, do movimento de 1924. Ariosto, que na época em que a obra foi lançada (1983) vivia em um asilo do bairro, lembrava-se do que houve na ocasião, quando até o irmão mais velho, Amleto, aderiu aos rebeldes depois de brigar com o pai.

Quando veio a revolução de 24, dispararam os canhões nas travessas da Rua da Mooca. Lembro que todos os vizinhos rodeavam o Tenente Cabanas, que era muito destemido, levavam comida para os soldados, ou iam levar seu abraço. Nós víamos os petardos atravessarem as ruas; na Igreja do Cambuci, os soldados do governo acamparam e disparavam. Os revoltosos de Isidoro Dias Lopes e do tenente Cabanas atiravam do Quartel da Rua Tabatinguera. O povo andava escondido, fugindo para outros bairros. O povo do Brás fugiu para onde pôde fugir: Penha, Belenzinho, Lapa.

A carta da também moradora do Brás, Francisca Spinelli, à sua amiga Leopoldina Ferreira, de Piracicaba, no Interior de São Paulo, permite dimensionar as dificuldades da população civil com o bombardeio. Relata (in Côrrea 1976, p.128):

Durante toda a noite e o dia de hoje, têm-se dado bombardeios horríveis! As balas passam sobre nossas cabeças, assobiando terrivelmente. Espera-se a todo momento ser-se vítima de uma dessas monstruosas granadas. O bairro atingido agora pelas forças do governo é esse. Já morreram diversas pessoas aqui na rua a aqui ficam, sem o auxílio de ninguém. As granadas caem impiedosas por estas redondezas. Temos nos escondido no porão. Fugir não posso. Além das ruas estarem intransitáveis, eu não tenho para onde ir.”

Nos relatos, os paulistanos demonstravam sua impotência diante da situação vivida. Se não era possível a fuga para a maioria, a única saída era permanecer, enquanto durasse a guerra, escondidos nos porões, único lugares em que estavam relativamente a salvo dos tiros e das bombas nas ruas. Iniciado pelo Brás e Mooca, o bombardeio se estendeu, depois, a outras regiões, como o Cambuci e Vila Mariana, onde soldados governistas e rebeldes trocavam tiros na

rua. A população não tinha para onde correr, pelo que se depreende dos relatos. D. Alice, moradora da Liberdade (in Bosi 1983, p. 64) descreveu a situação:

“A gente nunca quer sair de casa pra ir pra nenhum lugar, só quando já não pode ficar mais ...acho que todas as pessoas são assim. Durante o dia, ouvíamos os tiros de canhão, eu ia me aguentando e ficando mais um pouco. Mas, quando foi um dia...o tiroteio se cruzava entre os soldados na Igreja da Glória e os outros no depósito de pólvora, lá em baixo na rua Tabatinguera. Eu morava no meio. Foi a revolução do Isidoro Dias Lopes. Cortaram as luzes e de noite os tiros sacudiam a casa... o barulho do canhão. Eu só tinha medo de morrer no escuro (...) no dia seguinte disse: vou embora, vou de carro de boi, carroça, mas vou sair daqui”. Os carros, quando saíam na rua, os soldados pegavam. Meu marido viu um carro parado em nossa rua, na porta de uns amigos, e pediu o favor que viessem me buscar com a menina. (...) Quando saía de casa via o clarão, os estrondos. (...) uns primos meus acompanharam os revoltosos e um deles desapareceu, deve ter morrido no combate. Muita gente morreu.”

Rafael Franceschi, morador do Cambuci, na época, contou, em depoimento ao projeto Museu de Rua, um pouco dos padecimentos que sua família e vizinho passaram no período:

Durante 23 dias, eu e mais 25 pessoas ficamos num porão na Rua Lavapés. A artilharia começava às 18h30 e toda a população ficava apavorada. Não por causa dos tiros de fuzil, mas por causa das granadas que podiam cair em nossas cabeças a qualquer momento. Perto da casa, havia uma metralhadora que atirava em direção ao Morro do Piolho. Além disso, eram utilizadas também balas dum dum, aquelas que estouram dentro do corpo.²⁹

Em depoimento gravado, obtido em uma entrevista na sua casa, na zona norte de São Paulo, em 1994, o veterano Álvaro Oliveira Valle, que lutou do lado dos rebeldes e, depois foi preso, passando-se para o lado legalista e indo perseguir os antigos companheiros no Nordeste, ofereceu um painel, nos primeiros dias, do movimento militar, por parte dos membros da corporação que se viram, de repente, no meio de uma revolta:

²⁹ Atividade organizada pelo Movimento de Revalorização do Cambuci, Museu Memória do Bixiga, Projeto Museu de Rua e Igreja Nossa Senhora da Glória, que ouviu, em 1987, sobreviventes do movimento de 1924.

Eu era soldado da Força Pública, atuando no Quartel-General, como tipógrafo, morava no Tremembé. Fui trabalhar naquele dia (5 de julho de 1924), que era um sábado e a gente tinha expediente até as 13 horas. Aderi à Revolução e comecei a imprimir os manifestos que eram distribuídos à população, para incentivar o movimento, que tinha o objetivo de derrubar o governo de Arthur Bernardes. O chefe era o general da reserva Isidoro Dias Lopes, já que nenhum general da ativa aceitou esse encargo. Durante a Revolução, pedaços inteiros das casas desmoronavam, diversas caixas d'água foram atingidas por petardos e por todos os lugares havia inundamento e enxurradas. Muitos mortos. Saí da cidade com os revolucionários de trem, e lutei no Paraná. Depois, ainda no Paraná, me entreguei ao capitão Romão Gomes, da Força Pública e tornei-me legalista, trabalhei com o coronel Álvaro Mariante quando fui preso e, depois, fui combater sabe quem no Piauí? O capitão Virgulino Ferreira, o Lampião.³⁰

Geneen (1925, p. 115) descreveu o dia-a-dia das dificuldades vividas por sua família e 15 hóspedes que recebeu em sua casa, na Vila Mariana, durante os dias do movimento militar. Segundo o autor, foi necessário improvisar para sobreviver naqueles dias.

[...] Fala-se de um terrível combate que *vae* se travar na região da Vila *Marianna*, decididamente, as cousas desandam. Como está resolvido, como pedra e cal, que da casa não *sahiremos* – tanto vale morrer aqui como acolá – foi decidido também que passaríamos a noite no porão. O perigo ali é menor. Só uma bomba, das grossas, ali nos atingiria.

Dito e feito – as camas e pertencentes foram transportadas e arranjadas! Eis quando mal começamos a instalação, viu um *alumno* meu pedir precisamente este local, para *elle* e sua mãe. *Acceitei*, havia *logar* ainda. Mas timidamente que disse que um amigo viria também – com a família. “Que venha”. A família compõe-se de onze pessoas. Pois que os onze mais os dois venham. Nós somos em *tres*. Pois que todos venham! Fugiram da rua Tabatinguera, à toda pressa, não tinham trazido nem camas nem cobertas. Vieram uma mão adiante e outra *atraz!*

As consequências da guerra travada dentro da cidade logo se fizeram sentir. Eram a fome, quando já começava a faltar comida, já que não era mais possível abastecer as prateleiras, o desemprego, por causa da destruição das fábricas, e o

³⁰ Depoimento a esta pesquisa, em 25 de julho de 1994 na casa de Valle, na zona norte de São Paulo. Ele morreu em 2005. O militar integrou o batalhão comandado pelo tenente Antualpha Alencar e disse que este teve que conversar com os cangaceiros – também legalistas - para explicar que “alguém estava enganado naquela história”. O fato se deu no Piauí, embora talvez haja um equívoco do informante nesse caso, já que não há registros do bando de Lampião lutando naquele Estado. O cangaceiro havia recebido do Padre Cicero a patente de capitão dos batalhões patrióticos para enfrentar a Coluna Prestes e não os militares legalistas.

medo constante de morrer, atingido pelas bombas e granadas. O saque às fábricas e aos moinhos ainda em atividade, além dos mercados municipais, começaram a ocorrer. O êxodo veio na sequência. Premidos e atemorizados pelos ataques, muitos moradores começaram, então, a fugir da cidade para não morrer.

O jornalista e escritor Tito Batini, que vivia em São Paulo, na época do episódio, descreveu sua experiência durante o movimento militar, quando estava hospedado na “pensão de dona Joana”, casa de família que ficava na região da Liberdade. O relato, no qual se destacam a fome e a participação do autor nos saques, foi publicado in *A Light e a Revolução de 24* (p. 60):

[...] Dona Joana, viúva, nos chamava de “meus filhos”. Manteiga e leite estavam mais difíceis. Estávamos ameaçados de não ter mais o que comer. Eu e meu mano Pio Líbero nos arriscamos, então, para os lados do Belenzinho, onde moravam nossos tios e primos. Há quinze dias, a artilharia dos quartéis da avenida Tiradentes pipocava, entremeada pelo rugir dos canhões, os quais respondiam desesperadamente ao bombardeio desfechado pelos legalistas contra a cidade aberta ao mando do presidente Arthur Bernardes. Lá na Travessa da Intendência, onde procuramos nossos parentes, porém, a coisa não estava melhor. Uma colega de nossa prima Santana, operária da Fábrica de Tecidos *Scuracchio*, havia sido morta por bala perdida ao sair à procura de alimento para o lar.

Depois que outras tentativas de obter comida nas poucas padarias abertas falharam, só sobrou a Tito Batini e a seus companheiros integrar-se, segundo conta, aos saqueadores que furtavam mercadorias dos mercados e galpões.

[...] O jornal *O Estado de S. Paulo*, em edição de uma página só, dava notícia de saques pelos lados do Mercado, onde se situavam os armazéns dos atacadistas, e dos moinhos Gamba e Matarazzo. Então, nos decidimos. Saímos, eu, meu irmão e outro pensionista, alcançamos a avenida Brigadeiro Luís Antônio, onde paralelepíedodos amontoados formavam trincheiras.

Ouvíramos dizer que o tenente Cabanas, da Força Pública, um dos heróis do movimento, estava dando cobertura ao povo que saqueava os armazéns. Desde jovens e até anciões, homens e mulheres, se aglomeravam em extensa área, gemendo ao peso de quanto haviam podido recolher – feijão, arroz, carne seca, cebola, alho... Nós três não tínhamos recipientes para encher. Diabo! Falta de prática. Nunca antes havíamos participado dum saque... Nosso companheiro teve a ideia: arrancamos nossos paletós, que transformamos em sacolas, dando nós às mangas; e um pouco caberia em nossos chapéus e nos bolsos das calças.

Dali a alguns dias, a cidade estava transformada num inferno. Subia a uma centena o número de canhões fazendo cerco às tropas rebeldes. Aviões despejavam bombas, indiscriminadamente, atingindo a área civil. Após uma semana, a despensa estava de novo vazia.

A Padaria São Domingos, no bairro do Bixiga, à época chamado por seu nome oficial de Bela Vista, foi um dos lugares cercados por populares que ameaçavam saqueá-la para obter alimentos. A padaria foi fundada em 1913, pelo calabrês Domenico Albanese que, ao chegar de sua terra, havia comprado uma chácara na região central, na qual instalou um forno para fazer e vender pães. Durante a revolta, o prédio, na Rua São Domingos, foi cercado e se iniciou um saque. Para evitar problemas maiores, Albanese distribuiu pães à população, o que fez com que esta se dispersasse. Uma foto de época lembra o episódio. Até hoje, a padaria permanece no mesmo local .

Os saques aos armazéns, mercados e padarias, principalmente na região central, foram, conforme lembra Batini, a consequência direta da fome sofrida pela população, em meio a bombas e tiroteios. De tudo se furtava, afirmam os depoentes, mesmo o que não se precisava, embora, a preferência fosse, naturalmente, por produtos alimentícios. O sr. Ariosto, in Bosi (1983, p. 114) também destacou:

Depois da revolução, o povo sentiu-se com fome. Nas igrejas davam mantimentos. As fábricas pararam muito tempo e os operários não tinham mais mantimento, não tinham nada nas suas casas, então começaram a saquear o Moinho Santista, o Matarazzo. Traziam sacos de farinha nas costas e levavam para os seus. Até armazém eles saquearam. Depois, a polícia foi de casa por casa para buscar os mantimentos. Eles recuperaram os sacos de farinha para os moinhos.

Os bombardeios, o tiroteio e as dificuldades vividas pela população paulistana trouxeram um novo problema: a impossibilidade de abastecer de alimentos a cidade, sitiada pelas tropas federais. Logo, o desabastecimento e o desaparecimento dos gêneros alimentícios viriam se somar aos outros problemas enfrentados pelos moradores da cidade. Segundo Gattai (2009,p.228), os armazéns que antes aceitavam, tradicionalmente que os consumidores pagassem suas dívidas no sistema de cadernetas, agora só aceitavam pagamento em dinheiro. Logo, sem

condições de reabastecer as prateleiras, até a possibilidade de pagar à vista desapareceria, até porque não havia o que comprar.

Os jornais registraram mais esse problema vivido pelos paulistanos, que se somava às outras dificuldades para sobreviver, em uma cidade em guerra. Em 9 de julho, portanto três dias depois da eclosão do movimento, o periódico *A Capital* já trazia notícias sobre o desabastecimento:

“É desolador o estado em que se encontra a população de S. Paulo por falta de mantimentos. Os armazéns e empórios já esgotaram os seus sortimentos, o povo necessita de pão para matar a fome que já se faz sentir em diversos pontos da cidade. Chegou a tal ponto o desespero das famílias da Mooca, que durante o incêndio das Fábricas Gamba, aproveitaram-se de horríveis chamas como claridade e saquearam um armazém nas adjacências, donde apoderaram-se de feijão, arroz, farinha, vela, querosene e outros mantimentos.

Ainda na Mooca, uma manada inteira de bois foi atacada pela população com fome. Os animais foram descarnados ainda vivos, com todo tipo de faca, até mesmo de cozinha, pelos espanhóis que viviam nas imediações da Rua Ana Néri, para onde a boiada seguiu, ao fugir da Rua da Mooca, por causa dos tiros. O morador Domingos Robilotta, na ocasião com 73 anos, contou, em depoimento ao projeto Museu de Rua, como se deu o ataque:

Os espanhóis foram atrás dos bois, mataram e descarnaram eles quase vivos. Os gritos dos animais pareciam humanos. Também saquearam os armazéns gerais da São Paulo Railway (SPR). Durante a noite, a gente ouvia as pessoas transportando sacos de farinha, algodão, e etc. Um fato pitoresco é que um ‘gaiato’ ficava na esquina da Rua Niterói com a Rua Ana Néri e passava a faca nos sacos, quando o cara chegava em casa, o saco estava vazio.

O sapateiro anarquista e líder sindical Pedro Catalo deixou um relato indignado, em que demonstrava simpatia pela rebeldia e questionava o bombardeio governista, ao mesmo tempo em que também se mostrava perplexo ante a estratégia legalista, de considerar toda a capital um perímetro de lutas. Segundo Rodrigues (1980, p.226):

[...] Os tiros dos canhões legalistas não precisavam de mira, bastava despeja-los sobre a população que tivera a ousadia de manifestar a sua simpatia por um movimento militar que lhes despertava uma certa esperança. O governador e o presidente da República, sabiam-nos, e por isso a ordem era arrasar a capital. A população viva aterrorizada pelo bombardeio que não poupava ninguém, e em todos os bairros havia vítimas inocentes a lamentar. Um amigo meu, de profissão forneiro, perdeu a sua mulher, atingida quando lavava roupa.

A revolução de 24, como ficou conhecida, trazia francamente um traço de revolta contra as injustiças sociais e, por essa razão, todos os potentados, donos de fábricas, donos de grandes armazéns, donos de moinhos e os atacadistas, fugiram precipitadamente temendo por uma vingança popular. Bastou que um soldado de Isidoro rebentasse as portas de um armazém, para que o saqueio se generalizasse e se prolongasse até que as forças revolucionárias dominaram a capital.

Por semanas inteiras, via-se multidão de gente carregando de tudo, desde farinha e outros comestíveis, até casimira, remédios, panelas e louças de todo tipo, ferramentas e até aparelhos sanitários. O saqueio era favorecido pelos soldados da revolução que desde os primeiros momentos ganharam a simpatia do povo paulista e se tornaram amigos. Em qualquer casa que esses soldados pedissem comida, café ou outros favores de emergência, eram atendidos com simpatia e entusiasmo. Por esta razão, o bombardeio sobre a capital de S.Paulo fazia-se indiscriminadamente e criminosamente.

Até mesmo na vizinha cidade de São Caetano, no Grande ABC, que fica ao lado do Ipiranga – um dos locais onde se combateram legalistas e revolucionários – os efeitos do movimento de 1924 se fizeram sentir. Em artigo disponível no Museu de Polícia Militar, o advogado Henri Veronesi, ex-conselheiro da Fundação Pró-Memória, conta a história de sua mãe, Idamis Veronesi, que tinha 9 anos de idade em 1924 e morava com os pais, Artemio e Flavia Veronesi, na rua João Pessoa, 27, naquele município:

[...] Depois da chegada dos soldados legalistas à cidade, já que estavam no Ipiranga, a família pensou em fugir. Os soldados eram mal vistos na cidade e chegaram a prender muitos operários, sem razão, acusando-os de serem espiões dos revoltosos.

Depois de alguns dias que os soldados estavam acampados em São Caetano, os bombardeios de S.Paulo começaram a ser ouvidos na cidade. Dias depois, eram tiroteios e bombardeios. Numa noite, no bairro do Ipiranga, houve um confronto entre legalistas e revolucionários. O tiroteio parecia estar sendo travado em S. Caetano e muita gente que morava na periferia, na divisa com o Ipiranga, correu a se alojar em S. Caetano.

Os legalistas, depois do início da revolução, montaram um hospital no Cine Central, na Rua Perella, para onde eram encaminhados os

feridos dos bairros do Ipiranga e Cambuci. Muitas pessoas morreram e quando isso acontecia, os mortos eram levados para o único cemitério da cidade, o da Vila Paulo. Ali, ficavam aguardando seu transporte para outras localidades. Ela chegou a saber que muitos cadáveres foram enterrados em valas comuns.

Seu pai trouxe 4 cápsulas vazias de balas de canhão e trabalhou nelas com um punção de bico, gravando figuras de soldados, fortes, árvores e um escudo, com os dizeres Revolta Paulista – 5 de julho de 1924.³¹

No seu relatório, publicado após o fim do conflito, o prefeito da capital Fimiano de Moraes Pinto informou que 103 estabelecimentos comerciais e industriais sofreram prejuízos decorrentes de fogo, saque, bombardeio, roubos e requisições dos sediciosos durante o período que durou a revolta. Desses, sete sofreram com o fogo, seis com o saque e o fogo, 17, prejuízos consideráveis causados pelo bombardeio, seis por roubo e o mesmo número com requisições dos sediciosos.

Os maiores incêndios, de acordo com esse documento, publicado no livro “*A Prefeitura Municipal de S.Paulo em face dos acontecimentos de Julho*” (Seção de Obras de O Estado de S.Paulo, 1924), foram no Cotonifício Crespi, depósitos da AngloMexican Petroleum, Mercado Municipal de Aves e Oficina Duprat (ambos na Rua 25 de Março), Fórum Criminal no Largo do Palácio, Atlantic Refining Co, Chakib, Rieckmann & Cia, Grandes Moinhos Gamba, na Mooca, Antonio de Camillis, Cie des Magasins Genereux et des entrpots livres D’Anvers, Companhia Paulista de Alimentação, Marcos Faveli, Vasconcellos e Carmim. Muitos paulistanos, então, começaram a fugir da cidade, deslocando-se para outros municípios. Segundo o jornal *O Estado de S.Paulo*, de 16 de julho:

Aumengtou consideravelmente *hontem* o numero de famílias que se retiraram para o interior do Estado, aproveitando os diversos trens organizados pela S. Paulo Railway e Sorocabana. Neste mesmo dia 15 de julho foram vendidas 9.000 passagens, na estação da Luz. O numero de passageiros embarcados, entretanto, foi muito mais elevado em vista das passagens concedidas gratuitamente a muitas pessoas. Na Sorocabana, ainda nessa data, foram vendidas 2.000 passagens, fora as gratuitas.

O mesmo relatório da Prefeitura paulistana, anteriormente citado, acerca dos

³¹ Livro do capitão Jorge Luiz no Museu de Polícia Militar. Trata-se de um caderno com textos manuscritos, de autoria do oficial, guardado naquele arquivo.

acontecimentos de julho de 1924, informava que 212.385 paulistanos deixaram a cidade pelas ferrovias – o que equivalia a uma média diária de 9.199 pessoas - em direção principalmente a Campinas, a cidade que mais recebeu cidadãos em fuga, e Jundiaí, ambas relativamente longe do teatro dos acontecimentos. Esse número poderia chegar a 250 mil, porque houve muitos casos de paulistanos que deixaram a cidade de carro, bicicleta, cavalo e até a pé.

Mesmo na literatura, o exílio dos cidadãos em sua própria cidade mereceu destaque. Na obra *“Anarquistas graças a Deus”*, a autora Zélia Gattai descreve a chegada na casa da família, que ficava na região de Cerqueira César, próximo à Avenida Paulista, de vários parentes que viviam no Brás, então sob ataque.

De acordo com a autora, vários parentes se abrigaram na casa da família Gattai, durante todo o período que durou o episódio. Conforme Gattai, Remo, um dos seus irmãos, saiu do bairro da zona sul e foi até a zona leste, usando uma faixa branca nos braços, para ter notícias dos parentes e, posteriormente, resgatá-los. Segundo relata Gattai (2009, p. 228):

[...] Circunspecto, inflado de responsabilidade, Remo traçou um panorama da situação no Brás que, segundo ele, era realmente muito séria. Tia Margarida e tio Gino - o pobre do tio Gino, neurastênico por natureza, vivendo sempre agoniado – estavam na maior agonia. Havia uma trincheira quase em frente à casa deles. As fábricas fechadas, ninguém recebia o salário, nenhum armazém vendia mais pelo sistema de cadernetas, agora só na ficha e assim mesmo já estava difícil encontrar-se o que comprar. Se a revolução se prolongasse por mais algum tempo, em breve estariam passando fome. Essa era a situação. Tio Gino fizera um apelo dramático: fossem salvar sua família!

O parente da escritora, que foi resgatado por seu pai, se saiu bem. Na região da Avenida Paulista, onde ela vivia, não caíram bombas ou foram disparados tiros, com exceção de um pequeno trecho da Rua Augusta e de uma trincheira rebelde na esquina da Avenida Paulista com a Rua da Consolação. Essa região foi uma das áreas da cidade que ficaram livres das consequências da guerra na região central, zonas leste e sul. Era, na ocasião, entretanto, uma grande área descampada e dificilmente alguém poderia imaginar que se tornaria, no futuro, uma das mais importantes avenidas de São Paulo. Ao êxodo se somaram os saques. Os moinhos Gamba e Puglisi, ambos na Mooca, foram atacados e saqueados. E não era só, ao

que parece, a população que saqueava, em uma demonstração de revolta e uma espécie de protesto contra a situação. Também há registros no *Jornal do Commercio*, edição de 7 de julho de 1924, que comerciantes faziam o mesmo.

“Negociantes que saqueiam. Dentre os assaltantes aos diversos armazéns de víveres da capital, contam-se numerosos pequenos negociantes que, munidos de carroças, transportavam as mercadorias roubadas para o seu armazém. Esse fato é bastante grave, porquanto os negociantes saqueadores vão, naturalmente, se aproveitar da situação para explorar o público nos preços da mercadoria de que se apropriaram de forma tão indigna.”

A escritora Maria José Dupré (in *Éramos seis*, p.79/80) também faz menção em sua obra ao bombardeio e ao drama vivido pela população paulistana, naqueles dias difíceis da Revolta de 1924. A autora relata a história – ficcional, mas com base na realidade - de duas personagens, Clotilde e sua empregada Benedita, que presenciam o ataque com bombas à região em que viviam. Aparentemente, trata-se, ao contrário do que se poderia imaginar, do bombardeio rebelde contra o palácio do governo, e os quartéis da região da Luz a partir dos canhões instalados no Campo de Marte e não da agressão legalista à cidade.

Esperaram mais e e anoiteceu muito depressa; começaram a ouvir as balas pipocarem ali perto. Resolveram, então, voltar no dia seguinte de manhã; até esse momento não tiveram medo. Mas assim que anoiteceu, um canhão começou a mandar balas para o quartel da Avenida e parecia que o canhão estava muito perto; devia estar no Campo de Marte. Resolveram descer e ficar no porão; levaram o cachorro e a cabrinha e ficaram os quarto quietinhos, imóveis, só com uma vela acesa. O Pirata estava inquieto, mas a cabrinha deitou num canto e dormiu. A coisa foi piorando tanto que Clotilde e Benedita pensaram que não amanheciam, pois a todo instante parecia que as balas iam cair na casa. Resolveram, então, rezar juntas, ajoelharam e Clotilde disse:

- olhe, Benedita; desta vez não sei se escaparemos. O negócio está preto; vamos rezar juntas. E começaram a rezar alto:

- Ave Maria, cheia de graça, o Senhor é... (Benedita gritava: lá vem ela! Percebiam quando a bala saía de dentro do canhão e vinha zunindo zuim...Bum! Caía com estrondo logo adiante. Clotilde suspirava: desta vez ainda não foi aqui. Vamos... (o Senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres, bendito o fruto do vosso ventre, Jesus

[...] Assim, rezaram uma porção de ave-marias, entremeadas com balas de canhão; de vez em quando a vela ia sumindo e acendiam outra; a certa hora, Clotilde resolveu escrever um bilhete despedindo-se de toda a família porque achou que não atravessaria a noite toda.

Tirou um lápis da bolsa, umas folhas do caderninho e fez uma espécie de testamento; despediu-se de todos com palavras comovidas.

[...] As duas caíram deitadas no chão, tal o fragor da bomba ao cair ali perto; a cabra levantou-se assustada e começou a balir baixinho, e o cachorro veio para perto delas gemendo e se encostando, com um pavor louco. Resolveram então não rezar alto; Benedita chorava e dizia que a pior bomba foi no Salve; apagaram a vela e ficaram os quatro juntinhos, esperando o dia amanhecer, sem muita esperança de verem o sol.

Durante o conflito, a população de Penha de França, bairro onde estavam alojados os legalistas, inclusive o presidente Carlos de Campos e os generais da legalidade, passou fome e sofreu com a falta de água. O pároco do bairro, padre Antão Jorge, foi forçado a, vencendo grandes dificuldades, ir a pé até o palácio episcopal São Luiz, na Avenida São Luiz, centro, onde ficava o arcebispo metropolitano, D. Duarte Leopoldo e Silva, e pedir ajuda para seus paroquianos.

Penalizado com a situação, de acordo com o jornal *O Combate*, D. Duarte pediu à Liga Nacionalista, que, se possível, socorresse a população do bairro. Para garantir a chegada dos gêneros alimentícios à localidade, o religioso mandou, em 17 de julho, uma carta ao general Isidoro Dias Lopes, na qual pedia sua autorização para enviar os alimentos.

“S.Paulo, 17 de julho de 1924 – Exmo sr. General Dias Lopes. Recorro à generosidade de V. Exa. para que me seja permitido enviar alguma provisão de gêneros alimentícios à população da Penha, que segundo informações do respectivo vigário, se encontra em sérias e graves dificuldades e, a mais, privada de água potável, cujos adutores foram cortados, ao que parece. Garanto a v.exa. que esses recursos se destinam exclusivamente à população civil e especialmente aos pobres. Com permissão de v.exa, esses gêneros seriam transportados até a última trincheira dos lados do Ipiranga, onde amanhã, ao meio dia, os virá buscar o mesmo vigário, para quem solicito igualmente o salvo-conduto. Deus guarde v. exa.. Servo em J.C. (a) Duarte, arcebispo metropolitano

Segundo Duarte (p. 130), Isidoro acedeu ao pedido e solicitou uma carroça ou caminhão, para transportar a comida, já que não poderia desviar os que estavam em ações militares. Macedo Soares, então, cedeu um caminhão Ford, que foi carregado com os gêneros alimentícios. Com salvos-condutos e uma carta do arcebispo, pedindo que o material fosse entregue ao vigário da Penha, o caminhão e

seus condutores foram barrados no Ipiranga e, sem fazer caso da carta da autoridade religiosa, seus condutores foram maltratados e despojados por soldados governistas. Não se sabe se os alimentos chegaram à paróquia da Penha, mas somente dias depois o motorista, que teve que voltar a pé para o centro, obteve um recibo, assinado por um certo “J.S. Portella, 1.º tenente”, registrando a posse do caminhão, que ficou com as tropas governistas. Um novo pedido de comida da comunidade penhense foi feito depois, mas, diante do insucesso da primeira tentativa, os rebeldes mandaram a população solicitar ajuda das tropas federais que, então, ocupavam o bairro.

O relatório final da polícia sobre o movimento de 1924, de responsabilidade do delegado auxiliar Cantinho Filho, constatou que houve saques nos bairros do Brás, Belenzinho, Mooca e Ipiranga. As firmas mais atingidas, de acordo com o documento, (in Côrrea, 1976, p.124) foram a Sociedade Anônima Scarpa, Matarazzo & Cia, Ernesto de Castro, Nazaré e Teixeira, Motores Marelli, Maheifuz & Cia, Moinho Gamba, Moinho Santista, Reickmann & Cia, J.M. Melo e outras. Com relação aos comerciantes saqueadores, o chefe de polícia dos rebeldes, tenente-coronel Raul Dowsley Cabral Velho, distribuiu um comunicado à imprensa, publicado na edição de 8 de julho do *Jornal do Commercio*, alertando que os saqueadores deveriam devolver, em 48 horas, bens que estivessem em seu poder, sob o risco de enfrentar corte marcial se não cumprissem a ordem. Posteriormente, foram encontradas mercadorias na casa de moradores dos bairros do Brás e Mooca e os produtos devolvidos a seus donos.

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, maior hospital paulistano da época, se constituiu, durante o movimento militar de 1924, no anteparo da população diante dos combates. Costa e Góes (1924, p.305) destacam o trabalho desenvolvido pela instituição no conflito. Os feridos eram atendidos também nos hospitais Samaritano, Humberto Primo e Hospital Alemão Osvaldo Cruz.

O diretor clínico da Santa Casa, o médico Diogo de Faria, com apoio do mordomo (dirigente administrativo) da entidade, Alberto de Silva e Souza, transformou, de acordo com Costa e Góes, o Hospital Central em Hospital de Sangue unicamente para atender as vítimas do confronto. Em outros espaços, oferecidos pelas congregações religiosas, instalou pequenas clínicas de atendimento médico especializado, de forma a liberar o espaço e a estrutura para as vítimas civis

e militares da Revolução. No Santuário da Congregação do Coração de Maria, na rua Jaguaribe, foi implantado um hospital de clínica médica para homens, dirigido pelo médico Ovídio Pires de Campos. No Colégio de Sion, na avenida Higienópolis, se instalou um outro, exclusivo para mulheres, sob a direção do professor da Faculdade de Saúde Pública, o médico Pinheiro Cintra.

O sofrimento dos paulistanos estimulou alguns cidadãos, de acordo com Côrrea (1976, p. 142), a promoverem um movimento popular contra os bombardeios e ataques, publicando manifestos nos jornais e organizando comícios como um realizado no Largo do Arouche, que tinham o propósito de protestar contra o momento por qual passava a população. Era uma tentativa de a população se fazer ouvir.

Em carta-manifesto publicada em *O Estado de S.Paulo*, edição de 19 de julho, os cidadãos Mário Cardoso de Melo, João Guedes Tavares, José Rafael e Raul Renato Cardoso de Melo questionavam a atuação do ministro da Guerra e dos presidentes Arthur Bernardes e Carlos de Campos, protestando contra o bombardeio e a determinação de ambos em tratar os paulistas e sua capital como inimigos que deviam ser destruídos.

Que legalidade é essa que, enquanto chama de irmãos os revoltosos do Rio Grande e com eles trata de potência a potência, qualifica de guerra a insurreição de São Paulo e nos trata como inimigos, pregando o desumano bombardeio de uma cidade aberta? Que legalidade é essa que, respondendo a um apelo de pessoas de responsabilidade em nome dos sentimentos de humanidade e dos princípios do Direito Público Internacional, se desmancha na sátira irresponsável de um tipo lombrosiano e ordena aos paulistas que ergam de novo a cidade destruída e enterrem os seus mortos, para que entre as espadas da guarda pretoriana, o Nero ridículo de Viçosa continue a apertar, cada vez mais, as gargalheiras da sua tirania de lama e sangue?

No caso, os cidadãos que assinaram o manifesto lembravam que, no ano anterior, quando houve a Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, o governo enviou o próprio ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, também natural daquele Estado, para negociar a paz com os rebeldes. Ainda naquele ano, havia sido assinado o Pacto de Pedras Altas, que paralisou a guerra. Em São Paulo, no entanto, o governo agia de forma bem diversa, lembram os signatários do movimento. Na capital paulista, como se comentou anteriormente, havia muitas

razões para que a sedição fosse vista de forma diversa da do Rio Grande do Sul.

[...] – Nada disso ! interrompeu. Agora, eu que tenho tido escrúpulos em ver a cidade bombardeada, eu que tenho feito impecilhos para que o bombardeio se efective, em vista dos termos desta carta, vou mandar aumentá-lo ainda mais: a granada será a resposta!

- Se v. exa soubesse o que a granada tem feito...

- Para isso a cidade foi avisada a tempo, afim da população se retirar. Os que ficaram é porque não têm medo.

[...] – Pois então diga a ele que a resposta é essa: vou mandar intensificar o bombardeio. Trecho de diálogo travado entre o jornalista Paulo Duarte, portador de uma carta do presidente da Associação Comercial, José Carlos Macedo Soares, ao presidente do Estado, Carlos de Campos, entregue em mãos em Guaiaúna, pedindo o fim dos bombardeios (in Duarte, Paulo, Agora nós!, versão facsimilar da Imprensa Oficial do Estado, p. 188)

CAPÍTULO 2 – A MÃO DURA DE REPRESSÃO À ‘MASORCA’

1 – A lei dos vitoriosos contra rebeldes e anarquistas

Passado o período da revolta, com a retirada dos rebeldes, os governos federal e estadual começaram imediatamente a punir os rebeldes, operários e líderes políticos que, na concepção da classe dominante, demonstraram apoio ou simpatia ao movimento militar e seus líderes, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Na verdade, como se pode ver a seguir, mesmo no dia em que ocorreu o movimento, as prisões já começaram a receber presos no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. O presidente Arthur Bernardes havia passado a contar, pouco tempo antes, em 1921 e 1922, com instrumentos para combater a “masorca”, que, embora tivessem sido aprovados pelo Legislativo - portanto legais do ponto de vista jurídico - guardavam características típicas dos observados em regimes ditatoriais.

A esses instrumentos, entre os quais a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, fundada no fim do ano de 1924, exatamente para enfrentar as “ameaças revolucionárias” com as quais se defrontava o presidente, juntava-se a legislação em vigor desde o início do século, que permitia expulsar os chamados “agitadores estrangeiros”, em geral anarquistas e socialistas, aos quais o presidente jamais perdoou, ao que parece, o apoio oferecido aos rebeldes que tomaram a capital paulista. A primeira providência de Bernardes, após se encerrar a revolta paulista, foi pedir (e obter) do Congresso a decretação de um novo estado de sítio, por 60 dias, que seria constantemente renovado após seu final. Praticamente todo o mandato do presidente, entre 1922 e 1926, se passou sob esta medida de exceção, excetuando-se, o período entre dezembro de 1923 e o início de julho de 1924.

Logo após a eclosão do movimento em São Paulo, o governo já tomava medidas para neutralizar os operários, embora estes não tivessem participado, organicamente, da revolução, apenas emprestado o seu apoio moral, como se viu anteriormente. Pinheiro (1991, p.109) afirma que, no Rio de Janeiro, tão logo se iniciou a revolta em São Paulo, foram fechados os sindicatos, suspensas as publicações operárias, e presos os mais destacados militantes. Alguns foram expulsos do Brasil, outros mandados para a Ilha Rasa, onde havia um presídio

político, e a maior parte enviada para o presídio de Clevelândia, no extremo norte do país, em especial os redatores de *A Plebe*. O jornal anarquista, sediado na capital paulista, havia publicado um manifesto de apoio aos rebeldes.

O texto, transcrito na edição de 25 de julho do jornal operário, ou seja, 20 dias após o começo da revolta, demonstrava o apoio dos operários anarquistas à causa dos revoltosos, embora reconhecessem que aquela não era a revolução pela qual lutavam:

[...] O movimento, mesmo com as características que apresenta, é uma obra do povo, pois este é quem mais sofre a pressão do Estado, o descaso dos seus administradores, a exploração dos poderes, os horrores da mais extrema miséria, em consequência dos minguados salários que mal chegam para satisfazer as suas necessidades mais imperiosas [...]

A nossa opinião:

[...] Partidários que somos, defensores que temos sido e seremos continuamente de uma sociedade comunista libertária não podemos, sem transigir com nossos princípios, deixar de olhar o movimento revolucionário triunfante com devida simpatia, porque, vigorando os fins que o determinaram, muito aproveitaremos na propaganda de nossos ideais de emancipação humana.. já que não contamos com uma força consciente e moral no seio das classes trabalhadoras e populares para fazermos uma revolução genuinamente “nossa”, entendemos que, como diz Malatesta, devemos contentar-nos com fazer uma revolução a **mais nossa** (*grifo meu*) que seja possível, favorecendo e participando moral e materialmente a todo movimento direto no sentido da justiça e da liberdade. O movimento presente, pela linguagem dos seus manifestos apresenta este carácter. Portanto, como revolucionários, julgamos de nosso dever apoiá-lo³²

O escritor e líder anarquista Everardo Dias³³ (in Dias,1962,p.140/141), que também chegou a ser detido e posteriormente expulso do país, descreve como se deu a reação do governo logo após o início da revolta paulista :

³² A Plebe, edição de 25 de julho de 1924, p. 2 – Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp. O jornal só voltou a circular em fevereiro de 1927, depois do fim do governo Bernardes.

³³ Operário gráfico e jornalista, natural de Pontevedra, na Espanha, Everardo Dias transferiu-se para o Brasil dois anos após o seu nascimento, em 1883. Maçom, destacou-se por suas posições anticlericais. Deportado em 1919 e 1924, escreveu o livro *História da lutas sociais no Brasil*, tido como um clássico do movimento operário. A obra, usadas nesse trabalho, foi escrita em 1961, período de ascensão dos movimentos sociais no país, antes do golpe de 1964. Nela, o autor, que então militava no PCB, rememora a trajetória do sindicalismo revolucionário no Brasil. Citava, no entanto, fatos de 40 anos atrás.

Na capital da República, o ambiente tornou-se irrespirável; logo ao se iniciar o levante, desde a madrugada de 5 de julho, as canoas policiais eram incessantes, arrastando para as enxovias e presídios centenas de suspeitos em toda a escala social; mas a sanha policial era sobretudo acentuada aos agitadores operários, ou seja, os militantes. Os líderes operários que conseguiram escapar dessa razzia tinham que andar disfarçados e com constantes alarmas, com inaudita coragem, enfrentando todos os perigos e espantosas torturas aplicadas pela polícia para conseguir declarações e confissões.

Em consequência do movimento em São Paulo e como reação à revolta, Bernardes começou a preparar então as bases para a formação de uma polícia política, cujo principal intuito era identificar até a mais modesta forma de oposição e, a partir da constatação, ordenar a repressão. Segundo Pinheiro (1991, p.110), foi proposto um novo regulamento para a Polícia Civil do Distrito Federal, prevendo a instalação de duas inspetorias, a Seção de Ordem Social, que teria, entre seus objetivos, “exercer constante vigilância sobre os agitadores, sociedades operárias, estabelecimentos industriais, agremiações e toda e qualquer reunião a que concorressem pessoas exaltadas” e “desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades de anarquismo e agir com solicitude para fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos.” A Seção de Segurança Pública, por sua vez, teria como função “velar pela integridade e segurança da pátria e pela segurança interna da República, especialmente quanto aos crimes de conspiração, sedição, ajuntamentos ilícitos e aos “meetings” e reuniões de caráter político.”Era, como se vê, um rol bastante extenso de “crimes” a reprimir.

Em 1917, no mesmo ano da greve geral promovida por operários anarquistas em São Paulo, o jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, havia afirmado, em editorial de 24 de julho, que “o trabalhador brasileiro, disciplinado e de boa índole, está sendo minado pela ação deletéria de alguns estrangeiros”. *O Estado de S.Paulo*, de São Paulo, afirmou algo semelhante, na edição de 23 de outubro de 1919: “eles (os militantes estrangeiros) não amam nossa cidade, nem a estimam porque não nasceram sob o nosso céu. Não corre nas suas veias o nosso sangue.” Em pouco tempo, anarquistas e comunistas, principalmente os primeiros,³⁴

³⁴ Samis (1999, p.51) diz ser “inequívoca” a ideia de que os anarquistas eram alvo prioritário para o governo, naquele período, já que não se encontram nomes de comunistas enviados para a

passaram a receber o rótulo de “indesejáveis” e sofrer a ação de uma legislação que permitia a sua expulsão do Brasil por “perturbar a ordem pública”, como definia o texto da Lei Adolfo Gordo, de 1907.³⁵

Governos anteriores a Bernardes haviam editado leis contra os denominados, na propaganda governamental, “agitadores estrangeiros”. A expressão designava os trabalhadores italianos, espanhóis e portugueses que, em geral, tinham mais consciência dos seus direitos e muitos, assim como parte dos operários brasileiros, eram mais politizados. Esses imigrantes e nacionais seriam responsáveis por “contaminar” os pacíficos e ordeiros trabalhadores brasileiros com o “vírus” da luta de classe. O anarquismo era visto, então, pelas classes dominantes como uma espécie de “flor exótica” no “jardim” dos operários nacionais. No entanto, segundo o militante anarquista Edgar Leuenroth (in Leuenroth, 1963, p.105) “o movimento social libertário teve início de atividades no Brasil, mais ou menos corporificado, logo após a implantação do regime republicano.” Assim, a maior parte dos anarquistas, segundo ele, era de brasileiros e não estrangeiros.

Em 1907, fora editado o decreto 1637, datado de 5 de janeiro, que exigia o registro dos sindicatos em cartórios e o fornecimento às autoridades da lista dos filiados nacionais ou naturalizados. Dias depois, em 7 de janeiro, outro decreto, o 1.641, mais conhecido como Lei Adolfo Gordo, regularizava a expulsão de estrangeiros. A lei foi editada, não por coincidência, logo após a realização do Congresso Operário Brasileiro, no Centro Galego, no Rio de Janeiro. Esta legislação foi publicada, pela segunda vez, em 1913, levando às expulsões dos anarquistas Gigi Damiani e Everardo Dias, respectivamente italiano e espanhol.³⁶ Não foram os únicos, no entanto. Segundo Ueócka (1991,p.19), chegou a 314 o número de estrangeiros – todos líderes operários - deportados entre 1917 e 1926. Desses, 127 eram portugueses, 100 espanhóis e 87 italianos.

Clevelândia, embora Otávio Brandão e Astrogildo Pereira já gozassem de um certo prestígio dentro do movimento operário no eixo Rio-São Paulo.

³⁵ Adolfo Gordo (1858-1929) foi um senador paulista que se celebrou por produzir leis contra anarquistas e estrangeiros. Também foi governador do Rio Grande do Norte.

³⁶ Luigi (Gigi) Damiani, nascido em 1876 em Roma e morto em 1953, jornalista e poeta, dirigiu o jornal anarquista *O amigo do povo*, no Brasil. Depois de expulso, redigiu o opúsculo *Brasil, país para onde não se deve emigrar*, condenando a imigração de italianos para o país. Por ocasião da sua expulsão, Nereu Rangel Pestana, diretor de *O Combate*, publicou um artigo questionando a deportação dos líderes sindicais estrangeiros e demonstrando que a medida era contrária à Constituição. Em 1906, o governo italiano editou o Decreto Prinetti, proibindo a imigração para o Brasil, por causa de maus-tratos contra colonos por parte de fazendeiros e capatazes.

Em 1921, durante o governo de Epitácio Pessoa, fora aprovada a Lei de Repressão ao Anarquismo, aproveitada nas administrações seguintes, para expulsar anarquistas e revolucionários em geral, enfraquecendo a influência de suas ideias no movimento sindical brasileiro. Entre seus artigos, a legislação, de caráter fortemente repressivo, previa que a Justiça poderia “ordenar o fechamento, por tempo indeterminado, de associações, sindicatos e sociedades civis, quando incorram em atos nocivos ao bem público.”³⁷ A legislação, naturalmente, foi usada somente contra os considerados opositores ao regime.

A criação da 4.^a Delegacia Auxiliar, sob o comando do major Carlos dos Reis, logo depois da posse de Arthur Bernardes, em novembro de 1922, parece seguir em linha à transformação da polícia de então, no dizer do historiador Carlo Romani em seu artigo *Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social*³⁸, na criação efetiva de uma prática de polícia política voltada ao controle social, que se tornou, mais tarde, no Estado Novo getulista, uma prática cotidiana, muito utilizada na repressão a movimentos sociais e políticos de oposição.

A 4.^a Delegacia foi seguramente o embrião necessário para a criação, anos mais tarde, de um Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), este sim uma repartição policial absolutamente independente e com autonomia em relação ao próprio governo federal. Contudo, se o DEOPS e a gestão repressora da polícia política inaugurada na era Vargas é tão estudada pelos pesquisadores, ignora-se, muitas vezes, que foi no tempo de Arthur Bernardes que se deu a gestação e o nascimento de um plano estratégico de vigilância e controle social, no qual quase todos os métodos, posteriormente aprimorados, já estavam lançados e postos em prática. Portanto, a emergência de um moderno estado policial no Brasil se deu já em novembro de 1922 com a criação da 4.^a Delegacia Auxiliar. Pelo menos no tocante à prática repressiva de controle político do corpo social, o estado varguista não inaugurou nada, apenas reforçou e deu continuidade ao modelo previamente iniciado por um de seus antecessores.

Ainda em 1923, foi editada a Lei de Imprensa, que instituía a censura prévia de temas que tivessem potencial para, de alguma forma, trazer problemas ao

³⁷ Coleção de leis da República dos Estados Unidos do Brasil, 1921. Disponível no site do Congresso Nacional (www.camara.gov.br)

³⁸ Publicado in revista Topoi, do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), volume 12, número 23 – julho/dezembro 2011

governo. O texto, também apresentado pelo senador Adolfo Gordo em 1922, proibia o anonimato – à época muito comum - em artigos e opiniões expressas pelo jornal e estendia a medida aos editoriais e outras sessões livres dos periódicos. A proposta provocou um grande debate na sociedade, levando jornais independentes a questionar a legislação que era, naturalmente, apoiada pelos veículos governistas. A legislação somente foi aprovada em julho de 1923, em pleno estado de sítio, pois, nesses períodos, era muito difícil resistir à determinação do presidente de plantão, escudado nas leis de exceção.

Entre os seus auxiliares mais próximos no setor de repressão, o presidente Arthur Bernardes escolheu alguns personagens que marcaram a crônica especializada da época: para a chefia da Polícia do Distrito Federal foi indicado o marechal Manoel Lopes Carneiro da Fontoura, conhecido pelo apelido de General Escuridão, não só em referência racista à sua etnia, mas também à sua truculência. Esse oficial deixou o cargo antes do fim do mandato do presidente, sob acusação de corrupção e enriquecimento ilícito. O major Carlos dos Reis, diretor da 4.^a Delegacia Auxiliar, por sua vez, era chamado de “Major Metralha” por seus inimigos. Outro auxiliar do presidente, o general Antenor Santa Cruz, recebeu o apodo de “General Rapa-Coco” por, segundo seus detratores, raspar a cabeça dos seus soldados.³⁹

Esses personagens iniciaram a “caça às bruxas”, logo após a fuga dos rebeldes de São Paulo. Presídios políticos, como a Ilha das Flores, a Ilha Rasa, o navio-prisão *Campos*, também apelidado de “navio fantasma” e a Ilha do Bom Jesus foram lugares para onde enviaram os apenados ou apenas suspeitos de crimes. Entre outros locais, se destacariam as ilhas que foram usadas como prisões oceânicas: Ilha Grande, Ilha Rasa, Ilha de Bom Jesus, Ilha das Flores e Ilha das Cobras. Conforme Aragão (p.4, 2011), na capital federal, ainda seriam usados como campos de detenção, principalmente de militares, os quartéis do Corpo de Bombeiros, a Escola de Estado-maior, o Batalhão Naval, o 1.^o e 2.^o Regimentos de Infantaria, o 1.^o Regimento de Cavalaria Divisionária, o Hospital Central da Marinha,

³⁹ Os jornais *O Globo*, do Rio de Janeiro, e *O Combate*, de São Paulo, publicaram, entre julho de agosto de 1927, várias reportagens mostrando que Fontoura e Carlos dos Reis, da 4.^a Delegacia Auxiliar, enriqueceram com a repressão. Reis tornara-se “um abastado proprietário de imóveis”. O General Escuridão, por sua vez, foi denunciado pelo banqueiro do jogo do bicho *Turquinho* por receber mesada de bicheiros. Em São Paulo, o delegado Cantinho Filho, do Dops, também era acusado de possuir um patrimônio muitas vezes superior ao seu salário, entre os quais numerosos automóveis. O artigo que os denunciou em *O Combate* tinha como título “Os novos ricos do bernardismo.”

o Hospital Central do Exército, a Fortaleza de Santa Cruz e a Fortaleza de Lages. O 4.º Batalhão de Caçadores de Santana, um dos primeiros quartéis a se rebelar na capital paulista, também recebeu presos. No Espírito Santo, a Ilha de Trindade, a mais de mil quilômetros do litoral do Espírito Santo, da mesma forma, converteu-se em presídio político. O mais distante de todos era o de Clevelândia, no extremo norte do Brasil.

Clevelândia foi o presídio que mais recebeu prisioneiros. Situado no Oiapoque, ao lado da fronteira com a Guiana Francesa, foi prisão para mais de 1.200 detidos, entre rebeldes derrotados em Catanduvas, no Paraná, onde combateram tropas federais, sob o comando do general Cândido Mariano Rondon, militares rebeldes de várias regiões e movimentos posteriores ao ocorrido em São Paulo, prisioneiros políticos levados do Rio de Janeiro e presos comuns, entre os quais punquistas, desajustados e até doentes mentais, em uma estratégia aparente de “limpeza” de indesejáveis do Rio Janeiro.⁴⁰

Um relatório encaminhado, na época, ao ministro da Agricultura, Pedro Calmon, “Viagem ao núcleo colonial Cleveland”, datado de 1926 (publicado in Pinheiro, 1991, p.95) demonstra que, dos 946 prisioneiros desterrados para Clevelândia, depois da derrota na Revolta de julho de 1924, 444 haviam morrido de impaludismo, desinteria bacilar, tuberculose e outros males típicos de regiões tropicais. A Clevelândia era uma antiga colônia militar convertida em prisão, em meio à Floresta Amazônica.

Dos 946 presos enviados para Clevelândia, 408 tinham ido de Catanduvas, no Paraná, mas haviam lutado na revolta paulista, 419 do Rio de Janeiro e 119 do Amazonas. Com relação aos estrangeiros “deportados” para Clevelândia, Dias (1926, p.237) dá conta do que houve com eles, ou pelo menos com os que conseguiram retornar a suas cidades após a experiência de passar anos em meio à Floresta Amazônica. De acordo com o líder anarquista;

“Curvados, magros, amarelados, sem coragem, sem ânimo, sem vitalidade, traziam as marcas das agruras em seus rostos escaveirados e cor de cera, nos quais apenas os olhos sobressaiam.. no mais, pareciam múmias”.

⁴⁰ Alguns dos criminosos comuns, relata Samis (1999, p. 53) foram cooptados pelo poder e ajudaram a martirizar seus companheiros de desterro, os presos políticos. Os mais violentos eram o Coronel Bahia, Padeirinho, Za-la-morte e Rio Grande.

Um dos biógrafos de Bernardes, Bruno de Almeida Magalhães, tentou defender o presidente das acusações de deportar seus inimigos para Clevelândia, com o objetivo premeditado de livrar-se deles, mesmo que de forma drástica.. Apesar das evidências em contrário, que chegaram a gerar um pedido de explicações do Congresso ao governo, após a morte de centenas de prisioneiros por causa de doenças tropicais e maus-tratos, Magalhães se esforçou para justificar a prisão dos militares e civis – entre os quais vários líderes anarquistas – em um dos pontos mais remotos do território nacional. Nas palavras do autor da biografia (p.179), o lugar era saudável e os presos foram poucos.

[...] Com a derrota dos revolucionários no Combate de Catanduvas, o número de prisioneiros atingiu a 577. De acordo com a Constituição Federal, tinham eles de ser detidos em lugares não destinados a réus de crimes comuns. No atual Território do Amapá, havia um lugar denominado Clevelândia, sobre cujo futuro e salubridade existiam arquivados no Ministério da Agricultura relatórios de militares como os Generais Clodoaldo da Fonseca e Coronel Raimundo Barbosa, do engenheiro Gentil Norberto e do cientista Heráclides César de Souza Araújo. Fundado nessas informações, o governo deliberou para lá remeter grande número de prisioneiros. Mas, a despeito da salubridade do local, houve uma epidemia de febre tifoide, em que pereceram alguns prisioneiros. Por causa disso, Bernardes recebeu as mais acerbadas acusações. Toda a lenda acerca de Clevelândia foi irresponsavelmente refutada pelo senador Miguel Calmon, Ministro da Agricultura durante o governo de Bernardes, durante as sessões de 29 e 30 outubro de 1927, sem ter sofrido a menor contestação!⁴¹

A argumentação do autor obedece à estratégia do presidente, de alegar que Clevelândia era uma espécie de “prisão especial”, na qual poderiam ser encerrados os rebeldes e os anarquistas que, portanto, não precisavam de *habeas corpus*. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), lembra Dulles (p.215) autorizou o governo a deportar seus inimigos para a Clevelândia por considerar que a Ilha das Flores, seu destino inicial, era inadequada para receber presos daquela natureza. Tratava-se de

⁴¹ Não é o que diz a bibliografia especializada. Alexandre Samis, autor de *Clevelândia* Rio de Janeiro, Imaginário/Achiamé, 1998, assegura que, ao contrário da descrição de Magalhães, Clevelândia era uma espécie de “inferno verde”, o equivalente a uma Sibéria tropical. Samis conta que não foram “alguns prisioneiros” os mortos em consequência de doenças tropicais em Clevelândia, conforme aponta Magalhães, mas 491, o equivalente a mais da metade dos 946 prisioneiros, entre rebeldes de 1924 derrotados por tropas federais em Catanduvas, no Paraná, anarquistas, doentes mentais e presos comuns mandados do Rio de Janeiro e embarcados à força entre 1924 e 1927.

uma mistificação. A sobrevivência em meio a tantos suplícios era bem difícil na prisão situada no meio da floresta e boa parte dos prisioneiros jamais conseguiu voltar a suas cidades de origem.

A estratégia de juntar criminosos comuns a presos políticos, na mesma prisão, para Samis (1999, p.52), tinha uma razão muito clara:

É importante lembrar que a inclusão de criminosos comuns como cafetões e assaltantes era uma estratégia do governo para que, em caso de tornar-se público o caso da Clevelândia, poder alegar que os atos eram cometidos contra elementos moralmente desqualificados. O engenheiro Gentil Norberto, diretor do campo, sempre dizia que os presos eram “desclassificados.”

O historiador Carlo Romani, no artigo *Clevelândia (Oiapoque) colônia penal ou campo de concentração?*⁴² defende a tese de que o lugar era, na verdade, um campo de concentração, utilizado pelo presidente Arthur Bernardes, para encerrar seus inimigos, sem precisar conceder-lhes *habeas corpus* aceitos pela Justiça. De acordo com Romani, a própria dificuldade de acesso à colônia militar era usada pelo governo como uma justificativa para não cumprir – ou retardar ao máximo – o atendimento à determinação da Justiça para libertar prisioneiros, de forma que estes permanecessem mais tempo no local.

Em 16 de outubro de 1924, o português Atilio Lebre foi preso e deportado para a colônia agrícola. Por meio de uma carta, relata Pinheiro (1991, p.102), ele se comunicou com o deputado de oposição Adolfo Bergamini e relatou a situação que estava vivendo. Lebre esclareceu que vivia no Brasil há 15 anos, exercendo a função de corretor. E só escapou do suplício, porque obteve um atestado médico de doença, de posse do qual conseguiu ser retirado em uma canoa, para o Amapá, apresentando-se ao cônsul português em Belém.

“Fui encerrado num infecto cubículo onde mal entrava a luz solar, onde encontrei meus amigos, Vicente Ferreira, o conhecido orador popular, e Everardo Dias. (...) Ao cabo de 21 dias a bordo do navio Com. Vasconcelos, fui conjuntamente com meus companheiros de infortúnio, desembarcado em Clevelândia, sede de uma colônia agrícola que o governo federal possui na margem esquerda do rio Oiapoque, nos confins do Estado do Pará, avistando-se na oposta, a

⁴² Publicado na revista *Verve*, do Núcleo de Sociabilidade Libertária (Nu-sol) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, da PUC-SP, edição de julho/2004

uma distância de uns quatrocentos metros, a Guiana Francesa. Revolto-me contra semelhante desterro – porque sou português – aberrados os mais comezinhos princípios internacionais e humanos.

Até mesmo menores, atesta Samis (1999, p. 49) foram levados a Clevelândia e padeceram tanto quanto os adultos. Morador do Brás, em São Paulo, por ocasião do “bombardeio terrificante”, Adriano Augusto foi alvejado por metralhadoras legais e, mesmo assim, levado ao presídio, depois de ser preso em Catanduvas, ao lado dos rebeldes. Houve outros, além dele:

Outro exemplo de violência contra menor carente é o episódio do menino Adhemar da Silva Pires, apanhado nas ruas da capital federal e deportado para Clevelândia em “fins de 1924”, quando contava 14 anos de idade. Este não teve a mesma resistência do outro (Adriano Augusto), falecendo no desterro do Oiapoque.

Em São Paulo, logo no dia 3 de agosto, o presidente Carlos de Campos fazia questão de deixar claro qual seria a sua atitude frente aos policiais da Força Pública, que porventura tivessem tomado parte nos acontecimentos de julho daquele ano. Um decreto de apenas dois artigos, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* naquele dia, mas datado de 29 de julho e assinado pelo presidente e pelo secretário de Justiça e Segurança Pública, Bento Bueno, estabelecia que

Artigo 1.º - Ficam desligados da Força Pública do Estado de São Paulo todos os *officiaes*, inferiores e praças que, na recente revolta, *attentaram* contra a integridade do Estado, contra o exercício dos governos da União e de São Paulo e contra a Constituição Federal.

Artigo 2.º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

O secretário de Justiça do Estado de São Paulo, Bento Bueno, se dizia, como se pode ver no texto reproduzido abaixo, partidário de soluções menos drásticas que as defendidas pelo presidente do Estado. No entanto, Bueno acompanhou o presidente na utilização de “mãos duras” na repressão à sedição:

[...] E agora! Agora começa para o Governo a *phase* mais antipática e ingrata, que é a “liquidação” da revolta. O Carlos e os chefes amigos da situação estão firmes no propósito de “punir exemplarmente” os cabeças e auxiliares maiores do movimento. Eu, bem no meu íntimo, não creio nisso. Tenho já boa *practica*, por

que tenho assistido de dentro a todas as revoluções *desd'o* começo da Republica...não quero, naturalmente, a impunidade completa, mas essa “punição exemplar”, essa não é e nunca foi para o Brasil.

05 de setembro

[...] As cadeias continuam cheias! O meio legal de *esvasial-as* está nos processos, mas quem seria capaz de *fazel-os*? Quem os fez e onde, tratando-se de crime tão grande, tão longo e complicado? Ainda bem que a fúria de Carlos está passando; e com *a delle* vai se amansando visivelmente a dos nossos amigos e chefes políticos.

O governo não “amansou”, como afirmou o secretário. Ainda em 30 de dezembro daquele ano, por meio da lei número 2.304, que determinava a reorganização da polícia, o governador Carlos de Campos criou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Dops), voltado a “garantir a ordem social no Estado”. Era mais um degrau na escalada de repressão.

O delegado de polícia dr. Octavio Ferreira Alves, encarregado de recuperar as mercadorias roubadas nos saques, durante o período da revolta, informava, em relatório publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, edição de 27 de agosto de 1924, que “enviou sete equipes aos bairros de Braz, Belensinho, Mooca, Ypiranga e Cambuci para, atendendo a 184 queixas de saques nos estabelecimentos durante a revolta, apreender material saqueado. Foram apreendidos e levados para o Theatro Cassino Antarctica mercadorias calculadas em 2 mil contos de réis, que foram restituídas a seus legítimos donos e, uma parte doada por eles a entidade beneficentes como a Santa Casa e o Asylo Bom Pastor”.

Vencidos e afastados os rebeldes, a Justiça, a pedido do governo, instaurou o processo-crime, até hoje tido como um dos maiores da história de São Paulo, contra rebeldes e simpatizantes, entre eles operários, policiais de baixa graduação e outros que, supostamente, ofereceram apoio à sedição. Sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo, o processo instaurado na Justiça Federal tem mais de 170 volumes, de aproximadamente 500 páginas cada um, com fotografias, documentos e artigos de jornais, nos quais se tenta provar a participação de muitos personagens nos eventos de julho. Vários líderes operários, entretanto, como se viu anteriormente, já se encontravam presos, em muitos casos sem culpa formada, nos cárceres de governo. Em presídios como os de Ilha Rasa, Ilha das Flores, Clevelândia e a Casa de Detenção carioca estavam encarcerados muitos líderes

sindicais, detidos sob a acusação de participação no movimento.

Logo após a retirada dos rebelados, o advogado Lourenço Moreira Lima, que se tornou, no futuro, um cronista da Coluna Miguel Costa-Prestes, permaneceu na cidade e foi preso em Capão Bonito, quando tentava alcançar os revoltosos. Lima, que viera do Rio de Janeiro, para se integrar ao movimento, foi levado à Delegacia de Capturas e Investigações, na rua 7 de Abril, que classificou como “um antro de monstruosidades”. Ele calculou em pelo menos 10 mil pessoas presas, logo após a saída dos rebeldes da cidade em sua obra *A Coluna Prestes – marchas e combates* (1979, p. 65)

[...] Nos rápidos momentos em que estive na carceragem, vi vários instrumentos de tortura: canos de borracha, palmatória, grossos cacetes e um respeitável espremedor de limões, este certamente destinado a preparar refrigerante para os presos, nas horas de calor.... era uma bonita coleção de objetos de martírio.

Embora não tenha sido pessoalmente torturado, talvez pelo fato de ser bacharel em Direito e contar com amigos influentes, Lima (op cit, p.66) afirma ter presenciado várias cenas de martírio.

Eu ainda não tive oportunidade de ir ao Inferno, mas penso não poder ser pior que a delegacia da rua 7 de Abril, onde se ouvia a todos os instantes, partidos de todos os lados (não era só na carceragem que os presos sofriam torturas), os gritos horríveis e as lamentações dolorosas dos infelizes supliciados ferozmente pela polícia paulista.

Acordei muitas vezes, alta madrugada, despertado pelos urros monstruosos dos seviciados e pelas pancadas dos algozes zurzindo os corpos das pobres vítimas, retalhando-as até elas caírem completamente ensanguentadas, sucedendo-se os gemidos lúgubres e soturnos dos que não tinham mais forças para gritar e que enchiam o espaço com o arquejar de moribundos.

Foram numerosos os casos de cidadãos comuns – muitos dos quais civis – presos, sob acusação de simpatia com o movimento. Havia, até mesmo, menores de idade, sobre os quais não pesava acusação alguma. Ueócka (1991, p. 274) destaca as histórias de Júlio Pereira de Souza, então com 16 anos, que ficou preso, desde julho de 1924 até inícios de 1925. O seu crime: era filho de um líder rebelde, o coronel João Francisco de Souza, e, com bandeira branca, apresentou-se às tropas

legais para levar uma mensagem do seu pai. Operários de fábricas em São Paulo, Adriano Metello Júnior e Tharsis Cabral de Mello, ambos menores, também foram detidos e somente liberados em meados de 1925, já que “não se produziu prova alguma contra eles”, como foi declarado, no volume 137 do processo criminal. O mesmo se deu no interior do Estado, durante a perseguição aos rebeldes, quando as tropas legais prenderam os jovens operários Armando Lerro e Duílio Poli, ambos também de 16 anos, moradores de Jaboticabal.

Entre os citados nos processos, apareciam também vários funcionários da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), que teriam facilitado a vida dos rebeldes, entre os quais Acácio Pinto Dias e Carlos Louvini Ennes. Havia, no entanto, relatos em que os indiciados juravam que nem sabiam exatamente do que se tratava a revolta. Os depoimentos revelam o mosaico profissional da capital. Havia pedreiros, cocheiros, serventes de pedreiros, tecelões, carroceiros, empregados no comércio, encanadores e funcionários públicos entre os chamados “civis revoltosos”. Inácio Tavares, de 19 anos, empregado no comércio, contou, nos autos do processo, ATJESP (Arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo), vol. 1, f. 210v, que

No dia 14, ao voltar do trabalho, foi preso... debaixo de ameaças esse soldado conduziu o depoente ao Quartel da Luz onde um tenente de Polícia dando arma e munição ao depoente o obrigou a entrar no caminhão onde entre dois soldados e outras pessoas armadas teve de seguir para a Avenida Rangel Pestana

Por sua vez, o dr. João Queirós de Assunção, advogado, referindo-se ao dr. Mauro Machado, um colega de profissão, declarou, no processo vol.17, folha 145, que este havia dito, convidando-o a participar do movimento

Vamos, Assunção, você é um rapaz de ideias, vigoroso ao falar e ótimo elemento para a causa dos revolucionários, tudo nesse país está perdido e, por isso, substituí o Código por este revólver e com ele hei de fazer justiça ao povo, miseravelmente oprimido; vamos, tu és meu patrício e não debes recusar meu convite!

Há nos processos uma lista de sargentos do Exército e da Força Pública que, na visão do procurador criminal Carlos da Costa, teriam prestado auxílio aos rebeldes. Aparecem, por exemplo, os sargentos Franklin Pinheiro, Arthur Ferreira de Sant’Anna, Antonio Romão de Souza, Armando Dias de Andrade, Antonio Rodrigues

de Souza, Austriclinio F. de Brito, Benedito Quirino de Souza, Cyro Alves Barbosa, Deocleciano Garcia, José Jeronymo Vergue, José da Cunha Pereira e Acacio Coelho de Queiroz. O inspetor-geral da Estrada de Ferro, José de Goes Artigas, também é citado como acusado pela legalidade de oferecer apoio aos revoltosos quando estes deixavam a capital paulista. Não ficou provada, entretanto, a responsabilidade do funcionário que alegou ser “contra a revolta.”

Outros trabalhadores da Sorocabana e da Estrada de Ferro Central do Brasil, no entanto, não escaparam do indiciamento. No primeiro volume dos processos, Acácio Pinto Dias, Alberto Castanheira e Carlos Louvine Ennes, empregados subalternos, são citados como “estando comprometidos com o movimento revolucionário” e “cúmplices nos atos dos rebeldes”. Em seu depoimento nos autos, (Relatório Geral de Inquérito, vols. 123 e 124, fl 4 a 12) Ennes se defendeu:

[...] Foi coagido, sob ameaça de fuzilamento a preparar locomotivas que serviram aos revoltosos, mas logo que *poude*, fugiu para *Guayauna*, onde se apresentou ao general Sócrates e continuou a prestar serviços à estrada [...]

A repressão também chegou aos trabalhadores, principalmente aos de tendência anarquista, vistos como “inimigos do Estado”, pela polícia política recém-criada pelo presidente Arthur Bernardes. O anarquista Pedro Catalo recorda, em suas memórias (in Rodrigues 1990, p. 226), como se deu a ação policial contra os trabalhadores logo após a retirada dos rebeldes:

Nem bem a famigerada polícia de S.Paulo conseguiu se reorganizar, começou desesperadamente a caça aos militantes anarquistas que haviam assinado o manifesto publicado em *A Plebe*. A maioria deles conseguiu safar-se escondendo-se alguns, fugindo outros, outros ainda mudando de Estado, e a polícia desnordeada e louca à procura dos signatários do manifesto. Alguns não tiveram tempo de esconder-se e caíram nas malhas dos raivosos ‘tiras’ que procuravam a desforra nos militantes libertários. Longe, porém, estavam de saber o tétrico destino que a polícia de S.Paulo lhes havia preparado.

Foram presos alguns dos signatários do manifesto e enviados, à toda pressa, para a prisão política de Clevelândia, no extremo norte do país, de onde pelo

menos cinco líderes anarco-sindicalistas jamais retornaram, perecendo na prisão: Pedro Augusto Mota, José Maria Fernandes Varela, José Alves do Nascimento, Nicolau Parada e Nino Martins. Eles, todos anarquistas, eram parte de um grupo de 15 líderes sindicais enviados para a Clevelândia, citada nos jornais operários como uma espécie de “Sibéria brasileira”, no qual os prisioneiros trabalhavam dez horas por dia, sob castigos físicos, e tinham direito a 50 gramas de carne diariamente. Domingos Braz, também anarquista, definiu assim a prisão em meio à floresta:

Clevelândia – a senzala moderna. Antigamente a escravidão, o tronco, o cipó, o relho; atualmente o trabalho forçado, o cacete, o cinto, o grilhete. Repete-se a história

O principal procurado pela polícia era o redator-chefe de *A Plebe*, Rodolpho Felipe, que havia se refugiado no interior de Minas Gerais. Os signatários do manifesto pró-rebeldes, Pedro Motta e Nino Martins foram detidos, depois de várias peripécias e tentativas de fuga, e enviados à Polícia Central, no Rio de Janeiro e, a seguir, à colônia do Oiapoque em meados de 1925. Outros dois, Pasqual Martinez e João Peres, acabaram presos e encarcerados no presídio da Rua dos Gusmões e no presídio do Paraíso, ambos em São Paulo. Belmiro Martins, por sua vez, fugiu para o interior do Estado e não foi mais capturado. Antonino Domingues mudou-se para o Rio de Janeiro e passou dois meses por lá. Ao retornar, foi detido durante oito dias e teve que pagar 700 mil réis de fiança para sair. Nino Martins, Pedro Motta e Nicolau Parada foram “deportados” para a Clevelândia. Everardo Dias explica, de um jeito peculiar, (in Dias, 1926, p.23) como se dava o “convite” para depor à polícia na capital da República

Um homem é convidado na rua ou em casa, na oficina ou no escritório, ou num estabelecimento, num cinema ou num bar, para ir à Central falar com o major Carlos Reis, e logo que aí chega, acompanhado de dois ou mais agentes, aliás sempre delicados e maneirosos na rua, passa a uma sala onde fica incomunicável dias, semanas, meses, dormindo no chão, sobre jornais ou em cima de algum banco conseguido por um agente compassivo até que uma noite, inopinadamente, sem ser interrogado, sem a mais leve inquisição a *mor* parte das vezes, conduzem-no de automóvel à Casa de Detenção, onde é encerrado.

Ao final do processo, o juiz federal Washington Osório de Oliveira condenou a dez anos de reclusão, com base no artigo 107 do Código Penal, ou seja, atentar contra a Constituição e a forma de governo, 19 militares de alta e baixa patentes, sendo que 18 eram do Exército e um da Força Pública. Eles foram considerados os “cabeças” da revolta militar de 1924. Eram os generais Isidoro Dias Lopes (citado como a principal figura, chefe das forças rebeldes), Augusto Ximeno de Vileroy e o general da reserva Pompeu da Silva, o marechal Odilo Bacellar, o coronel Paulo José de Oliveira, o tenente-coronel Olyntho Mesquita de Vasconcelos, os majores Antonio Mendes Teixeira, Raul Dowsley Cabral Velho e Miguel Costa (esse da Força Pública), os capitães Octavio Muniz Guimarães, Indio do Brasil, Newton Estillac Leal e Juarez do Nascimento Fernandes Távora, e os tenentes Custódio de Oliveira, Eduardo Gomes, Granville Bellerophonte de Lima, Henrique Ricardo Holl e o coronel João Francisco Pereira de Souza. Outros 100 militares foram citados como coautores da sedição. O número total de indiciados por causa da revolta chegou a 688. As informações foram publicadas no jornal *O Estado de S.Paulo*, de 28 de junho de 1925. A Liga Nacionalista de São Paulo, uma das instituições que atendeu a população durante o episódio, foi fechada por seis meses, por decreto presidencial, também por acusação de simpatia com os rebeldes paulistas.

2. A repressão, arma política contra a oposição

Dias após a decretação da revolta em São Paulo, foram presos e levados para a Casa de Correção, no Rio de Janeiro, o diretor do jornal *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt, o advogado Evaristo de Moraes e o deputado federal e jornalista Maurício de Lacerda.⁴³ Eram integrantes da oposição a Bernardes, que passou a usar o episódio como pretexto para reforçar a repressão e para garantir a aprovação do estado de sítio, inviabilizando qualquer forma de combate a seu governo, mesmo a diminuta oposição parlamentar, liderada pelos deputados Maurício de Lacerda e Adolfo Bergamini.

⁴³ Maurício de Lacerda (1889-1959) era pai do político e jornalista Carlos Lacerda (1914-1977), que recebeu da família, boa parte de orientação comunista, o nome de Carlos Frederico, em homenagem a Karl Marx e Friedrich Engels, autores do *Manifesto do Partido Comunista*. Socialista de formação, tornou-se, depois, um dos líderes da direita brasileira e inimigo de trabalhistas e comunistas.

Logo ao se encerrar a revolta na capital paulista, o governo decidiu agir contra os cidadãos que, permanecendo na cidade, haviam, de alguma forma, negociado ou confraternizado com os rebeldes. Alguns deles estavam na mira do presidente da República Arthur Bernardes e do presidente do Estado, Carlos de Campos: o presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos Macedo Soares, o prefeito da capital Firmiano de Moraes Pinto e o jornalista Julio de Mesquita, diretor de *O Estado de S.Paulo*. Estes foram os escolhidos para que o regime mostrasse a sua “mão forte”. Outros, no entanto, também seriam presos, mas não mereceram tanta atenção quanto os três, representantes das chamadas “classes conservadoras”, que, no entanto, diante do fato consumado da ocupação da cidade pelos rebeldes, entraram em entendimento com estes e, por isso, passaram a ser vistos como inimigos do regime. Aparentemente, seus casos foram usados como exemplares para desencorajar a ocorrência de outros semelhantes.

Macedo Soares foi preso e enviado em trem especial para a capital federal, mesmo destino que coube a Julio de Mesquita. Processado sob acusação de simpatia com a rebeldia e estímulo à “masorca”, o prefeito, defendido pelo advogado e político Francisco Morato, também dirigente do Partido Democrático (PD), logrou escapar da prisão. Macedo Soares ainda ficou três meses preso, foi libertado em outubro e se exilou em Paris. Lá, escreveu o livro *Justiça*, em que fazia a defesa de suas atitudes no período e questionava, com pareceres de juristas franceses, o bombardeio à cidade. Mesquita, por sua vez, foi solto em setembro. Na sua defesa, no processo do Tribunal de Justiça, o diretor do jornal frisava que

“O Estado de S.Paulo (...) não é de sua propriedade individual, do depoente, mas de uma sociedade anônima da qual o depoente é diretor e principal acionista; que essa empresa tem compromissos avultados, entre os quais cinco mil contos em debêntures, títulos largamente espalhados por possuidores de modestíssimos haveres; que a mesma empresa dá trabalho a um número de operários que representam um salário de cerca de cem contos mensais, que o abandono da cidade pelo sr. Carlos de Campos e todos os seus secretários, sem proclamação de qualquer natureza ao povo paulista, levou a todos os espíritos a convicção de que a revolta estava absolutamente vencedora, sendo desnecessário acrescentar que o general Isidoro ipso facto passou a exercer funções de verdadeira tirania; que nessas condições o Estado de S.Paulo foi militarmente requisitado pelo general Isidoro para publicação dos atos do Governo Provisório; que o declarante podia fechar suas oficinas, que não o fez por defender direitos e interesses de terceiros e mais por entender

que mesmo sob coação de uma requisição militar podia prestar, como prestou, grandes serviços à pobre população de São Paulo, tristemente abandonada por todos.⁴⁴

O Relatório Geral do Inquérito, assinado pelo procurador criminal da República Carlos de Costa e dirigido ao juiz federal Washington de Oliveira, citava um total de 702 pessoas (outras 16 foram acrescentadas depois) para ser juntado ao inquérito, já em curso, sobre a sedição. Formalmente concluído em 27 de junho de 1925, o inquérito recomendava o indiciamento de 688 réus, já que 30 dos nomes eram repetidos. Foram pronunciados como “cabeças” do movimento 19 pessoas e 100 como coautores. Para 569, no entanto, não houve condições de denúncia, porque o procurador criminal não obteve elementos nestes casos. O entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) só considerava puníveis coautores de crimes que efetivamente, de acordo com o artigo 18, tivessem “concorrido com proteção aos revoltosos, auxílio sem o qual o crime não seria cometido.”

Além de Macedo Soares e Julio de Mesquita, ambos presos, e o prefeito Firmiano Moraes Pinto acusado de simpatia pelos rebeldes, o governo Arthur Bernardes também pediu à Justiça, em agosto de 1924, a detenção do dono do jornal *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt, e do jornalista daquele veículo Mário Rodrigues (pai do também jornalista Nelson Rodrigues), sob a acusação de impressão clandestina do jornal *5 de Julho*, feito pelos rebeldes. O *Correio* havia publicado, ainda no período eleitoral, as chamadas “cartas falsas” nas quais correspondências ofensivas aos militares foram divulgadas, como se fossem de autoria de Arthur Bernardes, candidato à Presidência da República na sucessão de Epitácio Pessoa.

No dia 2 de agosto era preso e levado para o Rio de Janeiro, em trem especial, o diretor de *O Estado de S.Paulo*, Julio de Mesquita. Dois dias depois, seria a vez de Macedo Soares. O próprio descreve (in *Justiça* p.262), como se deu a prisão. Segundo ele, um capitão do Exército esteve em sua casa e o convidou a comparecer à presença do auditor de Guerra para “prestar esclarecimentos”. Naquele dia, dormiu no local, um quartel da Força Pública.

⁴⁴ Conf. declarações de Mesquita nos processos sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Processos v.1, f.225.v

Na manhã seguinte, o presidente da Associação Comercial foi transferido para a Casa de Correção, no Rio de Janeiro. *“Tocou-nos neste presídio o cubículo número 1, da décima galeria, de onde havia sido retirado, momentos antes, o assassino que o ocupava habitualmente”*, contou. No dia seguinte, Macedo Soares foi levado ao Corpo de Bombeiros, onde ficou detido por seis semanas. *“Fomos soltos como havíamos sido presos: sem um interrogatório, sem uma acareação, sem uma palavra de explicação”*. Ele ainda relata que tentou voltar para São Paulo, mas resolveu desistir porque seus inimigos *“ameaçaram criar uma agitação perigosa para a liberdade e a vida de nossos amigos.”*

Documentos obtidos no Fundo Arthur Bernardes, depositados no Arquivo Público Mineiro (APM), entretanto, contam uma história diferente da descrita por ele próprio. Segundo informes classificados como “secretos”, entre eles uma carta expedida pelo então ministro das Relações Exteriores, Félix Pacheco, ao presidente Arthur Bernardes, Macedo Soares estava preso na Ilha Rasa, presídio político perto da Baía da Guanabara, onde ficaram detidos vários anarquistas, entre eles José Oiticica, em três ocasiões, e de lá escapou a nado, chegando ao Rio de Janeiro e pedindo refúgio à Embaixada da Argentina. O embaixador daquele país, Juan Mora, comunicou o fato ao governo brasileiro e pediu instruções de como proceder.

No documento, com carimbo de *“archivar”*, datado de 24 de dezembro de 1924, Pacheco diz que *“Macedo Soares, sumamente agitado e nervoso, contou ao embaixador que fugira em uma canoa de pescadores da Ilha Raza e que a canoa virara antes que ele atingisse a praia, tendo feito o resto do percurso a nado”*. Depois de explicar que o diplomata, preocupado, havia sugerido a colocação de policiais à paisana do lado de fora do prédio, para evitar que outros inimigos do regime entrassem na embaixada, o ministro disse ao presidente que *“o dr. João Luiz, que acaba de estar aqui comigo, vai providenciar a esse respeito”*. Trata-se, certamente, de um policial. O ministro afirma, entretanto, que o pedido de asilo de Macedo Soares é *“líquido”*, ou seja, difícil de negar.

O jornal *O Estado de S.Paulo*, dirigido por Julio de Mesquita, por sua vez, teve sua circulação suspensa, por ordem do governo federal, no dia 29 de julho, e só retomou suas atividades no dia 17 de agosto. Nesse dia, em editorial, Mesquita negou qualquer colaboração com os rebeldes e afirmou que seu jornal manteve a *“mais completa neutralidade”* no episódio.

“Nem antes, nem durante, nem depois, tivemos, por palavras ou atos, a menor participação no levante militar.

Trata-se de uma meia-verdade. O jornal efetivamente não participou, mas viu com certa simpatia a ação dos rebeldes, porque se alinhava à oposição a Bernardes e a Carlos de Campos. Em seu site, na parte que conta sua história, O *Estado* assegura que Julio de Mesquita apoiava “*mudanças na política*”, mas discordava de uma ação militar com esse objetivo e cria que as transformações ocorreriam aos poucos.⁴⁵

3 Quem queria a revolução?

Mesmo não considerando aquela revolta, liderada por militares, ao menos em tese, grandes inimigos do anarquismo, como a sua “revolução social” tão ansiada, os anarquistas ofereceram apoio ao movimento e chegaram a publicar, conforme se viu anteriormente, na edição de 25 de julho do jornal *A Plebe*, de orientação anarquista, um manifesto de apoio aos rebeldes. Tentaram, até mesmo, negociar com o líder dos rebeldes, o general Isidoro Dias Lopes, um acordo que previa a entrega de armas a pelotões de trabalhadores e a formação de grupos paramilitares para combater os legalistas, sem ingerência militar, mas foram rechaçados.

O depoimento de Everardo Dias (1866-1966), veterano líder anarquista, gráfico e jornalista que, após a Revolução de 1924, permaneceu preso por três anos na Ilha das Flores, sob acusação de “conspiração contra o regime” ilustra as impressões dos operários com relação à “revolução” dos tenentes e sua profunda decepção; afinal, a “revolução” que planejavam os trabalhadores não era a mesma idealizada pelos líderes militares (o trecho está in Dias ,1962, p. 138/139):

[...] Mais tarde, o “chefe” que era o general Isidoro Dias Lopes, desculpou-se em suas memórias, publicadas no *Correio da Manhã*, de não ter tido tempo de avistar os elementos conjurados do operariado, pela precipitação com que houve de agir, o que me

⁴⁵ Disponível no site <www.estadao.com.br/historia>, acessado em 20/11/2013. Essa, claro, é a versão oficial do jornal.

parece fraca desculpa e erro de grandes proporções. Mas teve a oportunidade, durante os atropelados e febris dias de combate na capital de S.Paulo, de receber em seu quartel-general o presidente da Associação Comercial e outros magnatas das finanças e da indústria, o que o aconselharam a retirar as suas forças da cidade, evitando um iminente levante do proletariado.

Ora, dirigentes operários, por várias vezes, procuraram avistar-se com ele, sem o conseguir, recebidos com displicência por qualquer oficial inferior, que os mandava apresentar-se aos postos de recrutamento... no entanto, esses líderes, sabedores de que o movimento era aquele que estava se articulando desde o Rio de Janeiro, queriam justamente propor o que havia sido combinado, ou seja, a criação de batalhões nitidamente populares; eles agitavam e levantariam as populações do interior e dos estados de Minas e Paraná, cortando comunicações, intimidando e causando por meio de guerrilheiros a dispersão das forças governamentais e seu consequente enfraquecimento e até total adesão à causa da revolução. Armas havia suficientes para esse resultado e também disposição para a luta. O que faltava era disposição para prosseguir lutando de parte do chefe e de seus lugares-tenentes que haviam certamente imaginado que o simples levante das forças em São Paulo assustaria Bernardes e daria com o governo por terra. Queriam ser eles os “salvadores.”

Os próprios rebeldes confirmavam essas assertivas dos anarquistas. O então capitão Juarez Távora, tido como um dos principais líderes do movimento, fez questão de deixar bem clara, em sua obra *À guisa de depoimento* (1927, vol. I, p. 91), sua opinião sobre a participação dos operários no movimento planejado e executado pelos tenentes. Como se pode observar, ele se mostra totalmente contrário a essa iniciativa, que poderia conferir um caráter de luta social ao movimento:

E quem entre nós seria capaz de prever as últimas consequências da subversão social criada pelo predomínio incontestável do populacho? Será essa a revolução que admitem os nossos políticos?

E, para que não sobrassem dúvidas sobre a visão de parte majoritária dos “tenentes” sobre a subversão social da ordem da República Velha, outro tenente, Nelson Tabajara de Oliveira (in Oliveira, 1924, p. 102), explicitou melhor ainda qual deveria ser o papel reservado aos líderes operários na “revolução de 1924”:

A revolução sempre fez questão de manter caráter nacionalista e democrático. Isidoro, com grande indignação, repelira, em *S.Paulo*, a tentativa de aproximação de *leaders* proletários que vinham prometer

total adesão de classe, se a revolta adquirisse caráter extremista. Recusou-a, com firmeza, porque isso descaracterizaria o movimento original do movimento, que buscava a renovação dos processos políticos vigentes, estando sempre os chefes rebeldes dispostos a acatar e prestigiar qualquer estadista de valor a quem fosse passado o governo federal, ante o que deporiam armas. Não lhes interessava, portanto, a presença de esquerdistas nos quadros combatentes, mesmo que viessem reforçar a revolução, até fazê-la vitoriosa.

E o que pretendiam os rebeldes tenentistas? Seu plano de ação, no sentido estritamente militar, após a conquista da cidade estava delineado: a capital seria dominada em “*poucas horas*” num golpe de mão, o presidente do Estado seria deposto e os batalhões locais do Exército e da Força Pública marchariam ao lado dos revoltosos. Na sequência, o Vale do Paraíba seria isolado, para evitar que tropas federais marchassem contra São Paulo, assim como o Porto de Santos, o que seria capaz de impedir o desembarque de inimigos, em demanda da capital paulista. Posteriormente, os rebeldes marchariam para Barra do Piraí, de trem, e a seguir para o Rio de Janeiro, onde deporiam o odiado Arthur Bernardes. Na prática, isso não ocorreu porque os atacantes demoraram muito tempo para tomar os pontos estratégicos e houve uma pronta resistência à sua ação por parte de militares favoráveis à legalidade. Com isso, o governo teve tempo de se fortalecer e inverter o jogo, concentrando tropas próximo à cidade e cercando os rebeldes.

Se havia alguma segurança dos aspectos militares do confronto, no que dizia respeito à ação política dos militares rebelados – que gostavam de se afirmar como “revolucionários”- era possível enxergar muitas contradições. Em primeiro lugar, parte deles compartilhavam, como o Exército de então, uma visão negativa em relação aos civis, chamados pejorativamente de “casacas”. Desejavam, de acordo com seus manifestos, retroagir o Brasil ao regime de 1889, “como o deixou o Exército.” Era uma visão idealizada, de caráter positivista. O que se pode perceber é que os rebeldes queriam o que se pode chamar de uma reforma dentro da ordem, ou seja, nada que lembrasse, mesmo remotamente, uma revolução.

Em seus manifestos, nos quais explicavam as razões da revolta, informavam o que eles pretendiam com o movimento. As informações são de Pereira,(2002, p.133) :

- 1– Reestabelecer a forma de governo republicano federativo;
- 2– Diminuir o número de unidades da Federação;
- 3– Separar a Igreja do Estado, firmado o princípio da liberdade religiosa;
- 4– Garantir que a Justiça reconheça a constitucionalidade dos atos legislativos
- 5– Proibir os impostos interestaduais
- 6– Assegurar o cumprimento da declaração dos direitos dos brasileiros
- 7– Proibir a reeleição do presidente da República e dos presidentes e governadores dos Estados, além dos deputados federais e senadores
- 8– Decretar o voto secreto
- 9– Tornar obrigatórios os ensinos primário e fundamental

Como se pode observar, as reivindicações dos “tenentes” não incluíam, em momento algum, qualquer modificação estrutural mais profunda no “status quo” da sociedade brasileira de então. Não se tratava de transformar as estruturas do Estado e sua relação com a sociedade, principalmente seus segmentos mais despossuídos, mas de encetar a reforma de algumas estruturas, sem aprofundamento em mudanças sociais, de fato. Observa-se, no caso, mais de uma tentativa de reforma superficial do que de revolução, embora eles tenham batizado seu movimento como “Revolução de 1924.” Uma tentativa de aprofundar a “revolução”, como se viu anteriormente, foi rechaçada pelos líderes ao se negarem a montar pelotões de trabalhadores anarquistas.

Como se sabe, o conceito de revolta – do qual, sem dúvida, estavam muito mais próximos os líderes do movimento militar de 1924 - não pode ser confundido com o de revolução, que pressupõe uma transformação violenta da sociedade em suas bases. Arendt (2006, p. 63) explicita o movimento:

Apenas onde existe esse *páthos* de novidade e onde a novidade está ligada à ideia de liberdade é que podemos falar em revolução. Evidentemente, isso significa que as revoluções não se resumem a insurreições vencedoras e que não é o caso de qualificar de revolução qualquer golpe de Estado, e tampouco de procurar uma revolução em qualquer guerra civil. Povos oprimidos se rebelam com frequência, e boa parte da legislação antiga só pode ser entendida como salvaguarda contra a revolta sempre temida, mas raramente materializada, da população escrava.

[...] Golpes de Estado e revoluções palacianas, em que o poder muda das mãos de um homem para outro ou de um pequeno grupo para outro, dependendo da forma do governo onde ocorre o golpe, não despertam tanto temor, porque a mudança acarretada fica circunscrita à esfera do governo e traz para o povo em geral apenas um mínimo de perturbação

Todos estes fenômenos têm em comum com a revolução o fato de virem à tona com violência. Mas a violência, tal como a mudança, não é adequada para descrever o fenômeno da revolução; apenas quando a violência ocorre no sentido de criar um novo início, quando a violência é empregada para constituir uma forma de governo totalmente diferente e para gerar a formação de um novo corpo político, quando a libertação da opressão visa pelo menos à constituição da liberdade, é que se pode falar em revolução.

Ora, neste caso, foi exatamente o que não ocorreu no movimento militar de 1924. Os tenentes viviam uma espécie de contradição institucional, pois, como membros da corporação de repressão do Estado, desejavam reformá-lo, no entanto, temiam que a mudança fosse muito profunda, a ponto de desestabilizar a própria instituição a que serviam. Quando ocuparam a cidade, contra todos os prognósticos, os tenentes rebeldes mantiveram em seu cargo o prefeito Firmiano de Moraes Pinto e tentaram fazer com que o vice-presidente do Estado, Fernando Prestes, um poderoso coronel e fazendeiro do interior, proprietário rural em Itapetininga, assumisse a posição do presidente do Estado, Carlos de Campos, refugiado em Guaiaúna.

Este se negou e disse que só o faria se Campos lhe entregasse o cargo. Jamais o aceitaria por ato dos rebeldes. Com a recusa de Prestes, que formou “batalhões patrióticos” no interior para enfrentá-los, os líderes revoltosos ofereceram o cargo de presidente do governo do Estado, em um triunvirato, integrado também por alguns líderes tenentistas, ao presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo Soares, e ao diretor de *O Estado de S.Paulo*, Júlio de Mesquita. Ambos recusaram a proposta. Esse tipo de postura, que oscilava entre o desejo de mudança e a obediência às regras institucionais, colaborou muito para o insucesso da rebelião, como argumenta Côrrea (1976, p. 183/184)

Entendendo a política como a luta que tem por objeto o momento atual e como objetivo específico o poder do Estado, a participação dos militares numa luta política envolvendo o próprio Estado que essa instituição defende, reveste-se de forte contradição. Essa contradição, no entanto, é aparente, na medida em que ela não visa

alterar a composição daqueles aparelhos, mas apenas a sua correção. Os militares ultrapassam suas funções normais estabelecidas constitucionalmente para uma outra que não lhes é específica, justamente para garantir a continuidade daquele estado de coisas.

[...] Recusando o apoio popular, comprometendo-se com as classes dominantes, não levando em conta a possibilidade de adesão de grupos do interior e, principalmente, não se desligando suficientemente do governo do Rio de Janeiro, o movimento não teria condições de sobreviver. Por outro lado, a posição dos velhos setores, mais conservadores, era ainda bastante sólida para que um movimento dessa natureza viesse abalá-la.

Ao que parece, havia um certo temor, entre os industriais e comerciantes reunidos na Associação Comercial de São Paulo, de que houvesse um aprofundamento da revolta, tornando-se uma revolução social. No trecho a seguir, José Carlos de Macedo Soares demonstrava, pelo teor do texto, o medo da classe dominante, em relação a um episódio muito próximo, a Revolução Russa de 1917, que também foi o ano da greve comandada pelos anarquistas. A missiva (in Macedo Soares, 1925, p.371), enviada por Macedo Soares ao presidente Arthur Bernardes e ao ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, pedia a cessação do bombardeio sobre a cidade, buscando sensibilizá-los com um argumento que diz tudo:

[...] “os trabalhadores agitam-se já e as aspirações bolchevistas manifestam-se abertamente. Será mais tarde pelos sem trabalho tentada com certeza a subversão da ordem social”.

Não há dúvida de qual era a sua preocupação maior: os industriais e comerciantes protegiam o seu patrimônio, em primeiro lugar. Não foi só Macedo Soares que se manifestou nesse sentido. Até mesmo um jornalista de espírito ilustrado, Paulo Duarte, deixou clara (in Duarte, 1927, p. 142) sua preocupação com a verdadeira revolução que poderia emergir da revolta tenentista:

Graças às garantias dadas pelos revolucionários e ao espírito altruísta do prefeito de S.Paulo, à coadjuvação de várias outras pessoas dispostas a arrostar o ódio governista, em colaborando no trabalho de dar à cidade um relativo sossego, varias providências eficazes foram para isso iniciadas. Devido exclusivamente a elas é que a fome não surgiu também a aumentar a angústia de todos, as moléstias infecciosas que espreitam essas ocasiões para surgir não assolaram S.Paulo e a anarquia não imperou, mau grado os elementos bolchevistas que não deixaram de mostrar-se

Outros, como o conde Francisco Matarazzo, um dos principais industriais paulistas, aproveitou-se, segundo Leite (1924, p.60) da proximidade com o líder dos rebeldes, nas reuniões na casa do presidente da Associação Comercial, para solicitar a proteção dos soldados revoltosos contra saques em seus estabelecimentos. Um depósito da Companhia Matarazzo no Largo do Arouche havia sido saqueado pelo “populacho” ou “baixo povo”, formas pejorativas pelas quais eram tratadas as classes pobres no período. De acordo com o autor, se deu assim a conversa:

[...] Francisco Matarazzo, o opulento industrial, máximo expoente na República do próprio humano esforço, Matarazzo, que vemos pela primeira vez descoberto, divorciado do seu bastão e sem mamar o seu inseparável charuto, aproxima-se do caudilho e com sua característica voz suave pede-lhe providências que coíbam a continuação dos saques aos seus preciosos armazéns. O grande cabotino, prometeu agir, sem maiores atenções para o todo-poderoso argentário.

Matarazzo, um imigrante italiano que chegou com recursos ao Brasil, ao contrário da maior parte dos seus compatriotas, e aqui enriqueceu e fez fama como industrial, dirigiu, entre 1919 e 1926, o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem, antecessora da atual Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que foi fundada em 1928, ainda com o nome de Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), também liderado pelo conde italiano.

Um dos fundadores do PCB, Otávio Brandão⁴⁶, faz em sua obra, *Agrarismo e Industrialismo* (1924, p. 54) a crítica à revolta e ao que chamava de “ilusões pequeno-burguesas” dos seus dirigentes. Segundo Brandão,

[...] O movimento de 1924 ultrapassou de muito o de 1922. Basta ver que o fazendeiro de café (*refere-se às elites dominantes, baseadas no produto agrícola*) mobilizou contra Sergipe 1.591 homens e, contra a cidade de São Paulo, 18 mil. Mas as ilusões pequeno-burguesas de seus dirigentes perturbaram-lhe a marcha. A visão do

⁴⁶ Farmacêutico de profissão, Otávio Brandão Rego (1898-1980) era militante anarquista, aproximou-se do socialismo e exerceu cargos de direção no Partido Comunista do Brasil (PC do B), pelo qual se tornou vereador, no Rio de Janeiro. Preso em 1930, passou a viver na União Soviética em 1931. Na obra, discute a rivalidade entre os imperialismos americano, industrial e urbano, e britânico, com traços rurais, no Brasil.

especialista e´ sempre estreita. Se, além de especialista, tem uma mentalidade pequeno-burguesa, a visão é duplamente estreita. E se, além de especialista e pequeno burguês é positivista, a visão é triplamente estreita.

[...] Os chefes da segunda revolta demonstraram ser bons técnicos e maus políticos. Daí uma das razões da derrota em São Paulo. O Rio era um elemento principal. Rio e São Paulo, cérebro e pulmão. O pulmão foi ferido, mas o cérebro ficou intacto para dar ordens. Daí, outra razão do fracasso. A técnica de vistas curtas do especialista, a economia acanhada do pequeno-burguês e a filosofia estreita do positivista amalgamaram-se contra a vitória de São Paulo.

Mesmo entre eles próprios, os “tenentes”, havia, aparentemente, diferentes concepções sobre o movimento. Isidoro, o comandante-geral era, ao que parece, mais conservador no trato com os operários e a população civil, o que demonstrou, ao recusar a colaboração dos anarquistas ao movimento. Miguel Costa, no entanto, de acordo com relato do seu filho, Miguel Costa Júnior, à pesquisadora Laura Aquino, tinha uma maior sensibilidade para as dificuldades da população. Um trecho do depoimento é reproduzido (in Aquino, 1995, p. 73):

[...] Eu tenho a impressão de que até 1917, por ai, ele (o pai) não entendia nada de questão social, de ideologia, nem nada e estava sendo manobrado para ser um soldado como outro qualquer, como mais tarde ele chamou “guarda pretoriana dos potentados”

[...] Ele achava que os soldados tinham que cumprir ordens e manter a ordem era a mentalidade da maior parte da oficialidade. Mas em 1917 aconteceu algo que deve ter influenciado demasiadamente na mentalidade dele: ele foi chamado para reprimir a greve dos operários, que era manobrada pelos anarquistas. Esses anarquistas conseguiram fazer a maior greve proletária que o Brasil teve até hoje. Tomaram conta da cidade. O Corpo de Bombeiros, para apagar incêndios, tinha que pedir licença para entrar na cidade, pedir licença ao corpo de grevistas. Tanto quanto o Serviço Funerário, tudo isso ai. Ele foi mandado para reprimir essa greve. E com o pelotão dos cavalarianos, ele foi sentar o chanfallo, era a espada do Regimento de Cavalaria no operariado do Brás. Um operário jogou uma pedra na testa dele, sangrou, ele cambaleou em cima do cavalo, tirou o lenço, limpou o ferimento, olhou assim para o operário com vontade de revidar quem sabe? E outro operário segurou a rédea do cavalo e disse: por que você, em vez de vir meter a espada em nós, não desce desse cavalo e vai ver como nós moramos no Brás, nos porões do Brás? Ele desceu, e o que viu deve tê-lo impressionado muito. Daí em diante, ele começou a se interessar por esta questão e, devagarinho, foi progredindo ideologicamente.

Os tenentes, por sua vez, permaneceram divididos, nos momentos

seguintes. Alguns, Prestes à frente, lideraram a chamada Intentona Comunista de 1935. Felinto Müller se tornou chefe de Polícia de Vargas e foi o responsável pela prisão de vários ex-companheiros, entre eles, Prestes. Ao menos dois dos tenentes, Eduardo Gomes e Juarez Távora, estavam entre os conspiradores militares contra o governo constitucional de João Goulart, em prol da instalação da ditadura militar, em 1964. O velho elitismo e o distanciamento, por parte dos civis, de boa parte dos líderes tenentistas permaneciam, mesmo 40 anos após a Revolta de 1924.

CAPÍTULO 3 – “AOS AMIGOS TUDO, AOS INIMIGOS A LEI”

1 - A Reconstrução da cidade

Poucos dias após o fim da revolta, o governo do Estado editou uma legislação, para tentar reconstruir a cidade, parcialmente destruída pelos bombardeios e ataques. A lei número 1972, de 26 de setembro de 1924, que autorizava o Poder Executivo a *“socorrer as vítimas da recente rebelião militar, a auxiliar as instituições de caridade e a concorrer para a reconstrução de templos danificados”* foi considerada a principal medida nesse sentido. O arcebispo metropolitano, D. Duarte Leopoldo e Silva, como se viu anteriormente, foi escolhido como o presidente da Comissão de Auxílio às Vítimas Pobres da Revolta de Julho e, por sua vez, nomeou um grupo de pessoas da sociedade, em geral senhoras católicas de posses, que o auxiliou no sentido de visitar as famílias atingidas, perceber suas reais necessidades e, a partir de um relatório feito por elas, definir o valor das indenizações. O Relatório da Prefeitura havia demonstrado que cerca de 1.800 imóveis haviam sido destruídos ou afetados em sua estrutura, nos bombardeios, e um total de 309 trincheiras haviam sido construídas na cidade, o que trouxe outros problemas à administração e à população. Um total de 174.095 pessoas havia sido atendido diretamente pela Prefeitura ou por instituições conveniadas⁴⁷

A lei autorizava o governo a *“auxiliar pecuniariamente as vítimas pobres, os hospitais de caridade e as instituições congêneres, que, humanitariamente, deram acolhida e tratamento aos doentes e feridos”* e a *“concorrer para a reconstrução de templos religiosos”*. A Igreja da Glória, no Cambuci, havia sofrido muitos danos durante o episódio. O decreto esclarecia que os créditos necessários para cobrir tais despesas seriam abertos à Secretaria Estadual do Interior pelo Tesouro Estadual. No final das investigações sobre quem tinha direito à indenização, 200 famílias foram beneficiadas com os recursos, assim como 33 hospitais e a Cruz Vermelha

⁴⁷ Conf. *A Prefeitura Municipal de S.Paulo em face dos acontecimentos de julho*. Relatório do prefeito Firmiano Pinto. Secção de Obras de O Estado de S.Paulo, 1924, p.12

Brasileira. Outros 34 casos foram indeferidos e 22 dos solicitantes não foram encontrados. Participaram da comissão Amália Matarazzo, Olívia Guedes e Guiomar Penteado, além do próprio arcebispo, e se encarregaram de ouvir as supostas vítimas do conflito e investigar as histórias, contadas em carta ao arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva.

Pelo decreto número 3.737, de 30 de setembro,⁴⁸ que regulamentava as disposições da Lei 1.972, assinado por Carlos de Campos e seu secretário do Interior, José Manoel Lobo, abria-se no Tesouro Estadual um crédito especial de 1 mil e 500 contos de réis, em benefício da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, para, de acordo com o corpo da lei, “*acorrer às despesas resultantes da rebelião iniciada em 5 de julho último*”. Além do da Secretaria de Justiça, outro decreto, o de número 3789, de 3 de outubro de 1924, publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, no dia 5 de outubro daquele ano, abria-se, no Tesouro do Estado à Secretaria de Interior, um crédito especial no valor de 700.000\$000 (700 mil réis), para socorrer as vítimas da rebelião militar, auxiliar as instituições de caridade e reconstruir os templos danificados.

O jornal *O Estado de S. Paulo* de 21 de agosto publicou um anúncio da Prefeitura intitulado “*Socorros à população de São Paulo*”, no qual se informava que seriam recebidos, até às 17 horas daquele dia, na Diretoria de Expediente da Prefeitura, os questionários relativos aos socorros que pessoas ou instituições prestaram à população da cidade durante os acontecimentos de julho. Decerto, referia-se àquelas pessoas que poderiam receber recursos públicos, como forma de compensação, por terem atendido a população durante os dias da revolta.

As entidades da sociedade civil, como a Liga das Senhoras Católicas, também decidiram colaborar para atenuar as dificuldades da população. Na edição de 27 de agosto, de *O Estado de S. Paulo*, informava-se que a diretoria da entidade decidira, em reunião realizada no dia 18:

Distribuir pelos bairros que mais sofreram com os acontecimentos de julho 7 contos de réis, angariados no Guarujá pela secretária d. Amália Matarazzo e costurar para as viúvas e *orphans*. Para isso, pede a todos a pequena contribuição para comprar as fazendas necessárias.

⁴⁸O teor dos decretos está disponível no <www.al.sp.gov.br/leis/legislacao-do-estado>, da Assembleia Legislativa paulista.

As sócias da entidade acabaram arrecadando dinheiro para a Associação São Vicente de Paulo e para as paróquias do Cambuçi, São João Batista, no Brás, e Bom Retiro, localizadas em bairros atingidos pelo bombardeio. Na edição do mesmo dia, *O Estado de S.Paulo* informava que uma comissão composta pelo cônego dom Assis Barros e padre Luiz Mello estava angariando recursos para reconstruir a Igreja da Glória.

Alguns paulistanos ricos resolveram, diante da situação vivida por parte da população, colaborar de alguma forma para amenizar o sofrimento. *O Estado de S.Paulo* de 25 de agosto noticiava que o “*dr. Paulo de Souza Queiroz enviou ao prefeito da capital a quantia de cinco contos de réis para as famílias que se acham desamparadas em consequência da revolução de 5 de julho. Esse valor foi doado por sua esposa, d. Narcisa Andrada de Queiroz.*” Um grupo de fazendeiros de Montemor, no interior, também ofereceu à Prefeitura uma quantidade não especificada de gêneros alimentícios e a quantia de 707 contos de réis, para socorrer a população mais necessitada.

Um anúncio no jornal *Correio Paulistano* de 17 de agosto (p.3) informava que um grupo de “senhoras paulistas”, quase todas esposas de autoridades, estava se organizando para “*angariar donativos para as famílias dos oficiais e praças mortos em defesa da legalidade*”. Havia sido convidadas, de acordo com a nota, as senhoras Carlos de Campos, mulher do presidente do Estado, senhora Bento Bueno, secretário de Justiça, senhora Firmiano Pinto, mulher do prefeito da capital, senhora Washington Luiz, ex-presidente do Estado e futuro presidente da República, entre outras. A mulher do presidente do Estado foi nomeada a coordenadora da comissão.

2 - A loba alimenta, primeiro, os seus

Como uma medida para agradar aos membros da Força Pública, aos quais devia, ao menos em parte, a sua recondução ao cargo, Carlos de Campos, editou, em setembro de 1924, “a medalha da legalidade”, para homenagear os oficiais e os praças da Força Pública que se destacaram na defesa do governo legal durante o

conflito. Criada pelo decreto número 3.726-A, de 7 de setembro, a medalha visava a premiar oficiais e praças que, *“por sua bravura, esforço e lealdade se distinguiram naquela ocasião”*, diz o texto do documento, assinado por Campos e pelo secretário de Justiça e Segurança Pública, Bento Bueno. Os policiais da Força Pública receberam, ainda, um novo estímulo por parte do presidente: quem tivesse prestado, a juízo do governo, *“assinalados serviços em defesa dos poderes legalmente constituídos”* poderia ser promovido ao posto imediatamente superior. O decreto de 17 de outubro de 1924 rezava ainda que os que, por alguma razão, não pudessem ser promovidos seriam recompensados de alguma forma e determinava o aumento do salário do comandante da Força Pública para 1 conto e 700 mil réis.

Ainda em 17 de agosto, a Câmara Municipal, sob a presidência do vereador Raphael Gurgel, aprovou projeto do vereador Luiz Fonseca, que autorizava a Prefeitura a repassar ao Estado um crédito especial de 200 mil réis *“para serem distribuídos às viúvas e órfãos dos oficiais e praças mortos em defesa da legalidade”*, conforme edição do jornal *Correio Paulistano*, de 18 de agosto de 1924. Dois dias depois, o mesmo *Correio Paulistano* anunciou que abriu uma subscrição para amparar financeiramente *“as viúvas e órfãos dos soldados da Força Pública que “morreram lutando em prol da legalidade”*. Até aquela data, segundo o jornal, já haviam sido arrecadados 13 contos de réis.

O segmento ligado à repressão, ao que parece, não foi esquecido pelos governantes, ao contrário dos civis, dos quais só se tratou pontualmente. Não há notícias, com exceção da Lei 1972, de medidas semelhantes àquelas, para amparar os órfãos de moradores civis da capital, mortos no bombardeio ou nos ataques à cidade. A população, de uma maneira geral, teve que reconstruir suas casas sem praticamente nenhum auxílio dos órgãos governamentais. Ainda em fins de agosto, os acadêmicos da Faculdade do Largo de São Francisco organizaram um baile no Trianon, em prol das famílias dos soldados mortos. A festa, de acordo com Cohen (2000, p. 89), ocorreu no dia 2 de setembro.

Tão logo os rebeldes deixaram a cidade e o governo retomou suas funções, com a volta do presidente Carlos de Campos ao palácio do governo, a Associação Comercial, sob a presidência de Macedo Soares, publicou, nos jornais, um boletim, no qual instava os comerciantes e industriais a que retornassem suas atividades. Era o recomeço da vida cotidiana, sem o temor de bombas e tiros. Assinado pelo

presidente e republicado (in Macedo Soares, 1925, p.306), o documento rezava:

“Já está no Palácio do Governo o Exmo. *sr. dr.* Carlos de Campos, presidente do Estado. Já está em pleno funcionamento a *machina* administrativa do Estado. Já é possível, necessário mesmo, que seja recomeçada a vida de trabalho.

A Associação Comercial de São Paulo aconselha, portanto, aos *srs. industriaes e commerciantes* que façam abrir e funcionar os seus respectivos estabelecimentos.

S. Paulo, 28 de julho de 1924

José Carlos de MACEDO SOARES

Presidente da Associação Comercial

3 - Traços da memória do movimento de 1924

O presidente da República, Arthur Bernardes, o presidente do Estado Carlos de Campos e seus aliados tentaram construir uma memória positiva de suas ações, durante o movimento militar de 1924, em uma tentativa de passar à história como “libertadores” da população de uma possível barbárie, que seria a vitória daqueles que chamavam, desdenhosamente, de “revoltosos”. Ao mesmo tempo, seus inimigos buscaram firmar uma memória oposta, cujo objetivo fosse criar a ideia de ambos como “destruidores” em vez de “libertadores” de São Paulo, ao determinar o bombardeio da capital durante o episódio.

Na perspectiva de Bernardes e de seus aliados, o ataque à cidade e o posterior exílio de inimigos na Clevelândia e nas várias ilhas-prisões ao redor do Rio de Janeiro foram necessárias para evitar problemas maiores. Para seus rivais, por sua vez, o episódio demonstrou a crueldade e a tirania de um presidente, que só se manteve no cargo graças ao estado de sítio e que constituiu as bases de um estado policial ainda antes do Estado Novo e da ditadura militar pós-1964.

Ao se ler a bibliografia sobre o tema fica claro que o presidente e seu aliado estadual, o governador Carlos de Campos, saíram do episódio com a imagem bem desgastada. O bombardeio à cidade, com a morte de civis e a conseqüente destruição de suas casas, fábricas e outros espaços públicos, pesou contra ambos e se converteu em um argumento contrário à dupla e seus generais. A maior parte dos

livros publicados sobre o tema, em maior ou menor grau, se colocam como críticos à ordem para o bombardeio, emanada do Palácio do Catete.⁴⁹

Bernardes ficou com uma indesejável fama de destruidor da cidade, ao ordenar o maior ataque militar à capital paulista em sua história. Apenas em uma ou outra obra, sobre as quais já se comentou – escritas por seus defensores - o presidente da República aparece como um estadista equilibrado, que foi forçado, por circunstâncias difíceis, a tomar medidas extremas, como o bombardeio e, ainda assim, com muitas cautelas. Campos também, por sua vez, permaneceu com a fama – nem sempre justa – de um mero auxiliar do presidente, na empreitada guerreira contra a cidade e sua população.

O presidente Bernardes teve com o que se preocupar. Logo após e quase ao mesmo tempo que a revolta paulista de 1924, somente cinco dias após a eclosão do levante na capital de São Paulo, levantou-se o 10º Regimento de Cavalaria Independente, em Bela Vista, Mato Grosso, e, em 13 de julho, o 28.º Batalhão de Caçadores de Sergipe, mantendo por cerca de um mês a revolta em Aracaju. Também houve levantes no 26.º B.C. em Belém e no 27.º B.C. em Manaus, além do 4.º Grupo de Artilharia, em Óbidos, também no Pará. Navios da Marinha, como o encouraçado São Paulo e a Flotilha do Amazonas também se rebelaram. Houve ainda uma tentativa de levante do encouraçado Minas Gerais e da contratorpedeira Goiás.

Quanto à memória que deixaram os rebeldes, as opiniões são divididas. Há quem os veja como militares de corte elitista e corporativista, que jamais tiveram a intenção de mudar algo na sociedade brasileira, ou seja, somente como revoltosos, cujas aspirações passavam muito pouco de substituir um presidente no poder por outro grupo oligárquico, de preferência liderado por fardados. Também há quem enxergue em suas ações a tentativa de uma verdadeira “revolução”, que poderia ter potencial para mudar a sociedade brasileira, a par da Coluna Miguel Costa/Prestes, iniciada pelos mesmos homens que fizeram o movimento militar de 1924, reforçados

⁴⁹ Figuram como contrários à determinação de Bernardes as obras *Agora nós*, de Paulo Duarte, *Justiça*, de Macedo Soares, *Narrando a Verdade* e *O Resto da Verdade*, de Abílio de Noronha, *Aventuras de uma família durante a Revolução de 1924*, de Henrique Geneem e *As noites das grandes fogueiras*, de Domingos Meirelles. Somente *Sob a metralha*, de Cyro Costa e Eurico de Góes, e *Dias de Pavor*, de Aureliano Leite, defendem a necessidade do bombardeio para derrotar os rebeldes. Em sua obra, *Férias de Julho*, Luiz Marcigaglia censura os rebeldes, os primeiros a bombardearem a cidade, no início do conflito.

por militares e civis gaúchos, que acompanhavam o então capitão do Batalhão Ferroviário do Exército, Luiz Carlos Prestes, desde o Rio Grande do Sul.⁵⁰

Bernardes fez um esforço considerável para melhorar sua imagem com São Paulo. Em 1932, durante a chamada Revolução Constitucionalista, deflagrada naquele ano, esteve ao lado do Estado na luta contra o governo de Getúlio Vargas, que era apoiado por seus antigos inimigos tenentistas, como Miguel Costa e Felinto Müller. Ao lado de Bernardes, nesse episódio, se perfilava como aliado um antigo rival, o general Isidoro Dias Lopes. Esse, como se sabe, era o comandante-geral das tropas rebeldes em 1924. Do lado contrário, junto à Aliança Liberal, que levou Getúlio Vargas ao poder, marchava outro velho oponente de Bernardes, o presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares, que se tornou chanceler de Vargas e presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Durante o seu mandato como ministro das Relações Exteriores, Soares fez várias críticas à atuação de Bernardes, na área diplomática durante o seu período presidencial.⁵¹

Junto à Aliança Liberal e a Getúlio Vargas estavam os tenentes, ou, ao menos, parte deles. O “tenente” João Alberto Lins de Barros foi indicado interventor em São Paulo, onde Miguel Costa, outro líder tenentista, se tornou comandante da Força Pública e secretário de Segurança Pública. Durante o governo Vargas, com o qual parte do contingente dos tenentes se incompatibilizou depois. Os tenentes rebeldes de 1922 e 1924 obtiveram a anistia negada por Arthur Bernardes e seu sucessor, Washington Luiz, derrubado pelas forças varguistas e pelo Exército, na chamada Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder. Em 23 de maio de 1932, foi a reação, a tiros, do movimento fundado por Miguel Costa, a Legião Revolucionária, que estava cercada pela população, em sua sede, no centro de São Paulo, que precipitou a revolta contra o governo federal em São Paulo, que passou à

⁵⁰A pesquisa procura sempre lembrar que memória e história são campos distintos e não devem ser confundidos. Neste caso, em que se trabalhou, basicamente, com obras memorialísticas, essa precaução foi redobrada. A memória representa um campo de tensão de forças distintas atuando sobre os homens e ao seu lado. Refere-se, além do próprio memorialista, à sua época, quadro de referências e valores. Trata-se de uma tentativa do escritor de construção, que o autor faz da sua persona, nada mais que uma versão de si mesmo e do tempo vivido que busca construir, como observa Margarida de Souza Neves, professora da PUC-Rio de Janeiro, no artigo *História, Memória e Memorialística*, a partir de conferência no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

⁵¹ A principal foi com relação à saída do Brasil da Liga das Nações, em 1926, que Bernardes determinou. Macedo Soares foi contrário a esta medida que, segundo ele, trouxe prejuízos ao país.

história como a Revolução de 1932. No episódio, morreram baleados os jovens Mário Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Camargo de Andrade, cujas iniciais (MMDC) batizaram a organização civil clandestina que ajudou a irromper o movimento rebelde.

Inicialmente, logo após a vitória do movimento getulista, Bernardes lhe emprestou apoio. Washington Luiz havia rompido o “Pacto do Café com Leite”, ao tentar impor o também paulista e seu vice, Júlio Prestes, como presidente da República, preterindo o mineiro Antonio Carlos de Andrada. O ex-presidente foi censurado pela imprensa, por apoiar uma revolução, apesar de ter combatido outras, durante o seu mandato. Em entrevista ao jornal carioca *A Noite* (reproduzida in Magalhães, 1973, p.223), Bernardes defendeu-se, fazendo uma das poucas referências aos rebeldes tenentistas:

Eu lutei no meu governo, como está na consciência de todos, contra movimentos armados, sem programa conhecido nem outros objetivos que não os de ordem pessoal. Foram revoltas preparadas antes mesmo de eu assumir o governo e penso que visavam então a minha pessoa.

[...] Havia em causa pessoas e não princípios. Agora o que houve não foi uma revolta dessa natureza, foi uma revolução da qual participou toda a nação. Não foi um pronunciamento dos quartéis, mas sim um grande movimento patriótico de extraordinária expressão cívica, que empolgou rapidamente todo o povo brasileiro, que reuniu e conjugou os esforços de todos os homens de boa vontade, visando somente ao bem-estar de nossa pátria.

Logo, ele rompeu com a Revolução de 1930, que acusou de ter traído os ideais desta última. Inicialmente, ficou “exilado” em sua própria fazenda, em Viçosa, pelo regime naquele momento dominante. Depois, foi detido e levado ao Rio, onde permaneceu preso na Ilha do Rijo e, em seguida, no Forte do Vigia, no Leme, Rio de Janeiro. Posteriormente exilado em Portugal, o acompanharam Isidoro Dias Lopes, o general Bertholdo Klinger – que havia sido convidado, em 1924, para se integrar ao movimento rebelde, mas não o fez, tornando-se, adiante, um perseguidor dos antigos companheiros e rebelde em 1932 – e o capitão da Força Pública Antonio Pitscher, legalista que lutou contra os militares amotinados, em 1924, no quartel do 4.º Batalhão da Força Pública. O secretário particular de Bernardes, nos tempos da Presidência, Arthur Bernardes Filho, sofreu um atentado a tiros, por parte de inimigos políticos, no mesmo dia em que embarcou para a Europa, sendo ferido na

coxa e no pé. Cinco dias depois do exílio de Arthur Bernardes, Vargas assinou decreto, cassando os direitos políticos do ex-presidente por três anos.

Segundo o escritor Fernando Jorge, meses após o fim do seu mandato, o presidente Arthur Bernardes proferiu a seguinte frase, em Paris, na casa do engenheiro Luís Carlos da Fonseca (in Jorge, 2008, p. 26) ao discutir a situação política brasileira:

“Não me deixaram governar o Brasil”. Depois acrescentou, preocupado com o julgamento da História, da posteridade: “Um dia hão de me fazer justiça. Eu tive a suprema coragem de parecer covarde”.

Na ocasião, o então já ex-presidente havia sido satirizado, em uma caricatura de Belmonte, na qual o personagem Juca Pato, criado pelo caricaturista para criticar os poderosos, o joga no lixo, enquanto um urubu, ao lado, parece esperar. Na obra *Cale a boca, jornalista*, de autoria de Fernando Jorge, considerada um dos mais completos relatos da perseguição a profissionais de imprensa no Brasil, Bernardes aparece como responsável pela prisão, sem culpa formada, por oito meses, do jornalista Maurício de Lacerda, do *Correio da Manhã*, órgão de imprensa que lhe fazia oposição. Também é visto como repressor da imprensa em geral, embora tenha sido jornalista no início da carreira. A prisão de Lacerda se deu no dia 5 de julho de 1924, exatamente quando irrompeu a revolta tenentista em São Paulo. Por três vezes o jornalista solicitou o recurso do *habeas corpus* à Justiça e todos foram negados. Levado à presença do chefe de polícia, major Carlos dos Reis, o *Major Metralha*, Lacerda recebeu a informação (in Jorge, 2008 p.122) que: *Não pode ser solto. É ordem do presidente. E ordem severa.*

De volta ao Brasil, em 1934, com a reconstitucionalização do país, Arthur Bernardes foi eleito deputado federal. Em 1937, porém, perdeu o seu mandato, por causa do Estado Novo. Somente em 1945, tendo ingressado na UDN, Bernardes elegeu-se deputado federal constituinte. No Congresso, celebrou-se como defensor do petróleo e da siderurgia nacionais, criando uma reputação de nacionalista e de um dos defensores da fundação da Petrobrás.

Arthur Bernardes morreu em 23 de março de 1955. No dia do seu enterro, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, uma faixa e uma coroa de flores

chamavam a atenção. Na faixa (in Samis, 2002, p. 176) estava escrito: “os sobreviventes de Clevelândia lamentam ter se insurgido contra um governo tão sério e um presidente tão honesto.” Não se sabe quem colocou a homenagem, mas certamente não foram os “sobreviventes de Clevelândia”. Entre as autoridades que o visitaram na sua casa na Rua Valparaíso, 40, no Rio de Janeiro, no dia de sua morte, estava, segundo Souza Lima (1983, p. 527) um antigo rebelde de 1924, o general Juarez Távora, então chefe de gabinete do ministro da Guerra.

Hélio Silva (1980, p. 20) vê a história do presidente como algo bastante contraditório. Na opinião do historiador, é necessário separar a figura do presidente do “bernardismo”⁵², movimento que ele liderou, para se obter um retrato mais equilibrado de sua figura e de sua trajetória. O pesquisador considera que somente atacar a pessoa revela desconhecimento do lado positivo do seu governo como, em sua visão, a firmeza do seu nacionalismo e sua grande vitória na área de siderurgia, quando forçou, como presidente de Minas Gerais, a mineradora Itabira Iron, empresa de capital americano controlada por Percival Farquhar, a produzir aço no país, em vez de somente explorar o produto, deixando no Exterior seu beneficiamento.

[...] se tivesse logrado vencer a onda de repressão que dele exigiam e em seu nome praticavam; se tivesse reestabelecido a paz e a tranquilidade da família brasileira, que clamava pela anistia; se tivesse enfrentado, com a autoridade moral do seu cargo e de sua pessoa, as conspirações incentivadas pela indústria da legalidade que floresceu em seu governo.

O fato é que não há nenhuma rua na capital paulista que lembrem o presidente e o seu legado, embora haja uma via que homenageie o general Eduardo Sócrates, o presidente Carlos de Campos e até o coronel legalista Eduardo Lejuene. Existe somente uma cidade no interior do Estado, na região de Presidente Prudente, que o relembra. O município de Presidente Bernardes está a 600 quilômetros da capital e tem, segundo o censo de 2010 do IBGE, 13.540 habitantes.

O presidente Arthur Bernardes, fez poucas referências, de forma oficial, a seus inimigos militares e civis que participaram das duas revoltas, em 1922 e 1924,

⁵² Os adeptos de Bernardes usavam um cravo vermelho na lapela. Por isso, se tornaram conhecidos como “cravistas”.

contra sua administração. Nesses momentos, ele se colocou frontalmente contrário à anistia reivindicada pelos líderes dos levantes – embora tenha ordenado ao ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, negociar com os rebeldes gaúchos de 1923, com os quais seu mandato firmou a Paz de Pedras Altas – e acusou os movimentos rebeldes de “falta de patriotismo” ao integrar estrangeiros às suas fileiras. Assim, Bernardes usava politicamente o mito do “agitador estrangeiro pago para matar brasileiros”, em tentativas várias vezes bem sucedidas de desqualificar os tenentes. Estes últimos se utilizaram de estrangeiros incorporados às suas forças durante a Revolta de 1924.

Na sua mensagem ao Congresso Nacional, na abertura do ano legislativo de 1925,(p. 6/7)⁵³, Bernardes pediu a reforma da Constituição, que não teria condições, em sua visão, de enfrentar as novas ameaças . Para ele, as leis foram elaboradas “em uma fase de idealismo entusiástico e generoso, por homens que não tinham a experiência e o conhecimento prático da nova forma de governo e que haviam pregado o regime republicano como um sistema de excepcionais liberdades, com o exagero próprio dos apóstolos de ideias novas”.

[...] Foi exatamente o que, na prática, se verificou: a nova organização desarmou o governo para defender convenientemente a ordem, que é o supremo bem, para fazer respeitada a lei e obedecida a autoridade, compelindo-a a empregar, como tem acontecido em oito, dos nove períodos presidenciais, a medida excepcional do estado de sítio: (...) concedeu aos estrangeiros todos os direitos do cidadão brasileiro, sem nenhum dos seus deveres, permitindo-se, como ainda agora se viu, que, generosamente acolhidos para fins de trabalho honesto, se organizassem em bandos armados para atacar impunemente a ordem constitucional do país, a vida, a honra e a propriedade dos nacionais;.

Ainda agora, alguns militares sediciosos traem a Pátria; roubam-lhe as armas; rebelam-se contra a *auctoridade*, levam o pânico a uma das maiores, mais cultas e populosas cidades do Brasil; assassinam, depredam, roubam, incendiam, assalariam mercenários estrangeiros para matar os próprios irmãos; *attentam* contra a honra e o pudor das famílias; *dynamitam* valorosos cabos de guerra, *creanças*, mulheres e inocentes funcionários públicos,sem que a nossa legislação idealista *permitta* medidas bastante severas e *efficazes* para castigar tais monstruosidades e impedir que se reproduzam.

Constituímos nisso, entre os povos civilizados, que sabem defender-se, uma *excepção*, que pode ser generosa, mas também pode

⁵³ Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1317/00003.html>>. Fonte: Arquivo do Congresso Nacional.

conduzir à dissolução da República. A Constituição reservou a pena de morte para os tempos de guerra e os autorizados *interprétes* entendem que tal disposição não se aplica à guerra civil ou interna, mas somente à guerra internacional. Assim, ao passo que as forças *legaes* se mantêm dentro da órbita strictamente legal, sem meios muitas vezes indispensáveis para a sua coesão, as sediciosas empregam todos os meios, inclusive os fuzilamentos summarios, para manter a sua própria disciplina e infundir terror aos que as combatem e às populações inermes.

A saída para tal situação, na visão do presidente, seria a “educação moral das novas gerações”. O exemplo, segundo o descrito no documento, era “a Alemanha que, apesar de sua disciplina moral, não descurou o grave problema.” O “*valoroso cabo de guerra dinamitados*” são uma referência a Tertuliano Potiguara, general atacante em São Paulo, que sofreu um atentado que lhe custou um braço, em 25 de agosto de 1924. Uma carta lhe foi enviada e, quando foi abri-la, ela explodiu porque estava recheada com dinamite. A referência aos estrangeiros naturalmente diz respeito aos batalhões estrangeiros instituídos pelos rebeldes em São Paulo, que o governo alegava serem “*mercenários pagos para matar brasileiros*”, além da presença de muitos estrangeiros entre os anarquistas.

Arthur Bernardes defende também, páginas à frente, a reforma do sistema eleitoral, com a introdução do voto secreto, uma reivindicação dos rebeldes. “A *instituição do voto cumulativo e absolutamente secreto é condição de completo êxito de qualquer reforma. O voto cumulativo e secreto assegura a representação das minorias e todos os interesses ponderáveis, impedindo a formação de “cáucus” que tanto têm prejudicado esse distrito e tanto infelicitam as municipalidades norte-americanas. Está em adeantado andamento no Congresso Nacional um projecto de reforma nesse sentido. É de esperar que seja convertido em lei, nessa sessão legislativa, com as providências e modificações que as vossas luzes e experiências indicarem*”, afirma no documento.

Desde o *anno* passado, tivestes conhecimento dos tristes e degradantes sucessos que tiveram por cenário a rica e *bella* cidade de São Paulo e se estenderam a outros pontos do *paiz*. Alguns militares, esquecidos dos seus deveres, sem causa que legitimasse o *negregado attentado*, sublevaram parte das forças *federaes daquela* cidade e da polícia militar do Estado e com *ellas* tentam subverter a ordem constitucional.

[...] Encurralados os cabeças da rebelião na cidade de São Paulo;

desamparados da grande maioria das forças armadas; *repellidos* pelos Governos *Estaduaes*, pelas *Municipalidades* e pelo povo das demais unidades da federação, que prestigiaram *nobilitamente* o Governo da União, fracassado o auxílio com que esperavam dificultar a ação do poder constituído, a braços com o movimento sedicioso em os outros referidos Estados.

[...] Por todos estes fatos, o Congresso Nacional decretou o estado de sítio e o governo o tem prorrogado, por julgá-lo ainda indispensável à manutenção da ordem e à defesa da autoridade constitucional.

No texto, percebe-se que o presidente tentou sensibilizar os parlamentares para a aprovação de uma reforma constitucional que ampliasse seus poderes para pressionar e reprimir os rebeldes, com toda a força do Estado brasileiro, que encaminhava-se, cada vez mais, para se tornar um Estado de repressão. O ápice desse movimento dar-se-ia pouco à frente daquele momento histórico: a imposição, pela ditadura, do Estado Novo, da Constituição de 1937, conhecida como *A Polaca*. O Brasil viveria, a partir daquele momento, um regime de exceção.

A Emenda à primeira Constituição Republicana de 1891, apresentada pelo presidente Arthur Bernardes, foi aprovada em sessão solene de 3 de setembro de 1926. No documento, assinado pelo presidente do Senado, Estácio de Albuquerque Coimbra, regulou-se o direito de o governo federal intervir nos Estados, limitou-se o poder do *habeas corpus*, fortaleceu-se o poder da polícia, previu-se o direito a veto por parte do presidente da República a decretos do Legislativo, vetou-se o direito a recursos na Justiça contra o estado de sítio e atitudes do governo federal em sua vigência e autorizou-se a expulsão do país de “*súdito estrangeiro prejudicial à ordem pública ou nocivo aos interesses da República*”.⁵⁴ É uma clara alusão aos militantes políticos de origem anarquista e aos rebeldes de 1924, principalmente os estrangeiros, que poderiam ser expulsos de forma quase imediata e sem defesa do território nacional.

O mito do “agitador estrangeiro hostil” já povoava os pesadelos e as preocupações da elite oligárquica brasileira desde o início do século. Havia, como mencionado no capítulo II, várias leis que regulavam a expulsão dos chamados “indesejáveis”, como a Lei Adolfo Gordo, de 1907, e a Lei de Repressão ao Anarquismo, de 1921, que estavam em pleno vigor – e foram muito usadas na

⁵⁴ Íntegra da emenda disponível in <www2.camara.leg.br/emendaconstituicional-3-setembro-1926>, acessado em 13/10/2013.

administração do presidente e de seu sucessor, Washington Luiz, que se tornou famoso com a sentença “*A questão social é uma questão de polícia.*” Elas visavam a reprimir igualmente inimigos como anarquistas, que pretendiam “*sublevar pacíficos trabalhadores*” e revolucionários civis ou militares que ousassem se levantar contra os chefes da República Velha, que só seria sepultada na Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas.

Como era de praxe na República Velha, Bernardes foi empossado senador da República tão logo terminou seu mandato como presidente. Meirelles (2006, p.49) sustenta que a legislação eleitoral foi modificada, de maneira casuísta, para que Bernardes pudesse se candidatar.

Bernardes elegera-se senador graças a uma manobra política do Congresso. A legislação eleitoral fora modificada só para que pudesse se candidatar. Como deixara a presidência da República em 15 de novembro de 1926, estava legalmente impedido de participar das eleições de março de 1927. Mas, com a aprovação do projeto que reduzia o prazo de inelegibilidade dos ex-presidentes de seis para três meses, conquistara o direito de disputar uma cadeira no Senado.

Na véspera da sua chegada à capital federal, um dos jornais de oposição escreveu, segundo Magalhães (1973, p.201):

Povo carioca, não vos esqueçais: é amanhã que chega o miserável, o assassino, o ladrão sem-vergonha e covarde, que martirizou tantas criaturas inocentes, que desgraçou tantos lares que ainda hoje choram mortos e ausentes queridos, que despendeu em ladroeiras e na compra de jornais, de bordados e galões, mais de um milhão de contos que a Nação está pagando. Ide recebê-lo, povo carioca, ao menos para olhar com desprezo a cor do poltrão que ninguém não viu.

De acordo com seu biógrafo, que preferiu ocultar a fonte da informação, a polícia precisou reforçar a proteção ao ex-presidente. Ainda de acordo com Meirelles (2006, p. 48), a chegada do ex-presidente ao Palácio Monroe, sede do Senado, foi muito tumultuada, o que demonstra que sua imagem ficou bem arranhada com o bombardeio a São Paulo e a posterior repressão violenta a rebeldes e anarquistas.

[...] Quarta, 25 de maio, data da posse de Bernardes. A cavalaria da Polícia Militar ocupara o centro da cidade para controlar os acessos

ao Palácio Monroe. Milhares de soldados, com fuzis-baioneta, mantinham a população enfurecida á distância. Nas calçadas, o povo extravasa sua revolta:

- poltrão!

-patife!

- cafajeste de pincenê!

[...] para escapar da fúria popular, Bernardes fora obrigado a arranhar o protocolo e entrar no Senado pela porta dos fundos. Estava pálido, abatido. A tensão era tão grande que, ao chegar, tropeçara no tapete vermelho, e só não perdera o equilíbrio porque fora amparado por um dos policiais que o protegiam.

Já no plenário, Bernardes teve uma discussão com o senador oposicionista, Irineu Marinho, com respeito ao estado de sítio que, conforme se pode observar, durou praticamente todo seu mandato. O debate (in Magalhães, p. 208) está parcialmente reproduzido abaixo:

IRINEU MARINHO – Por que só faziam isso em estado de sítio? Por que se abusou do estado de sítio para mandar os inimigos para fora da capital?

ARTHUR BERNARDES – Faz-se quando é necessário e os desterrados não eram inimigos senão da ordem, da vida ou da propriedade.

IRINEU MARINHO – Por não ser possível a regeneração política é que o estado de sítio é indispensável. O sítio devia ser até vitalício e perpétuo.

ARTHUR BERNARDES – O sítio pode durar enquanto necessário. E V. Exa deve saber que a Inglaterra esteve sob sítio durante oito anos.

IRINEU MARINHO – O Brasil esteve cinco.

ARTHUR BERNARDES – No meu governo três anos e tanto. E que estivesse cinco. Se as medidas são feitas para essas ocasiões, se as perturbações da ordem perduram e se a necessidade reclama a medida, por que não aplicá-la?

Carlos de Campos e sua imagem pública.

O então presidente do Estado de São Paulo, Carlos de Campos, profundamente alinhado a Bernardes, também teve problemas com sua imagem pós-movimento de 1924. Ele foi um dos defensores, entre as autoridades, do bombardeio a São Paulo, capital do Estado que presidia. Foi muito criticado, na época, um telegrama seu para a presidência da República (reproduzido in Costa e Góes,1924,p.190), no qual ele dizia, a pretexto de se solidarizar com a decretação do estado de sítio pedido pelo governo federal em consequência do movimento rebelde, que *“estou certo de que São Paulo prefere ver destruída sua bela capital*

antes do que destruída a legalidade no Brasil". Músico, jornalista com passagens pelo jornal *Correio Paulistano*, do qual foi diretor, e advogado, filho de outro presidente do Estado, Bernardino de Campos, o presidente estava havia apenas dois meses à frente do Estado, quando estourou a Revolta de 1924. Era o 12.º presidente do Estado de São Paulo.

Campos, que havia sido intendente (prefeito) de Amparo, deputado estadual e secretário de Justiça no governo estadual de Manoel Ferraz de Campos Sales, tinha uma relação antiga com Arthur Bernardes. Como deputado e representante de São Paulo no Legislativo federal, ele chegou a dirigir-se, em 1921, ao presidente da República Epitácio Pessoa, para pedir seu apoio às eleições do então presidente de Minas Gerais, Arthur Bernardes. Era parte do chamado "Pacto do Café com Leite", no qual se revezavam presidentes paulistas e mineiros. Ambos integravam a mesma agremiação partidária, embora com características fortemente regionais, respectivamente o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Segundo Magalhães (1973, p. 66), Epitácio Pessoa, então presidente da República, descreveu assim o seu contato com o parlamentar paulista, quando este o procurou para tratar de Arthur Bernardes:

[...] Em março de 1921, recebi em Petrópolis a visita do deputado Carlos de Campos, líder da bancada paulista. Vinha da parte do dr. Washington Luís. Mandara dizer-me este: "que o dr. Raul Soares o procurara e solicitara os seus esforços em favor da candidatura do dr. Arthur Bernardes à Presidência da República." Respondi ao emissário do Presidente de São Paulo que de acordo com os propósitos reiteradamente manifestados desde o início do governo, eu de modo algum me envolveria na escolha do meu sucessor, era tarefa que competia às correntes políticas da nação, formava elevado conceito do dr. Arthur Bernardes pelo que ouvia dizer de sua administração em Minas, mas estava resolvido a não ter candidato e conservar-me dentro do que me parecia ser o meu papel constitucional, isto é, manter a ordem e assegurar, quanto a mim se afigurava sempre um desvirtuamento do sistema o intervir o Presidente da República, com todo o peso de sua imensa autoridade, na indicação ou na escolha de um candidato à sua sucessão.

Diante da negativa do presidente em exercício, segundo Magalhães, iniciou-se uma "cabala silenciosa" junto às forças políticas dos Estados para a escolha do futuro presidente da República. Para se tornar presidente do Estado, Carlos de

Campos contou com a interferência pessoal e apoio do então presidente do Estado, Washington Luiz – que depois, como presidente da República, substituiu Bernardes – em oposição a um outro grupo do PRP, liderado por Antonio de Lacerda Franco, fundador do partido em Araras, que defendia o nome do senador Álvaro Carvalho como o representante do partido no governo do Estado.

Durante a revolta, Campos refugiou-se em Guaiaúna e manteve-se sempre alinhado às ideias e às propostas de Arthur Bernardes e do ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, que defendiam o bombardeio com o objetivo de derrotar os rebeldes. Mais de uma vez, como se viu anteriormente, Campos negou-se a defender, junto ao presidente, o fim do bombardeio sobre São Paulo. Em resposta a uma carta de José Carlos de Macedo Soares, pedindo a cessação do castigo à capital paulista, levada a Guaiaúna por Paulo Duarte, declarou que “a metralha será a resposta” à reivindicação do líder empresarial e de várias outras personalidades, entre elas o prefeito Firmiano Pinto, que pediam o fim do ataque com bombas à cidade.

Depois de reassumir o governo, em agosto de 1924, Campos promoveu uma caçada aos seus inimigos. Também preocupou-se em reequipar a Força Pública paulista e conseguiu instalar uma escola de aviação para a corporação estadual, sediada no Campo de Marte e extinta após a Revolução de 1932. Carlos de Campos morreu antes de terminar o seu mandato, em 27 de abril de 1927, de uma embolia cerebral, conforme Alves (186, p.134). Foi sucedido pelo presidente do Senado estadual, Antonio Dino da Costa Bueno.

Ainda como presidente, Carlos de Campos criou, por meio da lei 2.141, de 22 de outubro de 1926, a Guarda Civil, corporação formada por policiais civis e dirigida por um delegado, Roberto Moreira, ao contrário da paramilitar Força Pública, comandada por coronéis, cujo objetivo, seria, segundo a legislação que a criou, funcionar como uma corporação auxiliar da Força Pública, mas sem caráter militar. Ao que parece, o governador não confiava tanto quanto antes na sua organização militar, parte da qual, principalmente o Regimento de Cavalaria, esteve aliada aos rebeldes. O general Abílio de Noronha contou que, várias vezes, alertou o presidente do Estado para possíveis defecções dos milicianos da Força Pública, mas este não lhe deu ouvidos, demonstrando excessiva confiança na corporação estadual.

A Guarda Civil, em vários momentos da história, agiu como rival da Força

Pública. As duas corporações foram extintas pelo decreto 217, de 1970, durante a ditadura militar, quando foi criada a Polícia Militar do Estado de São Paulo, com base nos efetivos da Força Pública, mas aproveitando parte dos da Guarda Civil. O presidente Carlos de Campos, em 31 de dezembro de 1924, por meio da lei número 2.053, estabeleceu em 14.079 homens, divididos em dez batalhões de infantaria, dois de cavalaria e um de destacamentos de bombeiros, esquadrilha de aviação, escola, corpo de saúde e banda de música, o efetivo da Força Pública para o exercício de 1925. Era a maior corporação militar estadual do Brasil.

A pujança e o poder da Força Pública Paulista eram inegáveis naquele momento: em 1924, seu efetivo era de 14.200 homens, o equivalente a quase metade dos efetivos do Exército nacional, de 30 mil soldados. São Paulo era chamado de “a Prússia brasileira” por alguns observadores, em razão do seu poder militar. A Força Pública era, então, uma espécie de “pequeno exército paulista”. Corporações congêneres de Estados poderosos, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, também se comportavam de forma semelhante.

Por fim, a própria revolta tenentista de 1924 se tornou um episódio menor na história de São Paulo, em comparação com a Revolução Constitucionalista de 1932. Esse episódio foi, definitivamente, inscrito na mitologia política de São Paulo, como um movimento cívico-militar que integrou os marcos fundadores do Estado e da cidade, assim como a industrialização e os bandeirantes. Há numerosos monumentos e vias de São Paulo que lembram aquele momento, enquanto 1924 foi praticamente esquecido. Não é fácil explicar esse “esquecimento seletivo”, ainda mais que, como se pode comprovar, a revolta de 1924 foi mais cruenta à população do que a Revolução de 1932 e, no entanto, boa parte da elite econômica e intelectual paulista participou da Revolução de 1932, enquanto as vítimas da revolta tenentista de 1924 foram basicamente pessoas situadas na base da pirâmide social.

Como lembra Cohen,⁵⁵

Na história oficial paulista, a "revolução" de 1932 é evento crucial, comemorado com pompa e circunstâncias. Vetor de um discurso oficial triunfalista, no qual se contrapõem São Paulo e o Brasil, a revolução nos legou um rico acervo material e iconográfico, composto por cartazes, panfletos, uniformes, chaveiros, pesos de

⁵⁵ No artigo de sua autoria “Imagens de 1924”, publicado no site <www.studium.iar.unicamp.br>, acessado em 20/11/2014.

papel, broches e outros objetos portadores de mensagens do ideário revolucionário. História, memória e historiografia se realimentam continuamente, de modo que o 9 de julho de 1932 cristaliza a própria identidade paulista, de acordo com o discurso político.

Não é o que acontece, entretanto, com a "revolução" de 1924, quase desconhecida do público amplo e pouco estudada pela historiografia. Em geral esse movimento é mencionado em duas circunstâncias específicas: ou no âmbito do que a historiografia consagrou como "tenentismo", ou numa referência mais direta à marcha da coluna Prestes/Miguel Costa, que durante dois anos percorreu o país pregando a revolução social. Apesar da importância de trabalhos clássicos sobre o tema, o movimento de 1924 foi praticamente apagado da memória política, resgatado apenas nos jubileus comemorativos e apontado em alguns depoimentos de testemunhas, que não raro confundem esse evento com lembranças de 1932.

Borges (1992, p. 166), por sua vez, lembra que os chamados "tenentes" e o tenentismo em geral, protagonistas da Revolta de 1924, passaram a ser vistos, no pós-1930, como "inimigos" de São Paulo, aliados a Getúlio Vargas, e com pretensões a fazerem do Estado um laboratório de política, ao imporem aos paulistas, como lideranças nacionais, nomes como os dos nordestinos "tenente" João Alberto Lins de Barros e general Góes Monteiro:

[...] Da mesma forma, na memória e na historiografia, o inimigo tenentista é o responsável pelo "Caso de São Paulo". Em boa parte das memórias escritas logo após 32, sejam essas obras ligadas a partidos ou à organização militar do movimento, o tenentismo aparece como o grande inimigo de São Paulo e causador do movimento. Por exemplo, na obra coletiva *Nós e a Ditadura* (na qual escrevem, entre outros Bertholdo Klinger e Euclides Figueiredo, militares responsáveis pelo movimento, publicada em 1933), percebe-se bem como então é colocado esse tenentismo: um "militarismo subalterno", uma insubmissão praticada pela "mocidade irrefletida", marcada por um "apetite insaciável de posições políticas, de promoções escandalosas dentro do Exército e da Marinha, a ânsia de assalto aos empregos públicos, a epidemia de nepotismo desbragado."

[...] Assim, os partidos tradicionais apresentam às "classes conservadoras" seu inimigo-tenentista, então muito ligado ao "Ditador", o maleável "chuchu", que vai bem com qualquer prato... Os partidos, as associações como a Liga de Defesa Paulista, a Faculdade de Direito, o Instituto de Engenharia...vão se integrando e intensificado a luta política. Levantado o discurso dos diferentes grupos, discutidos os discursos políticos dos adversários em briga pelo poder, e pensadas todas essas falas dentro de um quadro de acontecimentos que as provocam e são por elas provocadas (ou por vezes delas escapam), o surgimento do tenentismo se patenteia a nossos olhos com todo seu significado histórico como uma

verdadeira construção advinda da luta política estadual e seu entrelaçamento na vida política nacional.

Sem dúvida, o fato de os “tenentes” terem sido aliados de Getúlio Vargas e a Legião Revolucionária do “tenente” Miguel Costa estar intrinsecamente ligada à figura do presidente, contribuiu para o esquecimento da revolta de 1924, apesar de esta ter provocado um grande morticínio de paulistas e o bombardeio da cidade. Afinal, naquele julho de 1932, os tenentes eram vistos como “o outro lado” ante as pretensões do Estado por uma constitucionalização que, no entanto, já era realidade, com a nomeação, por Vargas, de uma comissão de juristas que iria fazer a reforma constitucional.

4 – Documentos do movimento: imagens, cartas e jornais

Trocadas entre seus principais líderes, o general Isidoro Dias Lopes, o coronel Miguel Costa, o tenente João Cabanas, o major Simas Enéas e personagens importantes da sociedade, como o presidente Arthur Bernardes e o escritor Monteiro Lobato, as cartas, de propriedade do Instituto Histórico e Geográfico Paulista, estão atualmente sob a guarda do Arquivo do Estado de São Paulo. Na verdade, conforme explicado anteriormente, apenas parte desta correspondência refere-se ao movimento de 1924, embora esteja arquivada com o título “Cartas da Revolução de 1924”. Um porcentual expressivo está relacionado à Coluna Miguel Costa/Prestes, episódio posterior à revolta paulista.

Ajudante de ordens e secretário do principal líder do movimento, o general Isidoro Dias Lopes, o tenente Simas Enéas, que participou da revolta em São Paulo e depois prosseguiu na Coluna Prestes, exilando-se posteriormente na Bolívia e Argentina, é o destinatário da maior parte da correspondência. A razão é que quando alguém queria falar ao general, inicialmente se correspondia com o tenente Enéas Simas, que, por ocasião do movimento, foi um dos responsáveis pela tomada do prédio dos Telégrafos, no primeiro dia da Revolta, ao lado do então tenente Felinto Müller, da Artilharia de Quitaúna.

Foi possível constatar na pesquisa que somente uma pequena parte das 432 cartas se refere, especificamente, ao movimento de 1924. Trata-se de cerca de 8%

do material, ou trinta cartas. A maioria delas trata de correspondência entre os líderes, já exilados, da Coluna Miguel Costa/Prestes, entre 1926 e 1927, que se internaram na Bolívia, Paraguai e Argentina. De qualquer forma, mesmo o pequeno número de documentos identificados, relacionados à Revolta de 1924, traz um razoável conjunto de informações sobre a preparação para o movimento, a conspiração, a eclosão do movimento e as tentativas para “*manter viva a chama da revolução*”, como diria Juarez Távora.

Outra característica dessa fonte epistolar é a ausência de referências a temas como o sofrimento do povo, a penúria, o desabastecimento causados pela revolta, assim como às tentativas de integração dos operários ao movimento. Ao que parece, a reforçar o sentido elitista do movimento, os rebeldes preferiram se reunir com figuras representativas do poder econômico e político na capital, a exemplo do presidente da Associação Comercial (a mais importante entidade empresarial da época), José Carlos de Macedo Soares, o prefeito Firmiano de Moraes Pinto, e o arcebispo d. Duarte de Leopoldo e Silva, a manter encontros e discussões com líderes operários, que levassem o movimento a defender interesses populares.

A seguir, alguns exemplos de cartas:

Carta 928 (manuscrita)
De Voltaire para Enéas Simas
01/02/1924

Simas,
Saudo-te

Em resposta à sua carta e do nosso chefe Severo te informei que apesar de não ter ficado bem *compreendida* a deste ultimo, tenhamos tomado certas providencias que satisfaziam de algum modo as ILEGÍVEL mais ou menos ILEGÍVEL.

Essas *providencias* foram a remessa de carta circular a todos os *nucleos*, pedindo o comparecimento aqui de um representante com informações *exactas* sobre a situação de cada núcleo e a autoridade *indispensavel* para resolver sobre as duas *hiphoteses* previstas na carta em questão. Essas circulares não lograram reposta até a presente data ou as respostas dadas não nos autorizam a responder nem ajudar por qualquer das *hiphoteses* em questão.

Tivemos, assim, respostas pelo Correio ou portador de *tres nucleos*, duas das quais te envio, faltando a de Rio Claro que está *ridigida* mais ou menos nos termos das de Itú, deste ILEGÍVEL aliás não tenho outra informação alem desse documento que pouco adiante sobre o ILEGÍVEL que temos em vista organizar e realizar.

Tanto em resposta à carta de nosso chefe Severo, como à tua, me referi à necessidade de presença aqui desse chefe para trocar ideias com os elementos daqui, e transmitir-lhes a

sua impressão pessoal sobre a situação dahi e de outros Estados, como tudo lhe fiz sentir quando do regresso do ILEGÍVEL.

Acabo de ser informado que Ant.P. F. Já escreveu ao Severo manifestando o seu desanimo por essa situação de demora de informações pedidas e outros elementos perderemos ainda, sem duvida, se não se fizer uma aproximação mais *directa* e proveitosa para todos os interessados do *assumpto*.

Aguardando as tuas ordens,
Subscrevo-me
Voltaire

A carta foi assinada por um personagem misterioso – Voltaire, segundo Nelson Tabajara de Oliveira, autor de *1924, A Revolução de Isidoro*, (p.31) trata-se do tenente Joaquim Nunes de Carvalho que, embora militar de carreira, também atuava como jornalista. De acordo com Oliveira, desde 1922, Voltaire atuava na imprensa, fazendo fortes críticas ao regime. Na correspondência, ele demonstrava um aparente desânimo com os preparativos para a revolução, que ocorreria cinco meses depois da missiva. Ao que parece, Voltaire pedia a Enéas a presença do chefe Severo (pseudônimo pelo qual era tratado Isidoro Dias Lopes) pessoalmente, em várias regiões do Estado de São Paulo e do país, para garantir a adesão de militares recalcitrantes à causa dos revoltosos. Os conspiradores tentaram obter a adesão de algum general da ativa à sua causa, mas, por causa das posições políticas da maioria dos chefes militares, só conseguiram, como líder, um oficial da reserva, Isidoro Dias Lopes (1865-1949), veterano da Revolução Federalista e gaúcho de Dom Pedrito.

A missiva tratava de duas hipóteses (provavelmente datas para o início do levante ou lugar por onde poderia começar) sobre as quais os conspiradores precisavam tomar uma decisão; decisão essa que não seria possível, a partir das respostas obtidas. No caso, somente foi possível fazerem-se conjecturas sobre o teor das hipóteses: talvez se referissem a datas para o início do levante e quais os quartéis que o integrariam. Havia na carta um novo personagem – Ant.P.F. – que teria escrito a Severo relatando o seu “desânimo”, por causa do passo em que as coisas estariam andando. A seguir, algumas notícias, a partir da ficha de Isidoro Dias Lopes no Centro de Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (CPDO -FGV), que permitem conhecer melhor o principal líder do movimento:

Em 1923, já como general reformado e residindo em São Paulo, deu

início às articulações contra o governo de Arthur Bernardes. No ano seguinte, escolhido pelos conspiradores como o líder do movimento, viajou pelos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, estabelecendo contatos nos meios militares e elaborou, junto com Joaquim Távora, um plano de ocupação da capital paulista⁵⁶

Voltaire referia-se, em sua carta, a duas cidades paulistas, Itu e Rio Claro, nas quais, aparentemente, teria sido feita propaganda do movimento e haveria resposta de cartas enviadas aos militares de lá, com detalhes da preparação do levante. Em seu livro *“Narrando a Verdade – contribuição para a história da revolta de S. Paulo”*, o general e então comandante da 4.^a Região Militar de São Paulo, Abílio Noronha, defendia-se de críticas, segundo as quais não teria percebido a propaganda revolucionária nos quartéis do Exército no Estado. Em Itu, cidade em que se supunha haver reuniões de cunho subversivo, sobre as quais havia advertido o comandante da unidade, coronel Francisco Escobar. Este o tranquilizou, dizendo não ter notícias de encontros de caráter subversivo.

Noronha disse que avisou ao então presidente do Estado, Carlos de Campos, e ao governo federal, principalmente ao Ministério da Guerra, sobre as andanças e agitações dos futuros rebeldes por São Paulo. Abaixo um extrato de um texto sobre o assunto, de autoria de Noronha (publicado in *O Resto da Verdade*, p. 105):

[...] Somos acusados de não termos previsto a sedição e, assim, não tomarmos as necessárias providencias para que ela abortasse. Os factos que vamos narrar, e todos eles documentados, destruirão por completo essa opinião que, veladamente, procura atirar aos nossos hombros a inteira responsabilidade dos primeiros sucessos da rebelião.

A 29 de dezembro de 1923, avisados de modo vago, de que no quartel do 4.º Regimento de Artilharia Montada, em Itú, tinha havido uma reunião secreta de officiaes, demos pressa em telephonar ao seu comandante, avisando-o do ocorrido, recebendo como resposta a seguinte carta, cuja redação conservamos como está no original:

Itu, 29 de dezembro de 1923.
Ao Exm. Sr. General Abílio de Noronha.
S.Paulo

⁵⁶ Conf. ficha de Isidoro Dias Lopes no arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV)

Excellencia,

Sob a ação do vosso *telephonema* de há pouco, vos escrevo esta para assegurar a V. *Excía* que aqui não houve nenhuma reunião política, na qual tomassem parte *officiaes* deste Regimento, depois que aqui cheguei.

V. *Excía*, melhor do que eu, conhece as disposições de animo dos *officiaes* do 4.º R.A.M e a dedicação desta tropa aos seu digno divisionário que se soube impor desde o primeiro dia do seu *commando*, pela mais franca, enérgica e dedicada *attitude* de disciplinador que já temos tido

(...) a notícia a que V. *Excía* se referiu, vinda do Rio, é tão destituída de fundamento que não tem certamente o *effeito* oposto ao visado, si é que não se trate de um *qui-pro-quo*.

(...) Nada pois há de novo, nem de alarmante, meu General, V. *Excía* *póde* contar como até agora com a lealdade e *correccção* do 4.º R.A.M. que de mais o mais dedicado aos seus deveres e devotado aos seus chefes.

Do sub.º *ador.* E *sinc.º am.º*
(*assignado*) Coronel F. *Escobar*.

Apesar da carta do comandante do Regimento de Itu a Noronha, este continuou recebendo telegramas cifrados de membros do governo federal alertando-o para a presença de “*masorqueiros*” no Estado. Em 28 de março de 1924, relatou uma carta assinada pelo marechal Carneiro de Fontoura, chefe de polícia do Distrito Federal, que dava conta da presença de revoltosos no Estado:

Gabinete do Chefe de Polícia do Districto Federal:
(Confidencial)

Caro Abilio.

Abraços. *Remetto-lhe* cópia de uma *carta-manifesto* do nosso *mashorqueiro* mor Ximeno.⁵⁷ *Elle* partiu *ante-hontem* para S. Paulo, dizendo que ia assumir o comando das forças revoltadas; também seguiu para *ahi* um Snr. Raul Goulart, empregado Federal.

Abra o olho.

Adeus, abraço

Do am.º V.º
Fontoura

O comandante do 4.º Regimento de Artilharia Montada do Exército, coronel Francisco Escobar, estava enganado no que diz respeito à sedição em seu quartel. Quando estourou a revolta, atestam Costa e Goés (1924, p.315), que citam o jornal ituano *A República*, de 13 de julho de 1924, o regimento se conservou obediente à

⁵⁷ Refere-se ao general Augusto Ximeno de Vileroy, um dos líderes do movimento de 1922, que também foi pronunciado em 1924, como chefe da sedição.

legalidade. No entanto, logo depois o coronel Escobar foi detido pelos rebeldes de sua própria unidade.

[...] Foi então que se verificou a decisão do 4.º regimento de artilharia montada, colocando-se ao lado dos revoltosos. Preso o respectivo *commandante*, sr. Coronel Escobar, que se mantinha fiel ao governo, *officiaes* e praças vieram para a rua e ocuparam a cidade, tomando conta da cadeia publica, depois de prender as praças do destacamento local e as de Salto, que nesse momento chegavam como reforços. *Occuparam* ainda a estação da Sorocabana, a agencia dos Correios e *Telegraphos*, o Centro *Telephonico* e o todas as entradas da cidade. O prefeito municipal ficou preso, sob palavra, em sua própria residência, e o delegado de policia conseguiu escapar aos militares que o procuravam para o mesmo fim.”

Noronha (1924, p.115) dizia ter solicitado ao ministro da Guerra a remoção dos tenentes-coronéis Olyntho de Mesquita Vasconcellos, comandante do 2.º Grupo de Artilharia de Montanha, e de Bernardo de Araújo Padilha, do 5.º Batalhão de Caçadores, em São Paulo, alegando que eles “*não eram dignos de sua confiança*”. Setembrino Carvalho prometeu que o faria e Noronha reforçou o pedido ao chefe de gabinete do ministro, Euclides Figueiredo (pai do futuro general-presidente da República João Batista Figueiredo)⁵⁸, mas a transferência não ocorreu. Ao se iniciar o movimento sedicioso, ambos integravam as legiões dos rebeldes.⁵⁹

Noronha questionava a pouca atenção dada aos rumores e a excessiva confiança que se depositou na Força Pública. O major Miguel Costa, integrante desta corporação, se tornou um dos principais líderes da revolta.

[...] Confiaram demasiadamente na fidelidade da Força Publica, olvidando que em 1912 *fôra suffocada* no Quartel da Luz pelo então Secretario da justiça, Sr. Dr. Washington Luiz um principio de sedição, que em 1922, por ocasião da revolta do Forte de Copacabana e do destacamento de *Matto-Grosso*, sob as ordens do general Clodoaldo da Fonseca, essa milícia estivera *compromettida* e tinha até representante que comparecia ás reuniões dos rebeldes; *não viram que os grandes claros e as contínuas deserções de praças*, reflectiam *um mal estar que devia affectar os officiaes*, os quaes, *a todo o momento*, se lamentavam dos *reduzidos soldos* e davam assim mostras de descontentamento geral, inicio patente da indisciplina que já contaminava essa corporação.

⁵⁸ Euclides Figueiredo foi personagem, também, da Revolução de 1932, quando lutou ao lado de São Paulo, na condição de um dos principais líderes da revolução constitucionalista.

⁵⁹ Ambos foram pronunciados pelo ministro Muniz Barreto, do Supremo Tribunal Federal (STF), como coautores do movimento, e incurso no artigo 107 do Código Penal.

Em seu livro “*O resto da verdade*”, o general Abílio de Noronha reconhecia que acabou enganado pela opinião dos seus subordinados do Interior, que haviam lhe informado que não haveria problemas em nenhum dos quartéis de suas regiões. De acordo com o relato do autor (p.101):

[...] Em 5 de julho explodiu a revolta. A apregoada lealdade garantida pelos comandantes das unidades da minha Divisão, não passava de uma ilusão de que *elles* e eu fomos *victimas*, o que não quero esconder. Mas também é preciso *frizar* que a ilimitada confiança que o Governo do Estado depositava na sua Força Publica, não passava de um *mytho*, não estava assentada em terreno firme, mas em monte de movediça areia. Houve o inquérito policial, surgiu a denuncia do Sr. Dr. Procurador da Republica e ficou provado, por sua vez, que a polícia com todos os seus gabinetes de investigações e capturas, nada investigou, nada capturou.

Os sediciosos elegeram a casa do tenente rebelde Custódio de Oliveira, do 2.º Grupo de Artilharia Pesada, aquartelado em Quitaúna, como uma espécie de quartel-general da revolta. O imóvel, na Rua Vautier, 27, no Pari, se tornou uma espécie de “república”, para a qual afluíam líderes militares que desejavam integrar o movimento. Na rua da Fábrica, número 6, vivia o tenente Ricardo Holl e se hospedavam os capitães Octavio Muniz Guimarães, Joaquim e Juarez do Nascimento Fernandes Távora e os tenentes Victor Cesar da Cunha Cruz, Granville Bellerophonte de Lima e Eduardo Lima, todos desertores do Exército e foragidos da Justiça.

O escritório do dentista José Paulo de Macedo Soares, na rua da Quitanda, número 14, a casa do civil Waldomiro Rosa, na Travessa Frederico Alvarenga, 46 e a própria residência do major Miguel Costa eram outros pontos de encontro dos conspiradores. O dentista era irmão do presidente da Associação Comercial, José Carlos de Macedo Soares. Para escapar da vigilância dos agentes do governo, alguns deles assumiram novos nomes e profissões. Assim, o tenente Henrique Ricardo Holl tornou-se o engenheiro Ricardo Fischer Junior, associando-se, com o dono, à Casa Stolze, importante loja da capital. O tenente Eduardo Gomes, refugiado no Mato Grosso, logo depois de ser preso, após o episódio dos 18 do Forte de Copacabana, vivia na pele do professor primário Eugênio Guimarães, em uma fazenda de propriedade da família do marechal Bento Ribeiro. O capitão Juarez

Távora transformou-se no electricista Octavio Fernandes. Seu irmão Joaquim Távora passou a chamar-se simplesmente J. Fernandes.

O tenente Victor Cesar da Cunha Cruz, também hóspede do dr. Ricardo Fischer, passou a chamar-se dr. Victor da Silveira, ficando encarregado de estabelecer ligações entre os revolucionários do Rio e os de São Paulo com passagens fornecidas, segundo Noronha, pelo capitão Newton Estilac Leal, então diretor de Material Bélico do Quartel-General da 2.^a Região. O também tenente Granville Bellerophonte de Lima agia em Goiás, sob o pseudônimo de dr. Gabriel G. de Lima, “explorador de cristais, mica e peles.”⁶⁰

Outras cartas sob guarda do Arquivo do Estado:

Carta 344 (datilografada)

De Tenente Cabanas – 2 de agosto de 1925

Aos Bons Brasileiros

Copiem 10 vezes, integralmente, os dizeres deste e transmitam a 10 amigos que deverão fazer o mesmo.

“Unificai-vos debaixo da mesma bandeira revolucionária - Izidoro Dias Lopes – o grande patriota; reconhecei-vos levando o *distinctivo* vermelho na gravata, nos lenços ou na *lapella* de *paletot*;

Fazei um protesto passivo contra os *actos* do governo, tanto quanto possível.

Não *acceitae* cargos *públicos*.

Impedi e *difficultae* os fornecimentos materiais ao Governo.

Não concorrei aos *actos officiaes*, recepções, paradas militares, festas, etc, diminuindo, assim, o brilho sem o concurso popular;

Condenae-o material e moralmente, assim como a canalha *politica* que o envolve, em todos os seus *actos*;

Protestae abertamente contra a monstruosa revisão constitucional, quando as garantias liberais estão suspensas, impedindo o estudo e a critica ponderada da soberana vontade do Povo;

Glorifica os presos revolucionários, que estão nos porões dos navios ou das fortalezas ou nessas masmorras infectas que a policia chama de cadeias, facilitando-lhes todos os meios de bem estar, assim como de suas famílias;

Glorifica os que ainda combatem ou os que estão feridos no duro exilio;

Não *votae* em quem quer que seja, apresentados pela chapa governista, na impossibilidade de votar nos *revolucionarios*, repudia os candidatos do governo;

Finalmente, prepara-te para formar parte do grande Partido Nacionalista ora em formação, unindo-vos e cerrando fileiras com todas as classes que formam a manifestação viva da nação;

Desperta-e vosso civismo, Povo Brasileiro, que a luta seja intensificada por meio de vossa união; não vos separei, não vos deixei subornar e mantendo sempre vossa opinião acima de

⁶⁰ Informações retiradas de Sucessos subversivos de São Paulo: denúncia apresentada ao Juiz Federal da 1.^a Vara em São Paulo pelo Procurador Criminal da República. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1925, p.5

tudo, ainda mesmo que seja *difficil manifestal-a pubblicamente*.
 Não vos deixei abater; uni-vos todos.
 Uni-vos numa só ideia e num só pensamento:
 “Isidoro voltará e com *elle* seu *Exercito* libertador”

E, neste dia, a pátria será engrandecida, porque os seus filhos terão ampla liberdade para se agrupar em partidos e estes de escolher os seus HOMENS.

2 de agosto de 1925.

Cabañas

O tenente João Cabanas, um dos mais destacados personagens da revolta paulista, não integrou a Coluna Prestes, que sucedeu a revolta paulista, depois do encontro dos paulistas com os gaúchos de Luiz Carlos Prestes em Foz do Iguaçu, no Paraná. Preferiu exilar-se no Paraguai. A carta, que pedia uma reação da população contra o governo Bernardes, chegou a ser publicada em alguns jornais. Trata-se do que seria hoje uma “corrente”, para ser divulgada ao maior número possível de pessoas, com a intenção de manter o apoio à Revolta, mesmo com a retirada de São Paulo.

Carta 11 (datilografada)

do presidente Arthur Bernardes
 para Monteiro Lobato

Dr. Monteiro Lobato

Deu-me muito prazer sua carta de 9 de agosto findo em que vejo patente um *patriotico* interesse pelo melhoramento dos processos de nossa vida *politica*, de *facto* ainda necessitada de cuidados urgentes.

Estou de pleno *accordo* com sua judiciosa opinião acerca da *adopção* do censo alto para *selecção* do eleitorado.

Como sabe, *esta-se* procedendo *actualmente* ao estudo de um projecto de reforma da constituição e *aproveittei o facto* para chamar a atenção dos meus amigos sobre tal ponto. Alguns, porem, acharam a discussão inoportuna, reconhecendo embora a legitimidade da aspiração. Ponderaram que, nesta quadra durante a qual *espiritos malevolos* tem abusado da credulidade publica, fatalmente surgiriam explorações sob o pretexto de defender o povo contra o *arbitrio* dos que pretendem *prival-o* da magna conquista do *suffragio* universal.. Assim seria talvez entravada a marcha do *projecto*, ficando prejudicados os outros pontos *pacificos* da reforma constitucional.

Quanto à *attitude* do povo paulista em face do levante de 5 de julho último, reconheço que a falta de mais *prompta* reação *civica* foi em parte devido aos motivos apontados em sua prezada carta porem creio que a *lamentavel ocorrencia* foi *tambem* devido à influencia do elemento estrangeiro, cujo excesso, dando de certo modo um aspecto cosmopolita a essa capital, acaba até por *oppor serios* embaraços nos elementos em que a população deseja

vibrar pelas cousas brasileiras com todo o ardor que seria de desejar. Seja como for, porem, *congratulemonos* pela *victoria* da boa causa e *faça-mos* votos para que os dignos paulistas saibam tirar do episodio as *liccções* que ele por ventura encerra.

Creia-me, com toda a *simpatya*,

Am.o e Ad.o
Arthur Bernardes

Bernardes respondeu a uma carta do escritor Monteiro Lobato, que então dirigia a seção gráfica (editora) do jornal *O Estado de S.Paulo*, que lhe fazia oposição. Lobato lhe havia enviado, um mês antes, uma carta elogiosa, na qual dizia que os paulistas eram favoráveis à revolta e propunha uma metodologia diferente para as eleições, de forma a diminuir o descontentamento da população em relação ao governo.

O presidente fazia menção em sua missiva ao grande número de estrangeiros que havia em São Paulo, que considerava “excessivo”, o que, em sua opinião, diminuía o apreço pelas “cousas brasileiras”. Pode-se inferir que ele estava discorrendo, na correspondência com o escritor, sobre o mito do “agitador estrangeiro”, já referido nesta pesquisa.

Na missiva, datada de 9 de agosto de 1924, dia do aniversário de Arthur Bernardes, portanto apenas um mês após a eclosão da revolta paulista, José Bento Renato Monteiro Lobato (1882- 1948) fazia elogios a Bernardes, chegando a classificá-lo de “presidente-mártir”, que teria sido incompreendido em seu tempo. Na continuação, em tom de alerta, o escritor, que se celebrizou pelos personagens do *Sítio do Pica-pau Amarelo*, dizia que o espírito dos brasileiros, de todas as classes sociais, aí incluídos os funcionários públicos, era de “franca revolta”. Lobato chegou a dizer que 90% dos brasileiros estavam em espírito de contestação. “*Cheguei à conclusão de que isso se dá em virtude do completo divórcio entre a política e a opinião. De toda a gente ouvi os maiores horrores da política e dos políticos – tida aquella como a arte de explorar o thesouro, e estes, como usurpadores indignos. D’ahi o completo desinteresse da nação pela política,*” destaca o escritor em sua correspondência.⁶¹

⁶¹ No ano seguinte, Lobato assinou a falência da Editora Revista do Brasil, que havia criado. Parte dos problemas haviam sido causados por uma determinação de Bernardes, que desvalorizou a moeda brasileira e suspendeu o desconto de títulos da dívida da companhia no Banco do Brasil,

O jornal *O Estado de S.Paulo*, do qual Lobato foi editorialista e diretor da gráfica, não era muito simpático a Bernardes. O escritor, entretanto, tinha algo em comum com o presidente: seu nacionalismo e o interesse pela questão do petróleo. Lobato foi um dos principais defensores da ideia de que havia petróleo no Brasil. Bernardes, por sua vez, foi um dos líderes da proposta de criação da Petrobrás, que garantiu o monopólio estatal de petróleo, quando o presidente, fora do cargo, atuava como deputado federal. Lobato ofereceu apoio a Washington Luiz, que sucedeu Bernardes, e a seu candidato à sucessão, o paulista Júlio Prestes. Com a derrubada do presidente durante a Revolução de 1930, se indispôs com o governo de Getúlio Vargas e chegou a ser preso durante o Estado Novo.

Carta Marechal Odílio Bacellar

O marechal Odilo Bacellar, um apoiador de primeira hora do movimento de 1924, escreveu uma carta, publicada nos jornais no dia 6 de julho, na qual declarava, de forma clara, sua defesa do movimento iniciado por Isidoro Dias Lopes, de quem foi amigo. Na missiva, Bacellar, que chegou a ter seu nome cotado várias vezes para assumir o governo de São Paulo em um triunvirato com outros militares e civis, procurava explicar as razões de não estar à frente do movimento, junto com o general Isidoro Dias Lopes. Assegurava que “seu precário estado de saúde” o obrigou a tratamento e repouso, “*a uma ausência que pode levar alguns curiosos a perguntarem onde estou*”.

Dizia que estava onde sempre esteve, ao lado de Isidoro, “*até que o meu país seja transformado numa terra de homens*”. Logo após a Revolta ter sido debelada em São Paulo, o militar foi pronunciado como um dos “cabeças” do movimento, de acordo com notícias do jornal *Folha do Povo*, edição de 25 de agosto de 1924, ao lado dos generais Isidoro Dias Lopes e Ximeno Villeroy, e do

levando o editor – que havia acabado de importar máquinas impressoras da Europa - a amargar um grande prejuízo e muitas dívidas. No ano de 1924, ele lançou os livros *A caçada da onça*, *Jeca Tatuzinho* e *O Noivado de Narizinho*, sucessos editoriais que praticamente criaram a indústria brasileira de livros. Depois da falência da antiga editora, Lobato fundou, em 1925, a Companhia Editora Nacional, sediada no Rio de Janeiro.

coronel Paulo de Oliveira. Uma nota do *Correio da Manhã*⁶² de 4 de setembro de 1925 dava conta de que Bacellar fora internado em estado grave, sob o nome falso de coronel Olavo Batista, em um hospital de São Sebastião do Paraíso, no Estado de Minas Gerais. A mesma nota afirmava que a imprensa sul-mineira pediu ao governo um indulto em favor do militar, por causa do seu estado de saúde.

As imagens da Revolta

O movimento de 1924 foi um evento bastante fotografado, embora, como já frisado, as fotografias não tenham, em sua maior parte, autoria reconhecida. No entanto, há vários conjuntos fotográficos que retratam a destruição da cidade, com imagens de prédios e de fábricas em ruínas, de famílias saindo da cidade, de soldados em trincheiras, de marcas de combate, de militares perfilados e de mais uma centena de temas diferentes. No entender desta pesquisa, as imagens cumprem a função de denunciar a destruição da cidade e o verdadeiro “massacre urbano”, como Cohen classificou o episódio. Se as fotografias não tivessem sido feitas, seria necessário provar, por outros meios, que tais fatos ocorreram em uma das mais importantes cidades do país, à época.

Os sujeitos que o estudo busca explicitar, ou seja, a população civil dos bairros atingidos pelo bombardeio e pelos combates, entretanto, aparece muito pouco nas fotografias. Ao que parece, os autores das fotos consideraram que as imagens dos prédios, fábricas e igrejas destruídas teriam mais força na denúncia dos eventos. Assim, não se dispõe de imagens, por exemplo, de mortos sob os escombros de casas e prédios em consequência da violência dos ataques.

Há apenas a exceção de fotos de cadáveres em *Sob a metralha* (p.319), que usa material cedido pelo necrotério da Santa Casa de Misericórdia. Fora isso, a população civil só é protagonista das imagens de eventos específicos como, por exemplo, o êxodo, nos quais paulistanos, carregados de sacolas e sacos com seus pertences, deixam a cidade para se refugiar em locais distantes de onde ocorriam os combates ou nas poucas imagens dos saques.

⁶² Biblioteca Nacional – consulta de periódicos – Biblioteca Nacional Digital Brasil <www.memoria.bn.br>, acessado em 20/05/13.

As fotos apareceram nos dois álbuns de fotografia publicados após o evento histórico – *A revolta de São Paulo* e *Revista da Semana* – algumas poucas na imprensa, principalmente em *O Estado de S.Paulo*, e em obras de memorialistas como *Sob a Metralha*, no qual há pouco mais de 20 fotografias, e *Férias de Julho*, que complementa o relato com outras 30 imagens. Lançada em 1987, a obra *A Light e a Revolução de 1924* também faz uso de fotografias, assim como *Bombas sobre São Paulo, A Revolução de 1924*, de autoria de Ilka Stern Cohen, de 2000, que traz um conjunto de mais de 70 imagens do conflito.

Nas imagens apresentadas a seguir, há um pequeno extrato da produção fotográfica relacionada à Revolta de 1924, como imagens do êxodo, de fábricas e de casas destruídas pelos obuses e granadas. Logo após as fotografias, foi apostado um texto, que tenta, fazendo uso das lições de Peter Burke e Boris Kossoy,⁶³ interpretar as imagens, oferecendo mais dados para que o leitor consiga entender sua dinâmica. Sempre é importante lembrar que, como qualquer documento, a foto representa um ponto de vista particular sobre um determinado tema. Afinal de contas, como destacava Lewis Hine, “*as fotografias não mentem, mas mentirosos podem fotografar*”.

Burke lembra que é importante, na fotografia, perceber quem estava contando a história; assim, desse modo, para quem estava contando e quais poderiam ter sido suas intenções ao assim fazê-lo. “Toda imagem conta uma história”, diz o autor, professor de História Cultural na Universidade de Cambridge (Burke, p. 75) No caso do evento aqui estudado, os fotojornalistas, anônimos na maior parte dos casos, foram os que contaram essa história, para o país e para o mundo – estarrecido com o ataque a uma cidade aberta, como é São Paulo, pelo governo do próprio país. As intenções de fazê-lo, em nossa visão, eram várias, mas principalmente as de denunciar os danos causados à cidade e a seus habitantes, nos 23 dias de luta, tanto por governistas quanto por rebeldes. O ataque dos aviões e canhões governistas, entretanto, foi muito mais registrado que os dos rebeldes, que ocorreram nos primeiros dias do conflito.

Fotos de pessoas são somente exceções, no entanto. O foco das imagens da Revolta de 1924, preservadas em coleções particulares e públicas, está nos

⁶³ Principalmente nas obras *Testemunha ocular – história e imagem* (Edusc, 2001) e *Fotografia & História* (Ateliê Editorial, 2007)

prédios atingidos, em especial grandes indústrias como o Cotonifício Crespi, a Biscoitos Duchen e a Companhia Antarctica, todas no bairro da Mooca, no Mercado Municipal, na região da Rua 25 de Março, no centro e na Igreja da Glória, no Cambuci; além disso, foram foco dos fotógrafos as casas destruídas pelo efeito de granadas em ruas do Brás, como a Caetano Pinto, do Belenzinho, como a Rua 21 de Abril, e de várias outras regiões dos bairros atingidos. Também é possível se observarem imagens dos vários incêndios causados pelos bombardeios, que lançavam grandes colunas de fumaça no céu da capital. Os imóveis pareciam, pelo olhar dos fotógrafos, terem um valor infinitamente superior ao dos homens.

As fotos do conflito deixam uma dúvida: quem as elaborou e com que objetivo? Em uma época em que poucos cidadãos comuns dispunham de máquinas fotográficas, que eram caras e importadas, as imagens tinham resolução e qualidade superiores, o que descarta a hipótese de que tenham sido feitas por amadores. Somente dois conjuntos de fotografias foram identificados como de autoria de Gustavo Prugner, que marcava as fotos com suas iniciais GP, e Barros Lobo, diretor da Photo Lobo, na Rua XV de Novembro, 50, e da revista *Ilustração Fotografica*. As demais não têm autoria conhecida.

Outros conjuntos de fotos da Revolta de 1924, que mostram cenas de soldados em combate, famílias em fuga, prédios e casas destruídas, provavelmente são de autoria do fotógrafo profissional Guilherme Gaensly (1843-1928), ou de profissionais do seu estúdio. Suíço de nascimento, Gaensly manteve, a partir de 1895, a empresa Phothografia Gaensly & Lindemann, na Rua XV de Novembro, região central de São Paulo e prestou serviços à companhia São Paulo Tranway Light and Power, a empresa de energia de origem canadense Light, para a qual trabalhou até 1925. Também fez muitos serviços para a Secretaria de Agricultura.

O que ancora a convicção desta pesquisa sobre a autoria do mais importante conjunto de fotografias do conflito é a qualidade das imagens – evidentemente feitas por profissionais – o estilo, que lembra o de Gaensly, responsável por retratar a cidade em transformação entre o século XIX e o século XX, e o fato de todo o acervo, na forma de fotos originais, estar guardado no arquivo do Patrimônio Histórico da Fundação Energia e Saneamento, que mantém os arquivos da antiga Light (atual Eletropaulo) e outras empresas do ramo. Lá encontram-se as fotografias originais, usadas nas principais obras sobre a revolta.

Considera-se que o material tenha sido produzido pela Light – chamada pelos nacionalistas da época de ‘polvo canadense’ – com o interesse principal de promover, após o episódio histórico, uma ação de indenização contra o governo central ou contra os rebeldes, caso estes conseguissem conquistar o poder. A empresa sofreu muitos prejuízos, como a destruição de prédios, bondes, estações distribuidoras e outros bens móveis e imóveis e, provavelmente, queria cobrar tais custos ao governo. Daí viria o interesse em registrar a destruição causada pelos bombardeios e pelos tiroteios na cidade. A companhia Antartica, outra grande companhia que teve sua fábrica na Mooca praticamente destruída, entrou com uma ação contra o governo federal para exigir o ressarcimento de danos causados a suas instalações por causa dos combates entre revolucionários e legalistas.⁶⁴

Provavelmente a Light queria fazer o mesmo e a importância das fotografias feitas por um profissional do quilate de Gaensly seria de grande valia. Então, as fotos teriam sido confeccionadas, no entender desta pesquisa, com o objetivo de documentar os prejuízos e de orientar ação civil de ressarcimento contra o Estado brasileiro. Seriam transformadas, posteriormente, em um documento importante para a compreensão daquele período histórico. Não há dúvida de que as fotografias carregam também um viés de indignação do fotógrafo, diante da destruição da cidade e do massacre da população.

A empresa acabou movendo um processo contra o governo, pedindo, além de ressarcimento, em razão dos danos sofridos em suas instalações por causa do conflito, também uma indenização por “lucros cessantes” e por “despesas forçadas” em razão da conflagração. Na obra, de autoria da própria companhia, *A Light e a Revolução de 24*, informa-se que:

Após treze anos de processo, foi outorgado o decreto-lei n.º 392 de 13 de fevereiro de 1937, que dispunha sobre o pagamento da dívida da União proveniente da execução de serviços de utilidade pública. Seu artigo 1.º rezava: “fica o Poder Executivo autorizado a incluir na dívida passiva da União a ser atendida com o crédito de 250 mil contos de réis os encargos apurados nas vistorias devidamente processadas de acordo com a lei, não prescritos, devidamente catalogados ou relacionados pela comissão da dívida flutuante nacional, relativos aos saques e danos motivados pelo bombardeio

⁶⁴ Responsabilidade civil do Poder Público pelos actos danosos dos seus agentes (A sedição de 1924) – memorial pelo advogado João da Gama Cerqueira, Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” – São Paulo, 1939

da capital de São Paulo durante o movimento de 1924.” De acordo com os cálculos posteriores da respectiva comissão, a Light deveria receber, do montante referido na lei, apenas 433 contos de réis, o que significava muito pouco em relação ao levantamento pretendido pela companhia. Ainda assim, a indenização não foi paga de uma só vez e, até o início dos anos 40, a Light prosseguia em suas queixas contra a União.⁶⁵

As imagens que mostram a destruição da cidade e o sofrimento da população foram usadas no embate ideológico-político entre os partidários e os inimigos da revolta. O impacto das imagens de destruição da, maior cidade industrial brasileira, com o martírio de sua população presa entre o fogo legalista e os rebeldes, teve muita força nas discussões sobre o conflito.

Na sua obra, *Bombas sobre São Paulo – A Revolução de 1924*, a autora, Ilka Stern Cohen, promove uma discussão sobre a autoria do conjunto documental fotográfico que, de acordo com ela, “*materializam a ideia de uma guerra urbana*”. Cohen (2002) lembra que São Paulo, naquela época, já dispunha de alguns estúdios fotográficos, dos quais o principal pertencia a Guilherme Gaensly.

Cohen destaca que somente um dos conjuntos documentais de imagens da Revolução de 1924 tem autoria definida. São as fotografias de Gustavo Prugner – algumas das quais estão presentes neste trabalho – identificados com suas iniciais G.P. Em outros casos, ela lembra os nomes de alguns fotógrafos como Aurélio Beccherini, que trabalhava no jornal *O Estado de S.Paulo* e é citado no livro do também jornalista do *Estado Paulo Duarte* (Agora nós – versão facsimilar da Imprensa Oficial, 1927) e de outros também citados em catálogos da época como Manoel Ginjo, Carlos Geiser e Barros Lobo. Não há, entretanto, indicações de quais fotos eles teriam feito. A seguir, as imagens:

⁶⁵ Vários autores, op cit, São Paulo, p. 102

Figura 01 - Êxodo da população.



Fonte: *Revista da Semana*, Número extraordinário, ago.1924, p.10. Acervo AHMWL/Secretaria Municipal de Cultura

Figura 01 - Na fotografia, é possível se verem homens, mulheres e crianças carregando sacos na cabeça, andando a pé, para fugir da cidade. No canto direito da foto, uma criança muito pequena caminha ao lado de um homem, provavelmente seu pai. Aparentemente de classe média, as pessoas estão bem vestidas e os homens usam chapéu, como era comum na época. Não é possível identificar-se o

lugar pelo qual passam, mas parece ser uma região já distante do centro da cidade. As estradas da Cantareira, Lapa e Pinheiros eram, de acordo com os relatos de memorialistas e cronistas, as únicas pelas quais era possível se passar a pé, em busca de lugares mais tranquilos. A fotografia pertence ao acervo do Arquivo Washington Luiz, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, e não tem autoria reconhecida,

A seguir, será feita uma breve leitura da fotografia (imagem 01): ela se mostra em três planos: uma mulher, de roupa escura, bem vestida, aparece no primeiro, carregando uma sacola pequena nas mãos. O homem, do seu lado direito, levando uma trouxa na cabeça, aparece no segundo plano. Em terceiro, vemos o que está acompanhado pela criança, caminhando ao seu lado. A seguir, estão os outros dois personagens, um dos quais um carrega somente uma sacola na mão e o terceiro não leva nada. Ao fundo, aparece a paisagem, que guarda um aspecto rural, o que leva a imaginar que possa ser a estrada da Cantareira, no sentido da zona norte, de onde era possível fugir em direção a Mairiporã ou Atibaia, municípios vizinhos.

O êxodo dos paulistanos em busca de regiões distantes do centro foi retratado por Cyro Costa e Eurico de Góes (in *Sob a Metralha*, 1924, p.70). Segundo os autores, testemunhas visuais dos acontecimentos:

[...] Contemplavam-se, de onde em onde, aspectos angustiosos ou *pittorescos*. Sentadas em grupo, nos estrados das carroças de mudança, em meio a trouxas, cestas e colchões, senhoras de *idade* e jovens encantadoras e *distinctas*, de lenços à face, silenciosamente choravam, com o olhar vago, ou indomavelmente, num tremor nervoso, soluçavam. Entre malas usadas em viagem, outras famílias passavam, aos solavancos dos *vehiculos*, levando além do *strictamente* necessário, alguns *inseperaveis* cães de estimação e também gaiolas de papagaios e de passarinhos..

A Prefeitura de São Paulo estima que cerca de um terço dos então 700 mil moradores da cidade (perto de 250 mil pessoas) fugiram de São Paulo durante a revolta. Eram principalmente moradores de regiões atingidas pelos bombardeios, especialmente os do Brás, da Mooca, do Belenzinho e do Cambuci, os que tinham alguma condição de sair, de carro, a pé ou a cavalo ou usando trens especiais, postos pelos rebeldes, à disposição da população, a partir da Estação da Luz.

Muitos se dirigiram para Campinas, Guarulhos e bairros distantes da região central como Casa Verde, Lapa, Perdizes e Santo Amaro, então uma cidade independente da capital, além de municípios mais distantes, como Bauru.

Figura 02 - Êxodo da população 1



Fonte: acervo do Patrimônio Histórica da Fundação Instituto de Energia e Saneamento

Figura 02 - Também sem autoria conhecida, a fotografia, da Fundação Instituto de Energia, mostra outra cena do êxodo da população. Parece tratar-se de uma família. Também estão, a exemplo dos personagens da imagem anterior, bem vestidos, com sapatos, meias e chapéus (boinas, no caso das crianças). O homem, à direita da mulher que conduz um bebê, usa até gravata borboleta. Uma das crianças no primeiro plano leva um saco às costas, ao lado de outra, que não conduz nada. Esta segunda parece olhar para o grupo de militares que está logo atrás deles. Em segundo plano, o homem carrega um saco (de mantimentos, roupas?) na cabeça, e uma mulher caminha ao seu lado levando um bebê com roupa de frio (a cidade vivia um inverno rigoroso). Uma outra criança, que mal

aparece na foto, acaricia o bebê. Somente a mulher parece olhar para o fotógrafo que retrata o grupo.

Outras pessoas passam, em sentido contrário, pelos fugitivos. São dois homens, um em roupas civis e outro fardado. Ao fundo, se é possível ver um grupo de pessoas com uniformes militares, aparentemente fazendo uma patrulha e conversando animadamente com outros, que estão parados logo à frente. São rebeldes, sem dúvida. Os legalistas estavam fora da cidade, quando se iniciou, por volta do dia 15 de julho, o êxodo em larga escala. Ao contrário das pessoas da foto anterior, estes passam, aparentemente, por uma rua comercial do centro, a julgar pelas portas de aço às suas costas. Tem-se a impressão de que vão pegar algum transporte, no centro, para se deslocar para outros lugares. Segundo Costa e Góes (1924, p.190), a população fugiu da cidade usando charretes, aranhas (um tipo de carruagem), bicicletas e até carros funerários.

Figura 03 - Aspectos de incendios em São Paulo



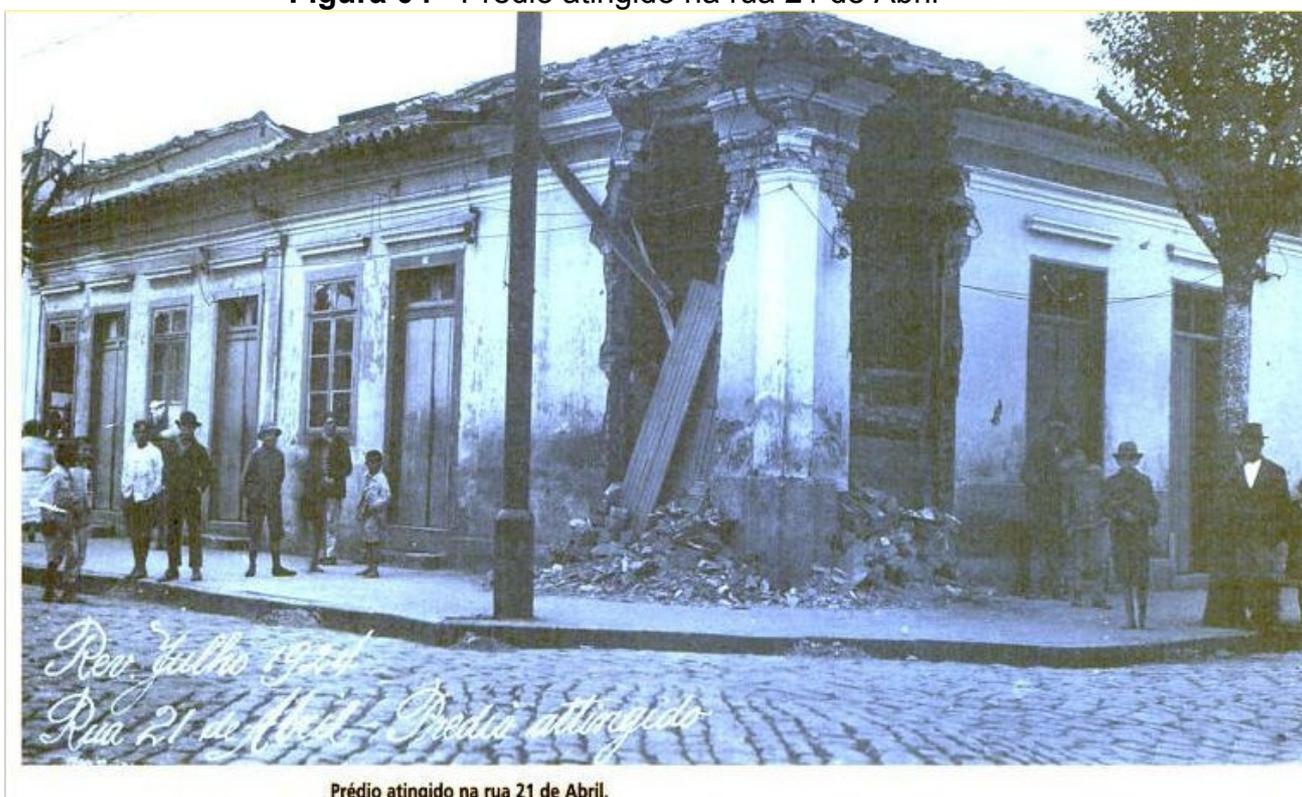
Fonte: *Revista da Semana*, Número extraordinário, ago.1924, p.21. Acervo AHMWL/SMC

Figura 03 - A fotografia, do acervo do Arquivo Washington Luiz, da Secretaria Municipal de Cultura, mostra um dos muitos incêndios que ocorreram em São Paulo, em decorrência das bombas jogadas na cidade durante a revolta. Este foi no bairro da Mooca, iniciado pelo ataque legalista aos armazéns Nazareth,

Teixeira e Companhia. Vê-se à direita do local atingido, a Igreja Nossa Senhora da Glória, no Cambuci, que fica em um ponto alto da cidade, próximo ao Largo do Cambuci, e que também foi atingida durante o episódio.

A cidade não tinha prédios e, para conseguir penetrar na região central e desalojar os revoltosos, as forças legais tentaram entrar pela região do Ipiranga, a partir da Estrada Velha de Santos; e a partir da Penha, em direção aos bairros centrais. A legenda, na própria imagem, à esquerda, diz “Rev. Julho 1924 – Aspecto de incêndio”. A letra, em estilo gótico, é a mesma da foto a seguir.

Figura 04 - Prédio atingido na rua 21 de Abril



Prédio atingido na rua 21 de Abril.

Fonte: acervo do Patrimônio Histórico da Fundação Instituto de Energia e Saneamento

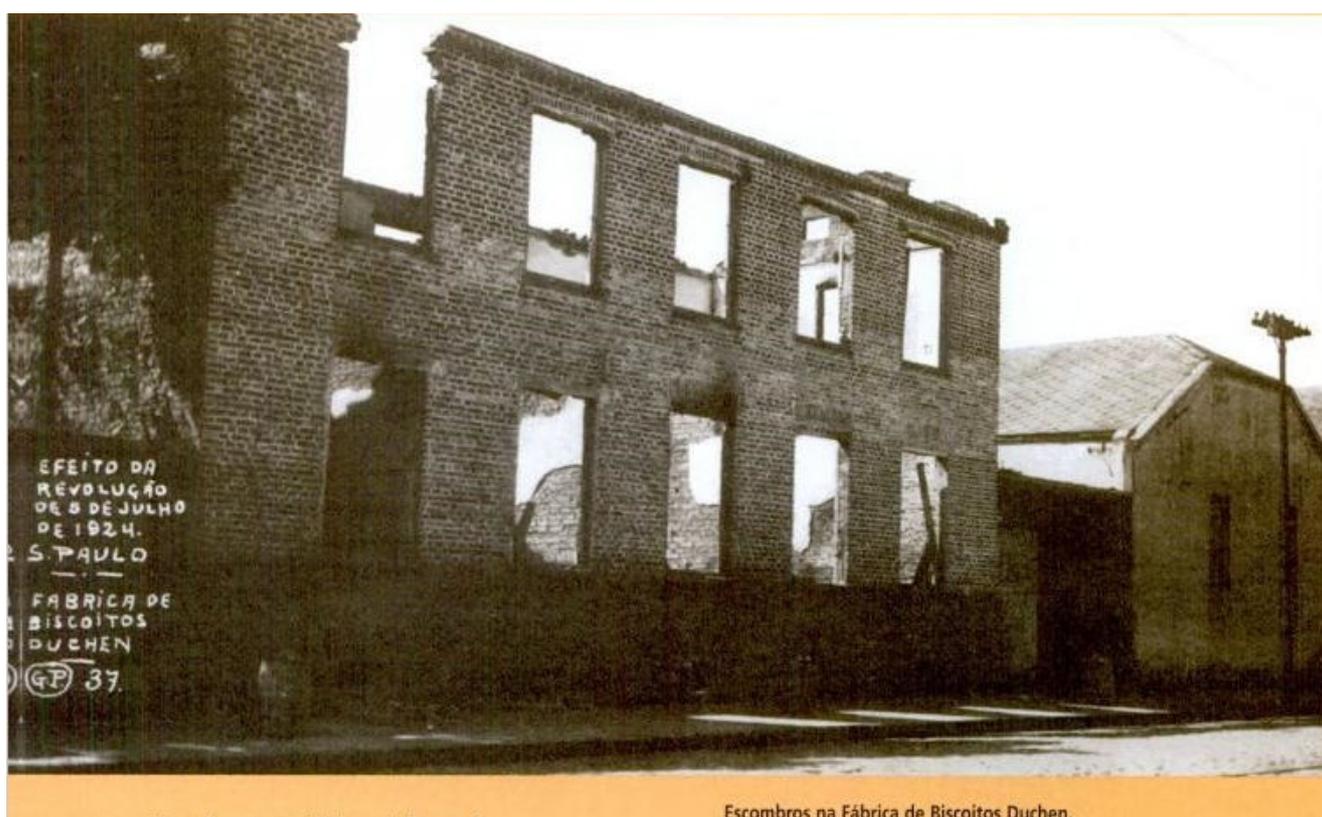
Figura 04 - A fotografia, de propriedade do acervo da Fundação Instituto de Energia, mostra um prédio na Rua 21 de Abril, no Belenzinho, atingido pelo bombardeio. Parece tratar-se de um edifício comercial, na esquina da rua Bresser, parcialmente destruído pelo disparo de uma granada, que o acertou no alto, destruindo uma coluna, o que ocasionou o desabamento do edifício. A foto foi feita,

ao que parece, algum tempo depois que o prédio ruiu, o que é possível perceber pela quantidade de entulho acumulado na porta. O disparo veio do alto, o que confirma ser o adro da Igreja da Penha, a cerca de oito quilômetros desse local, um dos pontos a partir dos quais os canhões franceses bombardearam a região. O prédio atingido tem extensão maior dos que os demais na rua, o que pode indicar que se tratava de uma instalação comercial.

Na imagem, é possível se observarem populares olhando a cena e posando para o fotógrafo (seriam moradores da rua ou do prédio atingido?). Há também crianças, algumas com uniforme escolar. Alguns dos personagens não usam sapatos, embora estejam de chapéu. Conforme lembra Peter Burke, na obra *Testemunha ocular* (EDUSC, 2001) chapéus de palha são baratos, mas sapatos de couro são caros. Uma das pessoas presentes à cena, à direita do prédio atingido, acena para o fotógrafo, enquanto uma mulher demonstra desinteresse, passando sem observar o que ocorre. A legenda está escrita na própria imagem, como aparece em várias outras fotografias, principalmente as publicadas no álbum *A revolta de São Paulo*. O texto diz: “*Rev. Julho 1924. Rua 21 de Abril – Predio atingido*”.

A imagem se concentra em três planos – no primeiro, o prédio bombardeado, no segundo, as pessoas em volta – todas posando para o fotógrafo, que parece dar atenção maior à destruição causada pelo bombardeio – e no terceiro, a própria arquitetura da região, com casas simples, de chaminés, que acabam direto na rua, sem o conforto de um jardim, como era comum nos bairros operários. Nessa rua, morou, no fim do século XIX, o escritor Monteiro Lobato, que até escreveu um poema, *O Miranete*, que a descreve, assim como a chácara em que vivia. Era um tempo em que o Belenzinho era uma espécie de estância climática, onde iam viver as pessoas que tinham problema de pulmão. Nos anos 1920, entretanto, o bairro já se constituía como uma região industrial. Lá, se travaram combates de tanques de guerra legais, contra as trincheiras e as metralhadoras rebeldes.

Figura 05 - Escombros da fábrica de biscoitos Duchen



Fonte: acervo do Patrimônio Histórico da Fundação Instituto de Energia e Saneamento

Figura 05 - A fábrica de biscoitos Duchen, na Mooca, foi duramente atingida pelos bombardeios. No balanço final da Prefeitura de São Paulo, no entanto, não há menções à indústria como uma das atingidas pelos incêndios, assim como o vizinho Cotonifício Crespi. Fundada por Pierre Duchen, por volta de 1900, a fábrica havia sido projetada pelo arquiteto Victor Dubugras e produzia biscoitos seguindo a tradição europeia. No bairro operário da Mooca, onde ficavam duas unidades do grupo (a terceira era em Jundiaí), a empresa, assim como o Cotonifício Crespi, estava no meio do caminho das tropas em direção ao centro.

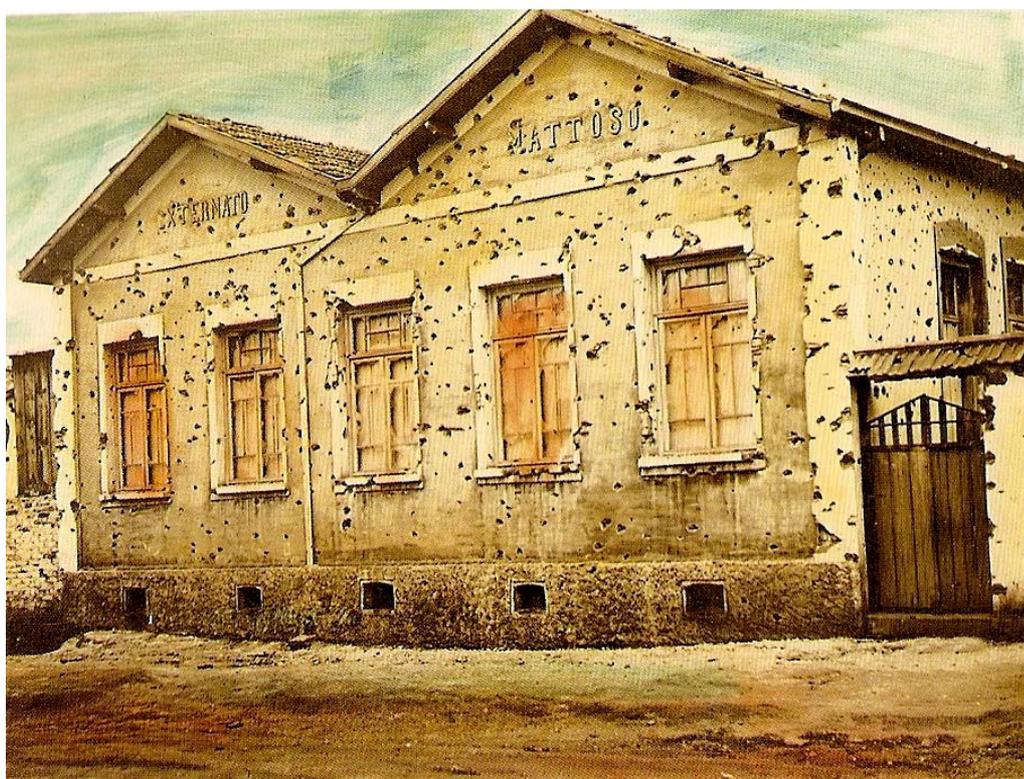
O prédio que se vê ficava na Rua Borges de Figueiredo A fotografia pertence a Gustavo Prugner, como se vê por suas iniciais G.P. do lado esquerdo da imagem, e pertence ao acervo da Fundação Instituto de Energia e Saneamento. A letra identificando as iniciais do autor é bem diferente da que aparece em outras fotografias – aquelas bem mais rebuscadas, escritas em estilo gótico, em comparação à de Prugner. De acordo com Paulo Duarte (in Duarte, 1927, p. 77), tropas legalistas atearam fogo à indústria:

[...] Na rua Borges de Figueiredo, por exemplo, nos depósitos da Casa Duchen, a primeira patrulha legalista que ali entrou, 8 ou 10 dias antes do dia 27, prendeu Firmino de Carvalho e 5 companheiros, guardas da casa, que lá pernoitavam desde o início da revolução. Firmino de Carvalho foi espancado e conduzido preso a S. Caetano.

Durante os dias 27 e 28 os depósitos Duchen foram saqueados. As grandes latas de biscoitos e cestas de champagne eram abertas a pontas de baioneta, sendo o conteúdo espalhado pelo chão. Durante esses dois dias os soldados melhoraram o rancho no interior dos armazéns com as conservas, biscoitos e bebidas aí depositadas, no valor aproximado de 800 contos.

Quando se retiraram, o que não puderam levar os aludidos militares inutilizaram, quebrando as garrafas e abrindo latas e caixas da maneira acima descrita. Não contentes com isso, atearam fogo nos papéis, existentes no escriptorio, tendo as chamas se propagado até o prédio, destruindo-lhe uma parte...

Figura 06 - Externato Mattoso



Fonte: acervo do Patrimônio Histórico da Fundação Instituto de Energia e Saneamento

Figura 07 - Externato Mattoso



Fonte: acervo pessoal do autor

Figura 06 e 07 - A fotografia de cima mostra o Externato Mattoso, na Rua dos Trilhos, 1.269, na Mooca, com sua fachada atingida por tiros de metralhadoras.

As janelas dos porões estão intactas. Uma das primeiras escolas do bairro, fundada por Anna Mattoso, o externato foi ocupado por soldados legais, comandados pelo general Tertuliano Potiguara, que atacou a Mooca e o Brás, com o intuito de tomá-los dos revoltosos. A ideia era vigiar o movimento dos rebeldes, por sua vez liderados pelo tenente da Força Pública João Cabanas, que ocupavam o Cotonifício Crespi, uma das maiores fábricas do bairro, que fica a menos de 500 metros do local. A escola, abandonada por suas proprietárias, as irmãs Etelvina, Mariana e Arlinda Mattoso, foi atacada pelos rebeldes, que tentavam desalojar os legalistas. A Polícia Militar de Minas Gerais teve uma forte atuação na região durante o conflito, do lado legal. A escola, na esquina das ruas Marcial e dos Trilhos, ostenta uma arquitetura diferenciada das demais casas da região, com duas torres, o que demonstra tratar-se de um prédio de metragem maior que da média.

O Cotonifício Crespi, na esquina das ruas Javari e dos Trilhos, acabou parcialmente destruído por granadas legalistas, na sequência dos enfrentamentos entre soldados legalistas e rebeldes. A imagem, que aparece a seguir, mostra o estabelecimento destelhado pela ação das bombas. De acordo com sua proprietária, o externato abrigava filhos de trabalhadores, que não podiam estudar nas escolas mais caras da região central. A fotografia, cuja autoria também é desconhecida, não traz legenda frontal, o que indica um estilo diferente do estilo dos fotógrafos anteriores. A dona e fundadora da escola, Anna da Costa Mattoso, de 60 anos, viúva, contou assim, em memorial ao arcebispo metropolitano de São Paulo, D. Duarte Leopoldo Silva, o que houve com seu estabelecimento durante a revolta paulista:

A escola, que funcionou até fins de 1923, mal havia se instalado quando explodiu nesta capital a revolta de 5 de Julho, e sua propriedade foi ocupada, entre os dias 20 e 22 daquele mês, por forças legais, por considerarem estratégica a situação para o desalojamento das forças revolucionárias que haviam se localizado na Fábrica Crespi e tal foi o bombardeio recíproco que se desenvolveu que a propriedade da suplicante teve uma parte arrasada e o restante tão danificado que o seu reestabelecimento foi orçado pelos peritos em 12 contos de réis. Era o único recurso que dispunha para a manutenção das três filhas solteiras e as crianças pagavam de 3 mil a 5 mil réis mensais para estudar .

Dessa forma, a suplicante (Anna) pedia um auxílio do Estado, com base na Lei 1.972/24, para reconstruir o seu imóvel. As filhas a que ela se refere são Etelvina, Ana e Arlinda, que eram professoras na escola. Com os combates, a família fugiu para Santo Amaro, depois que sua propriedade foi tomada pelos legalistas. A família recebeu 2 contos de réis para reconstruir o prédio, que ainda existe nos dias de hoje, com a mesma arquitetura, e abriga uma pizzaria (vista na segunda foto, de arquivo do pesquisador).

O bairro, assim como o vizinho Hipódromo, onde ficava o primeiro jôquei de São Paulo, fundado pelo fazendeiro Raphael Paes de Barros, foi um dos locais mais atingidos por bombas e por tiros de canhão, disparados a partir do outeiro da Igreja da Penha no episódio. Tradicional reduto de imigrantes italianos, a Mooca teve alguns de seus moradores integrando o Batalhão Italiano, um dos grupamentos que, junto com alemães e húngaros, combateu ao lado dos rebeldes.

Figura 08 - Igreja Nossa Senhora da Glória



Fontes: acervo do Patrimônio Histórico da Fundação Instituto de Energia e Saneamento e arquivo pessoal

Figura 08 - A fotografia, da Fundação Instituto de Energia, mostra a Igreja Nossa Senhora da Glória, no Cambuci, atingida por bombardeios e combates com tiros de metralhadora, durante a Revolta de 1924. No alto de um morro, a Igreja, em terras da fundadora do bairro, Eulália d'Assumpção e Silva (1834-1894), que mandou construir a capela N.S. de Lourdes, atrás do templo, domina toda a região, tornando-se, portanto, um ponto estratégico para entrada e observação da cidade. Lá, combateram, no dia 24 de julho, rebeldes e soldados legalistas. A imagem mostra os muros da construção danificados pelos disparos de granadas das tropas do governo.

Pela sua localização, em um ponto estratégico, a Igreja da Glória dominava os arredores. Ocupada por cerca de 80 rebeldes, em sua maioria húngaros e alemães, foi atacada por tropas do Exército e da polícia paulista, quando os rebeldes foram, enfim, batidos. Depois do tiroteio, os governistas subiram até a torre, em busca de uma metralhadora que atirava em todas as direções e encontraram uma mulher caída ao lado do marido ferido, morta quando municiaava a arma. À direita, ela aparece nos dias de hoje, em fotografia de arquivo do pesquisador

O poeta Mennotti del Picchia lamentou, nas páginas do jornal *Correio Paulistano*, a quase destruição da Igreja Nossa Senhora da Glória, que até hoje resiste, em uma coluna no centro do bairro do Cambuci, ao lado do Largo do mesmo nome. Um santo, na entrada, perdeu um dedo no confronto e a torre tem uma pequena inclinação em decorrência dos combates. A cabeça de São Miguel foi destruída pelos tiros dos rebeldes, quando a igreja foi retomada. Menotti comparou a ação à quase destruição da catedral de Notre Dame- Rheims, em Paris, durante a Primeira Guerra Mundial pelos alemães:

[...] Também nós temos – ó paulistas – nossa *martyrizada* igreja, a nossa *heróica* e santa catedral de *Rheims*. Ela se alteia, *carbocinada*, roída pelas balas das carabinas, mordida pelos estilhaços de granadas, furada pelos *obuzes*, no alto de uma colina, dominando a Mooca longínqua e o *fagulheiro* do Braz. Está de pé ainda. Parece um soldado baleado, hirto, morto no seu posto...⁶⁶

⁶⁶ Correio Paulistano, 24 de setembro de 1924

Costa e Góes (in Sob a metralha, 1924, p. 230) descrevem assim a tomada da igreja pelas tropas legalistas:

[...] A 24, à tarde, travou-se um combate parcial, dirigido pelo capitão Rodolpho Ramos, da Força Pública, junto á *egreja martyr* e gloriosa. O avanço das tropas legalistas proveio da estrada que contorna o Instituto Aché. As granadas explodiam ao pé dos muros e através das paredes do tempo pitoresco. Recordavam o assalto e o domínio duma fortaleza. O recinto da *egreja* e as muralhas *acastelladas* estavam repletas de soldados, de caboclos assalariados no interior, de mercenários alemães. *Erectas* e debruçadas nas ameias, havia figuras de combatentes invulneráveis e impassíveis, formadas de carabina vestidas de fardas ou de baionetas, onde se penduravam *kepis* revoltosos...

Depois do arremessar da artilharia, verificou-se um ataque súbito e um combate decisivo, corpo a corpo. Foram aprisionados, no momento, 76 caboclos e 86 alemães, além de uma mulher tudesca, a qual *accumulava* as *funções* de *vivandeira* e auxiliar de tiro. A mortandade foi notável. Os cadáveres eram sepultados em *vallas*, às dezenas.

Figura 09 - Cotonifício Crespi



Fonte: acervo do Patrimônio Histórico da Fundação Instituto de Energia e Saneamento

Figura 10 - Cotonifício Crespi

Fonte: arquivo pessoal

Figura 09 e 10 - A imagem, da Fundação Instituto de Energia e Saneamento, mostra o Cotonifício Crespi, na época uma das maiores indústrias têxteis do Brasil e da América Latina, atingido por bombardeio que o destelhou e que provocou danos à sua estrutura. Na esquina da Rua Taquari com a Rua dos Trilhos, a fábrica, fundada pelo milionário italiano Rodolfo Crespi (1874-1939), que recebeu o título de conde do governo italiano em 1928, havia sido palco da primeira greve geral de São Paulo, em 1917, liderada por anarquistas de origem italiana, como o dono da indústria. A praça em frente ganhou, na época, a alcunha de “Praça Vermelha”, como uma lembrança da Revolução Russa naquele ano. Como ficava na Mooca, no caminho entra a Penha, onde estavam os legalistas, e a região central, dominada pelos rebeldes, foi atingida. Ao que parece, o governo federal queria destruir, ao menos momentaneamente, a capacidade industrial de São Paulo, minando, assim, sua economia, por meio do “bombardeio terrificante”. Na segunda fotografia, aparece o prédio nos dias de hoje, em imagem de arquivo pessoal do autor.

Inaugurado em 1897, o cotonifício era um dos maiores empregadores de oriundi (imigrantes italianos) de São Paulo. Em 1924, havia seis mil operários no estabelecimento. O prédio foi projetado pelo arquiteto daquele país, Giovanni Battisti Bianchi. A indústria funcionou até 1963, quando foi fechada. A fachada foi preservada, depois de muita luta da comunidade da região em prol de sua conservação, e hoje abriga um hipermercado. Depois do bombardeio, foram

encontradas várias bombas que não explodiram no interior do imóvel. O cotonifício estava ocupado por rebeldes, comandados pelo tenente João Cabanas, que tinha a atribuição de evitar a progressão das tropas legais que vinham da Penha, e, para isso, instalou uma metralhadora no alto do prédio, conforme conta em sua obra *A columnna da morte sob o comando do tenente Cabanas* (1926, p. 55):

[...] Em uma hora estava estabelecido o serviço de defesa que compreendia uma linha da *Varzea* do Carmo ao *Hyppodromo*. Junto a este, no Alto da Mooca, como me parecia mais perigoso, levantei trincheiras duplas, flanqueadas pelas ruas *Taquary* e *Trilhos*. Nos altos da fábrica *Crespi* de que tomei posse, coloquei 10 homens com uma metralhadora. Esse edifício, como se sabe, faz esquinas com as citadas ruas e domina todo o Alto da Mooca:

Cabanas explicou como se deu o incêndio do prédio, causado por bombas incendiárias lançadas pelas tropas do general legalista Tertuliano Potiguara:

[...] Estava nesse serviço, quando um popular veio avisar-me de que a fábrica *Crespi* estava em *chammas*, visto *nella* terem *cahido* algumas granadas incendiárias mandadas pelo inimigo. Lancei mão de alguns homens que *podia* dispor e me dirigi para o local do incêndio, onde com alguma *difficuldade* consegui *dominal-o* e acalmar mais de 300 mulheres e crianças que estavam nos porões da fábrica. Parece que o *sr. Potyguara* desejava incendiar o bairro inteiro, pois tive que extinguir outros princípios de incêndio em casas diferentes, originados por granadas incendiarias. Sendo natural que depois das granadas mandassem a infantaria, reforcei a guarnição da fábrica *Crespi* e *alli* me postei à espera do que viesse, já *tranquillo* com a parte fronteira do *Cambucy*.

Figura 11 - Saque armazéns Companhia Puglisi



Fonte: Arquivo Washington Luiz/Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

Figura 11 - Saque aos armazéns da Companhia Puglisi, na Mooca. Pressionados pela fome e pelo desabastecimento, muitos moradores da região saquearam armazéns particulares, mercados e outros locais, entre os quais os armazéns da São Paulo Railway (SPR), empresa responsável pela ferrovia, também na Mooca. Na fotografia, de propriedade do Arquivo Washington Luiz, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, sem autoria conhecida, várias pessoas parecem descansar ao mesmo tempo em que guardam os produtos saqueados do Puglisi, que consistem em sacos de comida (aparentemente farinha, açúcar e outros gêneros) e caixas de mantimento. O personagem central, um homem negro de chapéu, parece montar guarda aos produtos que foram retirados do armazém. Do lado direito da foto, estão outras pessoas, entre elas uma mulher sentada e crianças de pé, que devem ter participado também do saque (poderia ser uma família).

A imagem se mostra em três planos: o primeiro, integrado pelo personagem central e os produtos que obteve no saque, o segundo pelas crianças ao fundo e o terceiro pelo muro do estabelecimento saqueado. Os personagens da fotografia vestem-se como se trajavam os operários da época, pelo menos um dos quais, à

extrema direita, de pés descalços. Deve-se tratar de gente pobre, talvez moradores do próprio bairro da Mooca, que ficaram desempregados com a destruição das fábricas e sofreram com o desabastecimento e a fome causados pelo conflito. Em uma das obras, *Férias de Julho*, de Luiz Marcigliaglia o personagem central da imagem é comparado a uma “saúva”, tipo de formiga do gênero *atta*, da família dos formicídeos, que é tida como uma praga agrícola no Brasil. A legenda desta mesma foto (p. 104), que aparece no livro, está assim: “depois do saque, a saúva negra, embaraçada, coça a cabeça.” Trata-se de uma referência racista à cor da pele do personagem e ao ataque das formigas e parece demonstrar que o saqueador se perguntava como levaria os produtos para casa.

O saque é um tema muito presente nos textos dos memorialistas e dos cronistas. Em sua obra, Marcigliaglia os cita, sempre de maneira crítica, atribuindo à população a vontade de se aproveitar do patrimônio alheio. Vejamos o que ele diz na página 103:

Nesse dia os saques aumentaram. O povo, tomado de um feroz instinto bárbaro e contagioso, roubou, destruiu, incendiou. O Mercado Velho, os Moinhos Gamba, Puglisi, Belli, armazéns, depósitos, vagões da estrada de ferro, tudo foi saqueado. Um espetáculo bárbaro e deprimente. Não era a fome ou a necessidade: era a explosão dos mais baixos instintos de pilhagem e de vandalismo.

Era uma horda selvagem excitada pela ânsia de roubar e destruir. Na sofreguidão da investida, no aperto daquela desordem brutal, muitas pessoas perderam a vida! Ficaram comprimidas, esmagadas pela onda tumultuante. Homens, mulheres – e até crianças p todos carregavam o que podiam roubar. Alguns, sem cerimônias, iam ao saque com carrinho de mão caminhões, fazendo viagens sucessivas para transformar suas casas em bem sortidos depósitos.

[...] Quando carregavam mantimentos, a gente estava tentado a pensar que era para matar a fome. Mas quando iam levando barricas de cimento, rolos de arame farpado, motores, máquinas de costura e de escrever, fios elétricos, livros de contabilidade, pneumáticos? Muitas vezes, depois do saque vinha o incêndio acabar a obra de destruição. Que perversidade!

Figura 12 - Saque Padaria São Domingos



Fonte: acervo do Museu Memória do Bixiga

Figura 12 – Saque na Padaria São Domingos – acervo do Museu Memória do Bixiga – autoria desconhecida. Na imagem vê-se um grupo de populares - boa parte homens e de chapéu palhinha, como era moda na época – cercando a padaria e iniciando um saque ao estabelecimento, na rua do mesmo nome, na Bela Vista, o atual Bixiga. Há também várias crianças, algumas de pés no chão, e pessoas com sacos nas costas, prontas para a ação. Alguns parecem apenas observar os prejuízos causados pela população.

Um homem, na extrema direita, com uma carroça, parece esperar para fazer sua parte e levar alimento para casa.

Na esquerda, sobre a calçada, uma criança passa, aparentemente comendo um pão, e uma mulher observa o movimento. É possível se observar que duas das portas de aço do estabelecimento estão levantadas. Ao que parece, os saqueadores as forçaram. A imagem apresenta uma inversão: o primeiro plano é formado pelos dois homens ao lado da carroça e o segundo pela ação do saque em si. O fotógrafo não foi percebido pelos saqueadores. Alguns personagens, como a mulher que somente olha a ação, a criança com o pão e a segunda mulher ao seu lado, além do

cachorro na rua, integram o terceiro plano. O Bixiga era um bairro de operários, gente pobre que trabalhava em fábricas em bairro vizinho e a fotografia confirma este perfil social, ao mostrar pessoas, em sua maior parte, vestidas de forma simples.

O neto do fundador da padaria, Domenico Albanese, declarou ao autor deste trabalho que seu avô, também Domenico, resolveu distribuir pães à multidão, para evitar um saque e maior violência. Depois disso, segundo ele, os saqueadores se dispersaram.

Os jornais e suas posições

Os jornais existentes na cidade em 1924 tiveram posturas, em alguns, casos, diametralmente opostas durante o movimento. Tão logo começou o levante, *O Estado de S.Paulo* criou um selo fixo na capa, sob o qual ficavam todas as notícias relacionadas ao fato, que levava a inscrição “Movimento Revolucionário”. Já no dia 6 de julho, o primeiro conjunto de reportagens aparece sob essa denominação. O seu principal concorrente, o *Correio Paulistano*, por sua vez, no mesmo dia, saiu com a inscrição “Insubordinação contra a legalidade”.

O *Estado* levou adiante esse selo, sempre com o mesmo teor. Tratava-se de uma denominação que, ao menos aparentemente, era neutra. O *Correio Paulistano*, jornal ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP) do presidente do Estado, Carlos de Campos, não circulou, até o dia 28 de julho – quando os rebeldes se retiraram de São Paulo – e, quando voltou a circular, trouxe outro selo: “A legalidade reestabelecida”, demonstrando a sua parcialidade a favor do governo legal.

O teor dos textos também demonstrava as diferentes posições dos veículos de comunicação. *O Estado de S.Paulo* referia-se aos homens de Isidoro Dias Lopes como “rebeldes” ou “revolucionários”. No *Correio Paulistano*, em contraste, os rebeldes eram tratados como “bandoleiros” e “bandos de impatriotas”. A república, da rua Vauthier, no Pari, onde se reuniam os sediciosos, ganhou o apodo de “covil dos bandidos”, no *Correio Paulistano*. Em geral, estes eram sempre citados naquele jornal, cujo diretor-geral era Flamínio Ferreira, muito ligado ao PRP, como “saqueadores do Tesouro Público” e “ladrões”.

Em consequência dessa oposição explícita ao movimento e em razão de dificuldades de impressão, o *Correio* circulou no dia 6 de julho e só voltou no dia 28 de julho. Nesse mesmo dia, ocorreu o contrário com *O Estado de S.Paulo*. Com o retorno do governo legal, o jornal passou a sofrer censura e só retornou à circulação no dia 17 de agosto. Assim, passou pela pouco comum experiência de vivenciar a censura dos rebeldes, durante os dias do episódio na capital, e, na sequência, a dos legalistas.

O *Correio Paulistano*, por sua vez, publicou em sua capa, logo após a retirada dos rebeldes, o selo “A legalidade reestabelecida”, que perdurou até o mês de setembro daquele ano. Na edição de 2 de agosto, por exemplo, o jornal destacou o perfil do general Eduardo Sócrates, comandante das tropas legalistas, citado como “um grande chefe militar” e destacou o “brilhante desfile dos soldados legais pelas ruas do triângulo”. Com relação aos rebeldes, uma reportagem dizia que eles estariam “sitiados em Botucatu”. Ainda destacou a edição que o “sr. presidente do Estado, Carlos de Campos recebeu muitas felicitações pela vitória.” No dia anterior, o mesmo jornal havia divulgado as prisões dos chefes de tráfego das companhias Mogiana e Paulista, que embarcaram os rebeldes nos trens em direção ao interior do Estado.

Antonio dos Santos Figueiredo, que era repórter de *O Estado de S.Paulo*, e lançou o livro *1924 – Episódios da Revolução de S.Paulo* (Empresa Indústria Gráfica do Porto, 1924), teceu alguns comentários sobre o comportamento dos jornais, logo após a retomada da cidade pelos legalistas, após a retirada dos revolucionários. “Eis os relatos (in Santos, 1924, p.272-273):

[...] Comprei o *Correio Paulistano* e li o artigo de fundo. Que horror! Uma descompustura desabrida, alucinada, contra todos que publicaram manifestos dos revolucionários. Eram chamados de “vis paulistas” os que “fabricavam dissidências partidárias, e que estimulavam revoluções no Sul do Brasil, permitindo a vinda para São Paulo dos Izidoros e João Franciscos”. Alusão claríssima ao dr. Julio de Mesquita, chefe da antiga dissidência e, portanto, fabricante das oposições ao governo.

Em seguida, o jornalista também criticou o posicionamento de outro veículo de comunicação diário da cidade, *O Jornal do Commercio*:

[...] O Jornal do *Commercio*, simplesmente indigno. Dizia que publicava os comunicados dos rebeldes, coagido pelas baionetas destes. Mentira. O “Jornal do *Commercio*” disputara a primazia em publicar os manifestos dos revolucionários. O Mario Guastini (*refere-se ao principal redator da publicação*) andou atrás da primeira proclamação, ditada pelo Paulo de Oliveira. Os companheiros *daquelle* jornalista tinham pressa em comunicar, aos leitores, os sucessos dos que tomaram conta da cidade. E o “Jornal do *Commercio*” fora coagido a publicar! Safa que era *cynismo*.”

Na capital federal, o Rio de Janeiro, os jornais mantiveram, de uma maneira geral, uma postura mais distante do episódio, referindo-se ao movimento como um assunto apenas paulista. O *Correio da Manhã*, de propriedade de Edmundo Bittencourt, já havia se indisposto, no passado, com o presidente da República – então apenas candidato à Presidência – Arthur Bernardes, ao publicar as cartas que seriam de sua autoria com críticas a Hermes da Fonseca e aos militares. Assim, sua postura foi mais cautelosa no episódio. A edição de 6 de julho trazia como manchete a frase “*Os acontecimentos de S.Paulo*”, com fotos da Estação da Luz, sem nenhuma cena de bombardeio ou combates, e destacava que o Congresso Nacional decretara, a pedido do governo federal, estado de sítio para o distrito federal e o Estado de São Paulo.

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, na edição 162, da mesma data, citou o “*Movimento revolucionário em S.Paulo*” e apôs em sua página 7 fotografias do presidente Carlos de Campos e do Palácio de Campos Elíseos. Também destacou o estado de sítio e as providências do governo para enfrentar a sedição. Em ambos os periódicos, referências à população civil praticamente não apareciam. O foco eram as notícias políticas e a movimentação das tropas e dos generais. Uma das reportagens, no *Jornal do Brasil*, no dia 6 de julho, dá conta de que o governo estadual estava “quase dominando a rebelião”, o que não conferia com a realidade. Na verdade, o governo preparava-se para a retirada.

Na edição do dia seguinte, 7 de julho, o *Jornal do Brasil* trazia a notícia da prisão, na 4.^a Delegacia Auxiliar, do deputado federal Maurício de Lacerda, crítico de primeira hora do presidente Arthur Bernardes, e do jornalista Mário Rodrigues, diretor do *Correio da Manhã*. Ambos responderam a processo judicial, sob acusações de “incitação à revolta.”⁶⁷ No dia 9 de julho, quando o presidente Carlos

⁶⁷ Ambos os jornais estão disponíveis em <www.hemerotecadigital.bn.br>

de Campos abandonou a cidade, o *Jornal do Brasil* noticiou que o aviador paulista Edu Chaves ofereceu seus serviços à legalidade. No dia em que os legalistas retomam a cidade, 28 de julho, o tom era de comemoração: “*A entrada das forças legalistas. Manifestações de regogiso por toda a cidade, o sr. Carlos de Campos cumprimentado pelas autoridades*”, destacava a publicação em seus títulos.

O *Correio da Manhã*, por sua vez, manteve, em suas edições, o selo *Os sucessos de S.Paulo*, mas se limitou a comentar, com certa discrição, o levante ocorrido na capital paulista. Em 30 de agosto, o jornal foi proibido de circular, após pedido do presidente Arthur Bernardes à Justiça, sob a acusação de imprimir, em suas oficinas, o jornal clandestino *5 de Julho*, que exaltava os feitos dos revolucionários na Coluna Miguel Costa/Prestes. A publicação só foi reaberta em 20 de maio de 1925, sob a direção provisória do senador Moniz Sodré.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tive contato com o tema revolta paulista de 1924 quando, como um jovem repórter do jornal *Diário Popular*, no início da década de 1990, fazia reportagens contando a história dos bairros de São Paulo, publicadas aos sábados em uma coluna intitulada *Conheça seu bairro*, que existiu, por dois anos, naquele tradicional diário paulistano, hoje extinto. Todas as vezes em que ia entrevistar algum morador antigo dos bairros atingidos pelo bombardeio, eles me falavam desse conflito. Surpreso, porque não conhecia o evento, imaginava que os meus informantes estivessem se referindo à Revolução de 1932, como se sabe, muito mais famosa. Assim, comecei a pesquisar o assunto, conseguindo amearhar, em pouco tempo, uma bibliografia bastante expressiva sobre o tema, composta por livros escritos na época, fotos e outros documentos.

Começando a conhecer melhor os personagens daquele conflito, qual não foi a minha surpresa, ao descobrir que estudei em duas escolas – Marechal Juarez Távora, no Jardim Penha, e Padre Antão, na Penha, ambas na zona leste de São Paulo, que relembram figuras que vivenciaram o conflito, respectivamente na condição de líder militar rebelde e pároco da Penha de França no período. Muitos anos depois, comecei a lecionar em uma Universidade, a São Judas Tadeu, que fica na Mooca, também na zona leste, ao lado do que restou do Cotonifício Crespi, prédio parcialmente destruído por bombas no episódio, em um dos bairros mais atingidos durante a conflagração. Descobri posteriormente que o casarão onde vivia José Carlos de Macedo Soares, personagem central da revolta, como presidente da Associação Comercial de São Paulo, ficava na esquina das ruas da Consolação e Major Quedinho, ou seja, exatamente onde estava instalado o prédio do *Diário Popular*, meu local de trabalho por cinco anos. Cheguei à conclusão, então, de que tantas coincidências juntas me levavam a ter uma espécie de “compromisso moral” de tentar acrescentar elementos que ajudassem a contar melhor essa história, pela qual me apaixonei, ao conhecê-la melhor.

Resolvi apresentar uma proposta de dissertação de mestrado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), para estudar melhor esta história e compreender as implicações desse conflito na história de São Paulo. Tive acesso, então, no curto período do mestrado, a uma enorme gama de documentos, dissertações, livros, fotografias e cartas, que aumentaram bastante o meu interesse sobre a revolta de 1924. As orientações da professora Estefânia Knotz Canguçu

Fraga, as aulas com todos os professores, os debates com os colegas, as leituras e pesquisas, tudo foi de grande valia para me aprofundar no tema de estudo.

Quando cheguei à PUC, pretendia estudar a história das pessoas comuns que se envolveram, involuntariamente, no conflito. Imaginei que, talvez, a Universidade não desse guarida a esse tipo de pesquisa. Qual não foi a minha surpresa, quando a minha orientadora, a professora Estefânia Knotz Canguçu Fraga, me disse que a vida e trajetória das pessoas comuns é um dos focos de estudo da história social, linha de pesquisa que perpassa o Programa de pós-graduação em História da Universidade.

Fui, então, atrás desses sujeitos – simples operários que habitavam os bairros atingidos - e consegui encontrá-los aos poucos, em livros, memoriais, cartas, fotos e outros documentos. Em muitos momentos, foi emocionante ter em mãos documentos, em que paulistanos comuns contavam seus padecimentos no período. Com um pouco mais de tempo, seria possível ter um painel mais completo das histórias, mas creio que, no que foi possível, colaborei para trazer às páginas desse trabalho a história das pessoas que sofreram com perdas de amigos e parentes, além de amargar prejuízos materiais durante o conflito. Tudo dentro daquele princípio do famoso ditado indiano que diz que “quando dois elefantes brigam, quem sofre é a grama”.

O que foi possível constatar é que ainda há muito a estudar nesse tema tão rico, com histórias e personagens que tiveram grande importância – de uma ou de outra forma – na história do Brasil. As perspectivas que se abrem para a pesquisa deste tema são inúmeras, a começar pelo fato de que a Revolta ou Revolução de 1924 ainda é um assunto carente de estudos, ao contrário da Revolução de 1932, que foi muito mais pesquisada. Espero que, de alguma maneira, o trabalho possa aguçar o interesse de outros pesquisadores para continuar a aprofundar o estudo sobre o tema, que considero absolutamente fundamental para entender a política brasileira do século XX.

Creio que seria de bom alvitre, por exemplo, investigar-se a influência do movimento de 1924 em revoltas similares no Brasil e até no Exterior. Sabe-se que várias revoltas pelo País ocorreram simultaneamente à de São Paulo e outras pouco depois. No entanto, faltam estudos acadêmicos sobre o tema, que nos possibilitem

ter uma visão global do momento que viveu o País entre o fim da chamada República Velha e a Revolução de 1930.

O que pude perceber com o estudo é que, para além de um movimento militar que opôs militares rebeldes a legalistas, a revolta de 1924 marcou, de forma indelével, mais de uma geração de paulistanos e paulistas, que sentiram, na própria pele, seus efeitos ou os conheceram por meio da memória de parentes e amigos. A própria geografia da cidade guarda, até os dias de hoje, resquícios daquele período. Em alguns bairros tradicionais como os que foram atingidos pelo bombardeio e pelos combates, apesar da presença de inúmeros prédios, ainda resistem casinhas, em ruas de pouco movimento de carros, que evocam o início do século XX, quando São Paulo começava a se tornar a mais importante cidade do Brasil.

E o que dizer dos personagens de importância crucial para aquele momento, como o presidente da República Arthur Bernardes, o ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, o general Tertuliano Potiguara e o presidente Washington Luiz, entre os legalistas; o general Isidoro Dias Lopes, o major Miguel Costa, o capitão Juarez Távora, os tenentes Filinto Müller, Eduardo Gomes e até mesmo, de certa forma, o capitão Luiz Carlos Prestes entre os rebeldes? Todos, presentes na história da revolta paulista, tiveram, para o bem ou para o mal, uma trajetória muito importante na história do Brasil. O que é possível notar é que a geração de 1924 ajudou a formar os quadros e o jeito de ser da política brasileira, até meados da ditadura militar de 1964, com reflexos nos dias de hoje, imprimindo uma marca, em grande parte provocada pelos reflexos da conflagração, no cotidiano de paulistas e dos brasileiros, no período, assim como o fenômeno do tenentismo, essencial para se entender a política brasileira na sua relação com os militares.

Bernardes, por exemplo, é um personagem interessante e deve ser considerado um homem do seu tempo, apesar das críticas. Quando da sua saída da presidência, o presidente que o substituiu, Washington Luiz, disse (in *O Globo*, 01 de janeiro de 1927):

Pode V.Ex. retirar-se à sua vida particular com espírito tranquilo de um justo e com certeza de haver cumprido galhardamente o seu dever.

Ambos, o presidente que saía e o que entrava, cumpriram um papel: destruir as organizações operárias, notadamente as ligadas aos anarquistas. Segundo June G. Harner (1993, p.314)

As organizações operárias se desintegraram sob o ataque violento do governo. Em São Paulo e outras cidades do Sul, a Polícia não apenas fechou completamente os jornais operários, como destruiu as sedes dos sindicatos e prendeu e espancou grevistas, mas também deportou os militantes estrangeiros, devastando a liderança operária.

Fica no ar uma pergunta: o presidente poderia agir de forma diferente, diante da cidade ocupada por oponentes bem armados, ao ordenar o bombardeio sem tréguas? Sem dúvida, havia alternativas. Em Santos, na mesma época, em episódio descrito por Gerson Macedo Soares (in *A ação da Marinha na Revolução Paulista de 1924*, p. 103), um aeroplano rebelde, pilotado por Anésia Pinheiro, sobrevoou navios da Marinha de Guerra e jogou panfletos sobre o navio *Minas Gerais*. O comandante da esquadra e governador militar da cidade, José Maria Penido, afirmou que podia ter abatido o avião com seus canhões antiaéreos, mas não o fez para não provocar mortes e prejuízos materiais à população. Bem diverso foi o comportamento do presidente da República no episódio, mandando bombardear, sem piedade, bairros ocupados por civis, operários em sua esmagadora maioria.

Não restam dúvidas, a meu ver, que, nessa época, se constituiu um poderoso aparelho repressivo, cujas consequências chegaram até os nossos dias. No trabalho, discuti alguns temas pouco estudados, como os motivos para que o governo decidisse bombardear a cidade, as armas usadas, as injunções políticas, o sofrimento da população civil e a forte repressão governamental no pós-revolta. Trouxe histórias singulares de sujeitos que viveram as agruras do conflito e visitei os locais atingidos pelas bombas. Trata-se da fala “dos de baixo”, como diria Thompson. O tema, naturalmente, está muito longe de se esgotar.

As perspectivas de estudo, a meu ver, poderiam passar por temas como a participação dos soldados de baixa patente no conflito, de um ou outro lado, das mulheres, das crianças, dos negros, com mais dados sobre o cotidiano das pessoas comuns, e muitos outros. Oxalá o tema Revolta de 1924 e suas consequências conquiste cada vez mais interesse e renda novas pesquisas e investigações, de forma a que se possa, um dia, dizer que se conhece este tema tão bem quanto a

revolução ocorrida oito anos depois. Quem sabe, em algum momento, o governo do Estado de São Paulo não resolva, sob pressão da sociedade, instalar na cidade, talvez no Palácio dos Campos Elíseos, o Museu das Revoluções Brasileiras, no qual ficariam, sob guarda, documentos, fotografias, armas, uniformes e outros objetos de 1924, 1930 e 1932, três momentos marcantes da história nacional?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I - Fontes

A- Escritas

A.1 – Jornais

São Paulo

O Estado de S.Paulo

Correio Paulistano

Jornal do Commercio

Diário Popular

O Combate

A Plebe

A Marreta

A Capital

Rio de Janeiro

Jornal do Brasil

Correio da Manhã

O Globo

A.2 – Cartas

- As Cartas da Revolução (Arquivo Público do Estado de São Paulo)

- Cartas-memoriais da Comissão de Auxílio às Vítimas Pobres da Revolta de Julho dirigidas ao arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva (Arquivo da Cúria Metropolitana)

A.3 – Livros de memorialistas e cronistas

AMERICANO, Jorge. A lição dos factos. Livraria Acadêmica Saraiva, São Paulo, 1924.

CABANAS, Tenente João. A columna da morte sob o comando do tenente Cabanas. Edição do autor. Assunção, 1926.

CERQUEIRA, João da Gama. Responsabilidade civil do poder publico pelos actos danosos de seus agentes. Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, São Paulo, 1939.

COSTA, Cyro & GÓES, Eurico. Sob a metralha... Histórico da revolta de São Paulo de 5 de julho de 1924. Graphico-Editora Monteiro Lobato, 1924.

DUARTE, Paulo. Agora nós! Chronica da revolução paulista com o perfil de alguns heroes da retaguarda (versão facsimilar de 1927) Fundap – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 2007.

FIGUEIREDO, Antonio dos Santos. 1924, Episódios da revolução de S.Paulo. Indústria Gráfica do Porto, 1924.

GENEEN, Henrique. Aventuras de uma família de São Paulo durante a revolução de julho de 1924. Seção de obras d'O Estado de S.Paulo, 1925.

LEITE, Aureliano. Dias de pavor. Edição do autor. São Paulo, 1924.

MACIEL, Alceu Dantas. A revolta de 1924. Edição do autor. São Paulo, 1924.

MARCIGAGLIA, Luiz. Férias de Julho. Ed.Escolas profissionais do Lyceu Coração de Jesus. São Paulo, 1927.

NORONHA, Abílio. Narrando a verdade. Edição do autor. São Paulo, 1924.

_____, O resto da verdade. Edição do autor. São Paulo, 1925.

SERPA, Benito. A Verdun paulista. Episódios da defesa do 4.º Batalhão da Força Pública durante a Revolução de Julho de 1924. Gráfica Biblos Editora. São Paulo, 1962.

SOARES, Gerson de Macedo. A Acção da Marinha na Revolução Paulista de 1924. Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1924.

SOARES, José Carlos de Macedo. Justiça – a revolta militar em São Paulo. Edição do autor. Paris, 1927.

TÁVORA, Juarez. Á guisa de depoimento, Editora do Autor, Buenos Aires, 1927

A-4 – Documentação de arquivos

- Acervo Histórico da Biblioteca da Assembleia Legislativa de São Paulo
- leis do período, livros da Biblioteca Macedo Soares

- Arquivo da Cúria Metropolitana “D. Duarte Leopoldo e Silva” – São Paulo
- Memoriais sobre a revolta de 1924 pelos moradores de áreas atingidas
- Livros de tomo das paróquias do Brás, Bela Vista e Belém

Arquivo Público do Estado de São Paulo – São Paulo

- cartas da Revolução de 1924, jornais, processos judiciais, outros documentos

Arquivo Histórico do Exército – Rio de Janeiro

- documentos sobre a Revolta de 1924

Arquivo Público Mineiro (APM)

- Material do Fundo Arthur Bernardes

Museu de Polícia Militar – São Paulo

- memórias de Bento Bueno (secretário da Justiça)
- memórias de Idamis Veronesi
- Relatório do coronel Joviniando Brandão

Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

- jornais A Plebe
- Arquivo Arthur Bernardes

Arquivo Washington Luiz – Secretaria Municipal de Cultura – São Paulo

Álbuns A Revolta de S.Paulo e a Revista da Semana

Biblioteca Mário de Andrade – Secretaria Municipal de Cultura – São Paulo
- livros, mapas de 1898, 1924

Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP)
- vários documentos

- Acervo Patrimônio Histórico da Fundação Instituto de Energia e Saneamento – São Paulo
- fotografias de época e depoimentos

B - Imagéticas

B.1 - Fotografias

-Fotografias do movimento militar de 1924, parte de autoria desconhecida, publicadas nos álbuns A revolta de S.Paulo, a Revista da Semana, , livros de memorialistas e jornais, de propriedade da Fundação Instituto de Energia, Arquivo do Estado de São Paulo e Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

-Vídeo São Paulo Cidade Aberta – capítulos da revolução brasileira. Direção de CASTRO, Caio Plesman de. Realização do CPC-UMES. São Paulo, 2009

- Mapa de São Paulo em 1924

- Mapa de São Paulo em 1898

C- Orais

-Depoimento de Álvaro Oliveira Valle, veterano do movimento militar de 1924, concedido em 25 de julho de 1994, em sua casa, no bairro do Tremembé, em São Paulo

- Depoimento de Tito Batini (em vídeo) – Fundação Instituto de Energia

II – Bibliografia

ALVES, Odair Rodrigues. Os homens que governaram São Paulo. Nobel/Edusp, São Paulo, 1986

AMORA, PAULO. Arthur Bernardes, o estadista de Minas na República. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1964

AMERICANO, Jorge. São Paulo naquele tempo. Melhoramentos, São Paulo, 1962

ANDRADE, Euclides e 1.º tenente Hely F. da Câmara. A Força Pública de São Paulo – esboço histórico (1831-1931). Editora do autor, 1985.

ANDRADE, Oswald de. Memórias sentimentais de João Miramar. Serafim Ponte Grande. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971

AQUINO, Laura Cristina Mello de. A participação de batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo – dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Departamento de estudos pós-graduados em história. São Paulo (SP), 1995

ARAGÃO, Isabel L. Revoltas na caserna e a criação da polícia política no Brasil. Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh Rio

ARENDDT, Hannah. Sobre a revolução. Companhia das Letras, São Paulo, 2006

BARBULHO, Euclides. Mooca, 450 anos. Editora do Autor, São Paulo, 2006

BARROS, João Alberto Lins de. Memórias de um revolucionário. 1.ª parte a marcha da coluna. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1954.

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história. Da escolha do tema ao quadro teórico. Vozes, Petrópolis, 2011.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. Blindados paulistas na Revolução de 1924. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), publicado em 2010. Disponível em <www.ecsbdefesa.com.br/argq/Art%2011.htm>. Acessado em 20/01/2013

BOMTEMPI, Silvio. O bairro da Penha – história dos bairros de São Paulo. Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Cultura. s/data.

BORGES, Vavy Pacheco. Tenentismo e revolução brasileira. Editora Brasiliense. São Paulo, 1992

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade – lembranças de velhos, São Paulo, T.A Queiroz, 1983

BRANDÃO, Octavio. Agrarismo e industrialismo. Segunda edição. São Paulo, Anita Garibaldi, 2006

BRITTO, Eduardo e Dianno, Fábio. São Paulo Tramway Tremembé Parada Inglesa. Negócios e Projetos. São Paulo, 1999

BURKE, Peter. Testemunha ocular – história e imagem. Edusc. Bauru, 2004.

CANDIDO, Portinari. Poesias. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1965

CÁPUA, Claudio de. Revolução de 1924 e seus desdobramentos até 1930. Editoração. São Paulo, 2001

CARNEIRO, Glauco. História das revoluções brasileiras. Editora Record, São Paulo/Rio, 1989

CARONE, Edgar. A República Velha: instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1972

CARTA, Mino. Histórias da Mooca (com a benção de San Gennaro). Berlentins & Vertechia Editora.

CARVALHO, Marechal Setembrino de. Dados para a história do Brasil. Editora do autor. Rio de Janeiro, 1950

CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2010.

CHATEAUBRIAND, Assis. Terra *deshumana* (a vocação revolucionária do presidente Arthur Bernardes). *Officinas* de “O jornal”. Rio de Janeiro, 1926

COHEN, Ilda Stern. Bombas sobre São Paulo – a Revolução de 1924. Editora Unesp, São Paulo, 2007

_____; Imagens de 1924 in <[www.studium.lar.unicamp](http://www.studium.lar.unicamp.br)>. Disponível em: <www.studium.lar.unicamp.br>, acessado em 20/11/2013

CORDEIRO, Glauco. História das revoluções brasileiras. Segunda edição. Editora Record, Rio de Janeiro, 1989.

CÔRREA, Anna Maria Martinez. A rebelião de 1924 em São Paulo. Editora Hucitec, São Paulo, 1976

COSTA, Edgar. Efemérides judiciárias. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1961

COSTA, Emília Viotti da. Coroas de Glória, Lágrimas de sangue – a rebelião dos escravos de Demerara em 1825. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

CRUZ FARIA, Heloísa & CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa in Projeto História, revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história da PUC-SP, número 35, p.255, dezembro/2007

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um olhar à esquerda – a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Fapesp – Editora Revan. Rio de Janeiro, 2002.

DANTAS, José Ibarê Costa. O tenentismo em Sergipe. Editora J. Andrade. Aracaju, 1999.

D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. A campanha do Contestado, vols. I e II. Editora do autor, Curitiba, sem data.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo (1880-1945). Difel/Universidade de São Paulo. São Paulo, 1971

DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. Editora Edaglit. São Paulo, 1962

_____; Bastilhas modernas. Editora de Obras Sociais e literárias. São Paulo, 1926

DULLES, John W. Forster. Anarquistas e comunistas no Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977

DUPRÉ, Maria José. Éramos seis. São Paulo, Editora Ática, 1979

DUTRA, Eliana de Freitas. O ardil totalitário – imaginário político no Brasil dos anos de 1930. Editora Ufmg. Belo Horizonte, 2012.

FAUSTO, Bóris. “A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930” in História geral da civilização brasileira, Rio de Janeiro, Difel, 1977

FLORIDO, Elizabeth. Mooca, 450 anos. Editora do autor, São Paulo, 2006

FRAGA, Nilson César. Contestado em guerra 1912-2012. Editora Insular, Florianópolis, 2012

FREIRE, Alípio, ALMADA, Alípio e PONCE, J.A. de Granville (org.) Tiradentes, um presídio da ditadura – memórias de presos políticos. Scipione Cultural, São Paulo, 1997

GATTAI, Zélia. Anarquistas graças a Deus. Companhia das Letras. São Paulo, 2009

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história. Companhia das Letras, São Paulo, 2011

_____; O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.

HARNER, June E. Pobreza e política. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1993

ISAU, Manoel. Liceu Coração de Jesus. Editora Salesiana Dom Bosco. São Paulo, 1985

JORGE, Fernando. Getúlio Vargas e seu tempo – um retrato com luz e sombra. Vol. II (1900-1925). T.A. Queiroz Editor. São Paulo, 1994.

KHOURY, Yara Aun. As greves de 1917 em São Paulo. Cortez Editora. São Paulo, 1981

KOSSOY, Boris. Fotografia & história. Ateliê Editorial. São Paulo, 2001

LACERDA, Maurício de. História de uma covardia. Nova Fronteira, São Paulo, 1980

LEUENROTH, Edgar. Anarquismo, roteiro de libertação social. Mundo Livre, Rio de Janeiro, 1963.

LIMA, Alberto de Souza. Arthur Bernardes perante a história. Imprensa Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986

LIMA, Lourenço Moreira. A Coluna Prestes, marchas e combates. Editora Alfa Ômega. São Paulo, 1985

LOPREATO, Cristina da Silva Roquette. A greve geral anarquista de 1917. A semana trágica. Secretaria de Estado da Cultura- Museu da Imigração, São Paulo, 1997

LOWY, Michael (org.). Revoluções. Boitempo Editorial, São Paulo, 2009

MACHADO, Antonio de Alcântara. Brás, Bexiga e Barra Funda. Nova Alexandria, São Paulo, 1996

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. Arthur Bernardes, estadista da República. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1973

MALTA, Octavio. Os 'tenentes' na revolução brasileira. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1969

MALATIAN, Tereza. Narrador, registro e arquivo in O historiador e suas fontes (Pinsky, Bassanezi Carla e de Luca, Tania Regina (org.) Editora Contexto. São Paulo, 2010

MARINS, Francisco . Atalhos sem fim. Editora Escrituras. São Paulo, 2004

MARTINS, Rui Décio. O Direito Internacional e a Revolução de 1924 em São Paulo Verba Juris, revista do programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) ano 7 ,n. 7 jan/dez. 2008

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e Cultura – história, cidade e trabalho. Edusc. Bauru, 2002

McCAN, Frank. Soldados da pátria – História do Exército Brasileiro (1889-1937). Companhia das Letras, São Paulo, 2005

MEDEIROS, Daniel H. 1930, a revolução disfarçada. Editora do Brasil. São Paulo, 1989.

MEIRELES, Domingos. As noites das grandes fogueiras. Editora Record. São Paulo/Rio de Janeiro, 1999.

_____; 1930- Os órfãos da revolução. Editora Record. São Paulo/Rio de Janeiro, 2006

MELLO, Frederico Pernambucano de. A guerra total de Canudos. São Paulo, A Girafa, 2007

MORAES, João Quartim de. A esquerda militar no Brasil. Expressão Popular, São Paulo, 2005

MORAIS, Fernando. Chatô, o rei do Brasil. Companhia das Letras, São Paulo, 1994

NEVES, Margarida de Souza. História, memória e memorialística. Conferência no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2002

OLIVEIRA, Nelson Tabajara de. 1924, a Revolução de Isidoro. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1926

PENTEADO, Jacob. Belénzinho, 1910 (retrato de uma época). Carrenho Editorial, São Paulo, 2003

PEIXOTO, Demerval. A campanha do Contestado. Editora Segundo Milênio. Rio de Janeiro, 1920

_____; Campanha do Contestado III: a grande ofensiva. Coleção Farol do Saber. Prefeitura Municipal de Curitiba. Curitiba, 1995

PEREIRA, Duarte Pacheco. 1924 – O diário da revolução – os 23 dias que abalaram São Paulo. Fundação Energia e Saneamento e Imprensa Oficial, São Paulo, 2010

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da ilusão - A revolução mundial e o Brasil 1922-1935. São Paulo, Companhia das Letras, 1991

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. Editora Contexto. São Paulo, 2011.

PINTO, Firmiano. A Prefeitura de São Paulo em face dos acontecimentos de julho. Secção de Obras de O Estado de S.Paulo, 1924

PIZA, Wladimir Toledo. O dinheiro do Brasil. Duas Cidades, São Paulo, 1980

PORTINARI, Cândido. Poemas. Editora Ática, 1965

PRESTES, Anita Leocádia. Uma epopéia brasileira, a Coluna Prestes. Editora Moderna, 1985

RODRIGUES, Edgar. Os Companheiros, volumes 1 e 2. VJR Editores Associados. Rio de Janeiro, 1994

_____; Novos rumos pesquisa social 1922-1946. Editora Mundo Livre, São Paulo, 1990

RODRIGUES, Cândido Moreira. Intelectuais & Comunismo no Brasil: 1924-1950. Ed. UFMT. Cuiabá, 2011.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. Topoi, revista de História. Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Volume 12 número 23, julho-dezembro 2011

_____; Clevelândia (Oiapoque) colônia penal ou campo de concentração?. Publicado na revista Verve, do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) do Programa de Estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP

SAMIS, Alfredo. Clevelândia – Anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. Editora Imaginario/Achiamé – Rio de Janeiro, 2002

_____; Moral pública & martírio privado. Achiamé. Rio de Janeiro, 1999

SAVIO, Marco Antonio Cornacioni. A modernidade sobre rodas: tecnologia automotiva, cultura e sociedade. Edusc – Editora da PUC-SP. São Paulo, 2000

SESSO Jr, Geraldo. Retalhos da Velha São Paulo. Oesp/Maltese, São Paulo, 3.^a edição, 1987

SILVA, Hélio. A marcha da coluna Prestes 1923-1926. Editora Três. São Paulo, 1998.

_____; Série Os presidentes. Editora Abril Cultural, São Paulo, 1980

SILVA, João. Farrapos de nossa história – marcha da Coluna Prestes. São Luiz Gonzaga, Editora do Autor, 1959

SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. Expressão Popular, São Paulo, 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. Fotojornalismo – introdução à história, as técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa. Letras contemporâneas. Florianópolis, 2004

TÁVORA, Juarez. Uma vida e muitas lutas. Vol.2, a caminho do altiplano. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1974

THOMPSON. E.P. (org. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva) As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Editora Unicamp, Campinas, 2001

_____; Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional. Companhia das letras. São Paulo, 1998.

Vários autores. A Light e a Revolução de 24. Departamento de Patrimônio Histórico. São Paulo, 1987.

Vários autores. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2001

Vários autores. Sucessos subversivos de S.Paulo. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1925

TRENTO, Ângelo. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana. Editora Nobel, São Paulo, 1986

UEÓCKA, Lorayne Garcia. 1924: dossiê de uma rebelião – operários ante a sedição paulista – dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Departamento de estudos pós-graduado em história, São Paulo (SP), 1991

Figura 13 - Planta de São Paulo em 1924

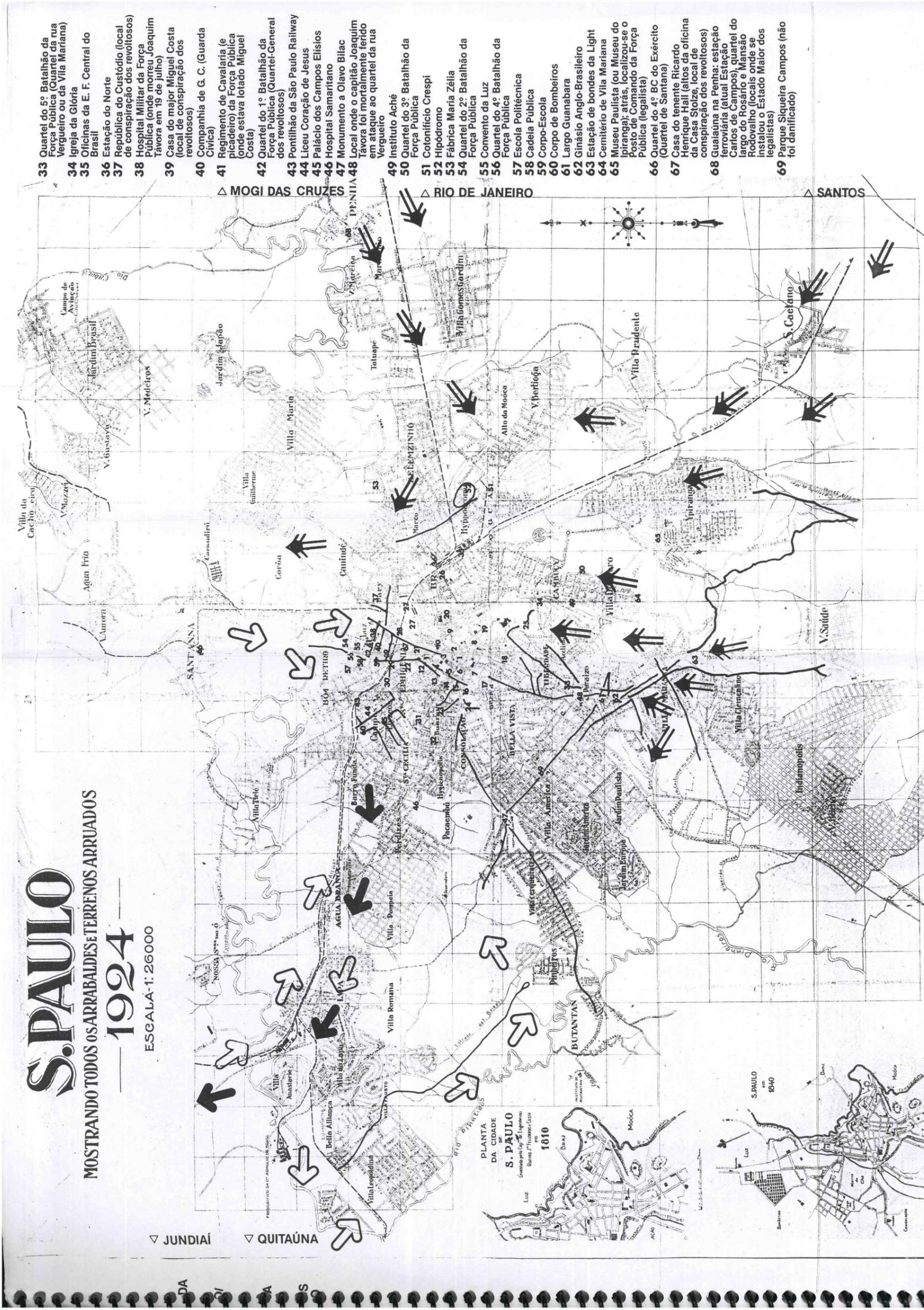


Figura 14 - Planta de São Paulo em 1898

